

Extinção da JAE

A extinção da Junta Autónoma das Estradas (JAE) e a sua substituição por três institutos não contribui para pôr fim a práticas que levantam graves suspeitas de corrupção.



Serve para alijar um nome, uma sigla que se tornou incômoda quer ao PSD quer ao PS.

■ Francisco Lopes Pág. 19

Os deo gratias do Poder

Na Convenção de arranque da campanha eleitoral do Partido Socialista, Guterres representou, pela enésima vez, a cena do intimismo, do afecto, de como os pobres do Bairro da Curraleira o atiraram para a política. Um must, como dizem nos espectáculos.

■ Lino de Carvalho Pág. 20

Combate à droga

A Comissão Parlamentar da Toxicoddependência termina o seu trabalho com saldo positivo. Nunca se legislou tanto, nunca se debateu tanto, nunca se reflectiu tanto, em quantidade e em qualidade, sobre as políticas e as estratégias a seguir como nos últimos quatro anos.

■ António Filipe Pág. 21

Inquietação nas Forças Armadas

A inquietação existente nas Forças Armadas tem responsáveis: o PSD e o PS, a sua mesma política, as suas opções, as suas comissões – que também são uma forma de fazer política.

■ Rui Fernandes Pág. 23



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Julho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1336 • Director: José Casanova

Grupo parlamentar presta contas Com mais deputados ainda faremos melhor

Quem analisar com rigor e sem preconceitos o trabalho dos diversos partidos na Assembleia da República terá de reconhecer que o que de mais positivo foi aprovado nesta legislatura resulta da iniciativa, do apoio, da pressão, do empenho e dos votos do PCP. Com mais deputados na próxima legislatura, o PCP poderá contribuir mais e melhor para dar resposta aos problemas e aspirações da maioria dos portugueses, como sublinharam terça-feira Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira no Acto Público de Balanço de Actividades do Grupo Parlamentar, em Lisboa.

Págs. 5 a 7



CDU apresenta candidatos

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encabeça a lista da CDU por Lisboa às próximas legislativas. Nos últimos dias foram igualmente apresentados os cabeças de lista por diferentes distritos. Nestas iniciativas, bem como no comício realizado sábado em Lisboa, a ideia-chave é a de que é necessário reforçar a votação na CDU para garantir uma efectiva viragem à esquerda na política portuguesa.

Págs. 8, 11 e 32



SUPLEMENTO Págs. 15 a 18

Na festa!

Obras na Atalaia

Concurso de bandas Hard Club de Gaia



Apresentação pública dos candidatos CDU por Lisboa

RESUMO

30
Quarta-feira

Projeções do Banco Portugal indicam que endividamento vai atingir 90% do rendimento disponível das famílias, no final do ano ■ Perto de 54 mil alunos voltaram a submeter-se aos exames nacionais do ensino secundário ■ Conversações entre timorenses pró-autonomia e pró-integração terminam com acordo pouco substancial ■ Imprensa turca apela à não aplicação da pena de morte contra o líder do PKK e à adopção de medidas para resolver problema curdo ■ Abertos ao público documentos dos EUA, até agora secretos, sobre a época de Pinochet ■ Relatório oficial indica que número de beneficiários do rendimento mínimo, em Portugal, quase triplicou ■ Deputados da comissão parlamentar de saúde aprovam projecto de lei sobre propagação de doenças infectocontagiosas nas prisões.

1
Quinta-feira

Parlamento aprova, em votações finais globais, as leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei de Serviço Militar e o novo regime de uniões de facto ■ ONU retira voluntários de Viqueque, Timor, na sequência de ameaças das milícias pró-indonésia ■ Ministro dos Negócios Estrangeiros anuncia futura abertura de missão diplomática portuguesa na Palestina ■ Polícia indonésia abre fogo contra manifestantes em Jacarta e faz dezenas de feridos ■ Professores de Português na Suíça e em França exigem clarificação da sua situação salarial ■ Morre Joshua Nkomo, combatente da guerra da independência do Zimbábue ■ Após quase 300 anos nas mãos dos ingleses, a coroa da Escócia regressa a Edimburgo.

2
Sexta-feira

Comissão Europeia decide prolongar por mais um ano o embargo à exportação de carne de vaca portuguesa ■ Xanana Gusmão e Ramos-Horta propõem futura conferência nacional de reconciliação ■ Barak, novo primeiro-ministro israelita, e o dirigente palestino Arafat acordam encontro logo após formação do novo governo em Israel ■ Apresentada nova proposta de acordo para transferência de poderes de Londres para Belfast ■ Na sequência da condenação à morte de Abdullah Ocalan, curdos intensificam ataques na Turquia ■ Representantes das comunidades albanesa e sérvia do Kosovo lançam apelo comum à paz ■ Segurança Social do Algarve fecha mais lares de idosos ■ Relatório das Nações Unidas indica que um quinto da população mundial será este ano mais pobre que em 1998.

3
Sábado

EUA e NATO recusam mais tropas russas para o Kosovo ■ Por iniciativa da Federação de Colectividades de Cultura e Recreio, bandas e coros oferecem música a Lisboa ■ Carlos Carvalhas lembra que Portugal é o país da UE com maior concentração de riqueza ■ Movimento Democrático de Mulheres (MDM) lança campanha de solidariedade com Angola ■ Agricultores manifestam-se em Vagos contra política do governo ■ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados avisa estar-se perto da bancarrota, pois governos da NATO não dão dinheiro para a paz.

4
Domingo

Missão das Nações Unidas em Timor-Leste retira o seu pessoal de Liquiçá, por falta de condições de segurança ■ Milhares de desalojados na região ocidental de Timor-Leste, recebem primeira ajuda alimentar de ONG timorenses ■ Marcha orangista na Irlanda não registou distúrbios nem violência ■ Presidente argelino concede amnistia a milhares de presos ismaelitas ■ Oposição liberal vence eleições legislativas no Koweit ■ Milhares de agricultores belgas manifestam-se contra sistema de ajuda no caso das dioxinas.

5
Segunda-feira

Portugal e ONU aumentam pressão sobre Jacarta, após ataques das milícias na região de Liquiçá ■ Apresentação pública dos candidatos CDU por Lisboa ■ A Turquia volta a ser palco de uma série de acções armadas ■ Forças armadas russas atacam independentistas chechenos ■ Colóquio sobre igualdade de oportunidades, realizado em Lisboa, conclui que mulheres ainda são discriminadas ■ «Venda de crianças» resulta essencialmente de problemas socioeconómicos, lembra Jorge Sampaio ■ Lançada campanha pela defesa dos peões.

6
Terça-feira

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta o balanço da sua actividade durante a legislatura ■ O ministro da Defesa, Jaime Gama, apresenta aos chefes militares um novo modelo para a revalorização dos salários das Forças Armadas ■ A imprensa noticia que a chamada «pílula do dia seguinte» deverá ser comercializada a partir de Setembro ■ No dia em que chega a Jacarta o representante da ONU, Ian Martin, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia recusa a entrada de «capacetes azuis» em Timor ■ Ehud Barak, o novo primeiro-ministro israelita, apresenta o seu Governo ao Parlamento.

EDITORIAL

As mãos do dono

A recente «Convenção Nacional do PS» constituiu, a vários títulos, motivo de séria reflexão. Na verdade, o que se passou no Coliseu, no sábado passado, não foi apenas mais um espectáculo abrilhantado pelo ridículo e pela hipocrisia; nem mais uma operação mediática de caça ao voto; nem mais um banal desfile de apoiantes do partido do Governo, muitos a agradecer ou a solicitar um tacho; nem mais uma mascarada de diálogo e de abertura democrática... É certo que foi tudo isso mas, sem dúvida, foi algo mais do que isso. De facto, no Coliseu teve lugar uma cerimónia estranha, que nos trouxe à memória tempos e práticas que se julgavam definitivamente mortos e enterrados. Tratou-se de uma muito peculiar celebração do poder, da exposição de uma ambição sem margens nem fronteiras rumo ao poder absoluto, com todos os ingredientes necessários. Porque o poder absoluto precisa de um «chefe» – um e apenas um! – idolatrado, lá estiveram o chefe e os idólatras. Guterres apareceu munido de um discurso que se anunciava, e foi, «emotivo, intimista, preparado ao milímetro para fazer marejar os olhos à audiência» («Público», 5.6). E fez: a audiência, reverente, atenta e obrigada, chorou. E o que estava previsto aconteceu: Guterres passou para outra dimensão, para a dimensão do homem providencial, do salvador do povo e da pátria, do chefe portador de um todo-poderoso mandato divino e em cujas «boas mãos» devemos depositar-nos.

Portugal em boas mãos», o slogan dias antes disparado sobre o País, instalou-se na tribuna da «Convenção» e ali ficou até ao fim, omnipresente, ameaçador, exibindo ostensivamente o seu conteúdo possessivo, asfíxiante, carregado de maus presságios. Lendo-o nos imensos placards que todos os dias nos saltam à vista, assalta-nos o receio de que aquelas «boas mãos» que querem agarrar Portugal, se preparam para nos agarrar a cada um de nós, e aos nossos filhos e aos nossos amigos e aos nossos vizinhos... O cartaz, tal como o discurso de Guterres e toda a cerimónia do Coliseu, ostenta a arrogância de quem tem como certa a conquista do poder absoluto. E olhando-o, fica-nos a sensação incómoda de que estamos a ser alvo de qualquer mensagem subliminar, de que onde está escrito «em boas mãos» deve ler-se «em fortes garras» - e percebemos a razão pela qual as «boas mãos» ocuparam o lugar que ocuparam na «Convenção»; e percebemos a cerimónia de sagração de Guterres ali concretizada pelos adutores de profissão, cujos fizeram o que lhes era exigido, cumprindo com empenho e fervor o beija-mão. Claro ficou, assim, que um país nas «mãos» de um indivíduo – seja ele quem for e por muito «boas mãos» que diga ter – é um país com a criatividade sufocada, com a inteligência hipotecada, com o futuro suspenso – porque é um país fechado nas mãos do dono.

A memória do chefe molda, rigorosamente, a memória do povo e a sua palavra é a verdade absoluta e incontestável quer em relação ao passado quer no que respeita ao futuro. Assim foi, pelo menos e para já, no Coliseu dos Recreios. Guterres, na sua oração, lembrou ter cumprido na íntegra os compromissos ali mesmo assumidos há quatro anos e demonstrou-o, não com factos mas com palavras: «As marcas aí estão e nada as poderá apagar da vida política.» Ninguém o contestou,

todos o aplaudiram. Olhando para o específico microcosmos do Coliseu como se do País se tratasse, o «povo» confirmou viver no melhor dos mundos.

Entretanto diz-nos um estudo vindo a público há dias que «os portugueses só atingirão os níveis de qualidade de vida dos cidadãos da União Europeia no ano 2028». E outro estudo mostra que, dos quinze países da União Europeia, Portugal é aquele em que é maior a concentração da riqueza, ou seja, que Portugal está em primeiro lugar na lista das desigualdades. E o Banco de Portugal informa que o endividamento das famílias portuguesas, que em 1998 correspondia a 66% do seu rendimento, anda agora na casa dos 90%, pelo que, «no ano 2000 uma típica família portuguesa poderá correr o risco de entrar na falência». Eis as «marcas», as tais que, segundo Guterres e o seu auditório do Coliseu, «nada poderá apagar»...

No dia seguinte, a «Convenção» saiu à rua, desceu ao povo... E o que se passou no Encontro de Idosos de Bragança é uma amostra do que nos espera nos próximos tempos. Perante cerca de 12 mil idosos, que haviam sido transportados em 250 autocarros, Guterres mostrou as «mãos». «O que os idosos recebem é pouco para o que o País vos devia dar», declamou com a voz embargada embora num registo diferente do da véspera. E prometeu mais e mais apoios – o País está «em boas mãos», não é verdade? – e foi beijado e beijou tudo quanto era idoso.

É claro que não se sabe quantos dos 12 mil idosos que em Bragança santificaram o «chefe» têm reformas não superiores a 33 contos e para os quais o dinheiro tem um valor diferente dos que, no Coliseu, glorificaram Guterres. Mas é evidente, e o Primeiro-Ministro sabe-o, que uma dúzia de promessas e meia dúzia de patacos dão para comprar muitos e muitos voto de idosos.

Ainda em Bragança, e embalado na caça ao voto dos 12 mil indefesos eleitores, aos quais há que dizer não a verdade mas o que eles querem ouvir, Guterres criticou as «famílias que têm idosos nos lares, quando podiam e deviam tê-los em casa». Dizendo o que disse, o Primeiro-Ministro talvez tenha ganho mais uma dúzia de votos mas ofendeu e insultou milhares e milhares de portugueses que, com esse problema, sofrem como ele nunca sofreu.

Um país nas «mãos» de um indivíduo – seja ele quem for e por muito «boas mãos» que diga ter – é um país fechado nas mãos do dono.

milhares de portugueses que, com esse problema, sofrem como ele nunca sofreu.

Como afirmou Carlos Carvalhas no comício de domingo passado, «o País não precisa do poder absoluto, nem de mais arrogância, ou de hipocrisia dialogante; precisa sim de uma política mais justa, mais séria, que vá ao encontro dos problemas e das aspirações dos portugueses e das portuguesas». Ou seja, «o País precisa de uma viragem à esquerda, o que passa necessariamente pelo reforço do PCP e da CDU». É isso que vai estar em causa nas eleições legislativas e é por isso que a eleição de mais deputados da CDU se coloca como a questão maior do próximo acto eleitoral. Acresce que a actual legislatura mostrou com clareza a superioridade do trabalho dos deputados comunistas, quer na qualidade quer na quantidade. «Proporcionalmente, a bancada do PCP foi a mais laboriosa nesta legislatura em São Bento. Apresentando mais iniciativas legislativas do que qualquer outro grupo parlamentar» - reconhece o «Diário de Notícias» na sua edição de 4 de Julho. Mais deputados da CDU na AR será o melhor contributo para que Portugal esteja nas mãos que deve estar: as do seu Povo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
— 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Rosa
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

EPC, PS, BE - a mesma luta

Tiremos o chapéu à forma notável como Eduardo Prado Coelho gere o tempo e o modo de exibir o seu comum amor a si próprio, ao PS de Guterres e ao Bloco de Rosas, Louçã e Portas. Tanto no período pré e pós-eleições europeias como neste tempo de pré-legislativas, EPC sempre soube escolher o momento e o registo adequados para falar dos seus actuais dois amores político-partidários e para desnudar a profunda coerência em que assenta essa dupla filiação partidária. Fá-lo, de facto, sem deixar dúvidas de que, nesta sua dúplice relação amorosa, não há a mínima sombra de traição, adultério, bigamia ou coisa assim.

É certo que qualquer cidadão distraído – se não levar a distração ao ponto de não se aperceber sequer dessa duplicidade – verá nesta postura de EPC uma contradição e perguntar-se-á como consegue ele aplaudir um partido que, no Governo, faz o que o PS está a fazer e, simultaneamente, bater palmas a outro partido – acabadinho de chegar da Europa e impecavelmente traduzido, é certo, mas que é suposto constituir o último grito em matéria de oposição de esquerda à política governamental. Ora, por mais incrível que pareça, não há qualquer contradição nesta plural relação de EPC: colocando-se estrategicamente de braços dados com o PS e com

o BE, EPC posiciona-se no ancestral centro gerador do conteúdo político-ideológico que alimenta esses dois partidos e lhes confere essenciais objectivos comuns, nomeadamente o de procurar enfraquecer o PCP diminuindo a sua influência social, eleitoral e política.

Por tudo isto, EPC foi convocado para a Convenção do Partido Socialista. Não porque alguém estivesse interessado em vê-lo actuar no Coliseu mas para que escrevesse posteriormente o que lhe competia escrever. E EPC cumpriu: regressou do Coliseu como que em estado de graça, extasiado pelos dotes de supercomunicador do Engenheiro, coisa que o fez pataratar de tal jeito e com tal despropósito que só lido, contado ninguém acredita.

Tal como, segundo EPC, aconteceu aos presentes no espectáculo, também ao pobre de mim se rasaram os olhos de lágrimas ao ler, na câmara lenta que EPC quis que o seu texto fosse, a gutérrica «imagem das crianças que se precipitaram para a água, falésias abaixo, porque nunca tinham visto o mar»... E se falésias são, como suponho, rochas altas e íngremes, estou em crer que nisso está a razão de tantas lágrimas, na medida em que a imagem

projectada por Guterres e glorificada por EPC nos relata não, como diz o panegirista, a «utopia da infância feliz» mas uma horrorosa tragédia, uma espécie de segunda cruzada das crianças.

Amanhã EPC voltará aos seus rapazes do Bloco: incitando-os a insistirem em apresentar-se «como a primeira novidade política do próximo milénio» e, especialmente, a cavarem tanto quanto puderem nas «massas do PCP». E assim fazendo estará a dizer, à sua maneira, que a obtenção da maioria absoluta pelo PS é tão necessária e importante como a obtenção pelo BE de um bom resultado eleitoral – desde que, especialmente neste caso, conseguido à custa do enfraquecimento da CDU.

E é nesta suave harmonia, neste assumido e, certamente, gratificante *ménage à trois* que EPC vive os seus dias presentes. Mais tarde, quando a democrática alternância impuser a substituição do PS pelo PSD na execução da política de direita comum aos dois, EPC mudará a agulha... das conveniências. Mas essa será outra história. Para já, e por enquanto, o seu slogan é este: EPC, PS, BE – a mesma luta.

■ José Casanova

Um contentamento descontente

Na noite de Sábado bateram-me à porta. Era um velho amigo, Luís Vaz: “Venho desabafar contigo.”

Estava muito irritado: seguira pela TV a Convenção do PS.

- E até pareciam muito contentes...

- Olha que aquele contentamento soa muito a falso. O que viste foi nova exibição de promessas, uma manobra para captar clientelas, uma missa cantada de propostas avulsas, um catálogo louvaminheiro do que não foi feito, uma convocação da corte para beija-mão eleitoral. Uma reposição, noutra palco e com outra encenação, do gasto discursivo de há dias atrás sobre “o estado da Nação”. Uma cobertura florida para tentar reavivar promessas desbotadas e requentadas, transitadas das eleições de há quatro anos. Promessas que continuam em dívida. Este governo sai endividado até às orelhas. Mas tem as orelhas tapadas ao descontentamento do país.

- É então um contentamento descontente, como diz o meu soneto?

- Não viste as fardas nas ruas, na semana passada? E as reclamações dos agricultores, dos pescadores, da função pública, da saúde, dos magistrados, dos estudantes...

- Sim. E aí há muito “fogo que arde sem se ver”.

Luís Vaz sentou-se com a mão a segurar a testa:

- Aquele verso que diz “é fogo que arde sem se ver” não se refere somente ao amor, mas à aspiração de uma humanidade que vai abrindo a fogo futuros caminhos. E para caminhar é preciso ter força para trilhar caminho, sempre a imaginar o próximo passo, assaltando o próprio caminho até encontrar a próxima vereda. Eu quis perpassar liberdade em verso. E agora iremos cair de novo em “uma apagada e vil tristeza”?

Irritou-se ainda mais:

- Compreendo a tua indignação. Estão a perder-se oportunidades e possibilidades, a agravar-se problemas, a desenhar-se perigos. Viste

a insolência com que o sr. Ferraz da Costa, porta-voz dos grandes patrões, reclamou frente ao Presidente da República “um governo de ‘bons gestores’ bem remunerados” (e da confiança dos “gestores”. claro está...) para acabar com a “má qualidade dos políticos” e a “dependência dos partidos”? Uma reposição dos governos salazaristas, em suma. Já não se satisfazem com os favores cúmplices dos submissos governos com que têm negociado e à conta dos quais os chamalimauds se têm governado.

- A falta de mudança é que me está exasperar. Para ser mais exacto: a falha na mudança. A diferença entre o que diz e o que faz este poder insábio e voraz não é digna dos tempos que vivemos, e dos que hão-de vir.

- Não esqueças a tua dialéctica, Luís Vaz: tu mesmo disseste que “todo o mundo é composto de mudança”...

- Tens razão. Vou ter de acrescentar mais alguns Cantos a “Os Lusíadas”. Não vamos deixar agora a pequenar os lusos, aquela brava gente que descobriu caminhos desconhecidos, inventou instrumentos para interrogar céus e estrelas em alto mar, atravessou povos de terras distantes com a imensa curiosidade de os abordar. Eles dobraram até o cabo das Tormentas!

- Com a razão que o futuro lhes deu, depois lhe chamaram cabo da Boa Esperança.

- Creio que esse cabo, agora, só pode ser dobrado de novo com a vossa intervenção. E desculpa o pleonasma: uma intervenção cada vez mais interveniente.

- Falas como se estivesses do nosso lado, Luís Vaz de Camões.

- Repara: muito antes de haver Partido, já eu era simpatizante.

■ Aurélio Santos

IMPERIALISMO permanente subversão

Há meses, após a prisão de Pinochet pelas autoridades britânicas, o “Le Monde” (29/30 Nov. 98) através do seu correspondente em Washington, Patrice de Beer, deu um precioso contributo para a confirmação do que a esclarecida opinião pública internacional tinha como certo – o envolvimento da CIA no derrube do regime democrático chileno. A crónica de P. de Beer, baseada na publicação de documentos dos Arquivos sobre segurança nacional da Universidade George Washington, testemunha o que se sabe como “função” da “famosa” Agência – desestabilizar e liquidar regimes e processos que não garantam os interesses das multinacionais e do imperialismo.

Os factos descritos no referido artigo são altamente comprometedores para os EUA. Nixon, aconselhado por Kissinger, deu “ordem de organizar um golpe de Estado” logo no dia posterior à eleição de Allende. Disponibilizou verbas e pediu celeridade. Esta decisão de Nixon foi recentemente confirmada em Londres (“Público”, 8.12.98) por Edward Korry, que era então embaixador dos EUA em Santiago. Mas, seguindo o relato de P. de Beer, vemos que as orientações que o vice-director da CIA, Thomas Karamessines, fez chegar aos seus homens colocados em Santiago eram bem precisas: “política firme e persistente para destituir Allende”, através de “acções clandestinas para que a mão do governo dos EUA seja bem dissimulada” e sugeria como método “a propaganda e a desinformação”. Sobre este aspecto, os documentos dos Arquivos da universidade não podiam ser mais claros – 23 jornalistas de 15 países foram deslocados para Santiago! Eram “agentes nossos” (da CIA) ou doutros “serviços”. A “informação” foi assim essencial para a “estratégia de desestabilização” que visava impedir a construção dum sistema económico independente e o desenvolvimento social do Chile.

Na última semana, milhares de documentos sobre a ditadura de Pinochet foram abertos ao público, nos EUA. Como é costume, houve selecção e partes cortadas. Provavelmente, o objectivo de tal medida é contrariar a imagem que, desde sempre, a administração dos EUA fez passar acerca de Pinochet. Cumpridas que foram tarefas decisivas para o imperialismo – nomeadamente a liquidação do regime democrático e progressista, orientado para o socialismo, da Unidade Popular e a da “experiência pioneira” das orientações neoliberais no Chile –, Pinochet é hoje uma “peça” a deixar cair. Ou melhor, uma peça útil para fazer avançar “novos conceitos” sobre direito internacional, – “ingerência humanitária”, extraterritorialidade de legislação norte-americana, etc. – essenciais ao prosseguimento dos objectivos de hegemonia mundial dos EUA.

Tudo isto tem também relação com o que se passou com a agressão à Jugoslávia. O recurso ao Tribunal Penal Internacional – recente criação do imperialismo, como mais um seu instrumento para a “nova ordem” –, que praticamente nada tem feito desde que criado e agora se revelou tão expedito ao “incriminar” Milosevic e outros dirigentes jugoslavos, além de pretender “legitimar” a posteriori a agressão da NATO é mais uma actuação, entre muitas outras, que visam instaurar um governo fantoche na Sérvia. Que, esse sim, assegurará os interesses dos EUA nos Balcãs. A “propaganda e desinformação”, aqui e hoje, como no passado no Chile, são armas da permanente subversão do imperialismo contra aqueles que se lhe não querem submeter.

■ Manuela Bernardino



Foto: Sérgio Morais

SEMANA



«Estrela» portuguesa no nascimento das estrelas

Chama-se João Alves, é um astrofísico português e lidera a equipa internacional que, esta semana, captou pela primeira vez imagens no interior das famosas «nuvens negras» do espaço sideral, formadas por gás e poeiras e que se supõe estarem na origem da formação das estrelas. As zonas centrais destas «nuvens» são tão densas que bloqueiam a luz das estrelas atrás de

si e foi precisamente esta impossibilidade de penetrar nas «nuvens negras» que a equipa liderada por João Alves conseguiu ultrapassar, utilizando câmaras sensíveis à radiação infravermelha e conseguindo assim, pela primeira vez, «atravessar» a nuvem e obter as primeiras imagens «de uma nuvem em pleno acto de criação de uma estrela», segundo as palavras do próprio João Alves,

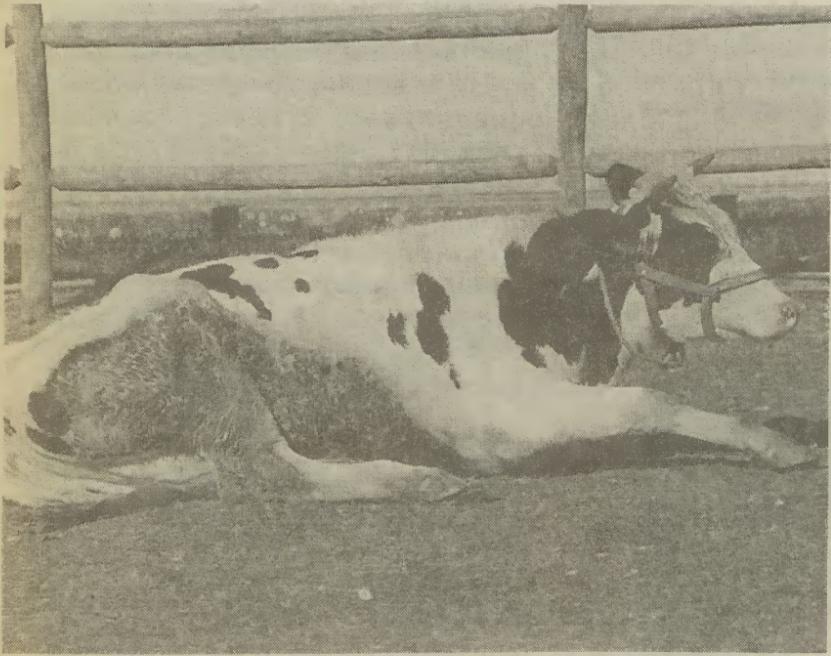
licenciado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, doutorado em Harvard, nos EUA, e que desde 1998 lidera esta equipa internacional de astrofísicos a trabalhar no Observatório Europeu do Sul (ESO), instalado no Chile. Ainda segundo o cientista, na nossa galáxia – a Via Láctea – e no universo em geral existem grandes bolsas de nuvens escuras contendo quantida-

des incomensuráveis de partículas minúsculas de matéria que são autênticos «berçários de estrelas», pois há um momento em que começam a contrair-se, transformando-se em estrelas. Ao conseguir-se fotografar o interior destas «nuvens» deu-se mais um passo importante na busca que visa descobrir o processo de formação do nosso próprio sistema solar.

Carne de bovino nacional embargada mais um ano

A Comissão Europeia decidiu prolongar o embargo à exportação de carne de bovino portuguesa durante, pelo menos, mais um ano, ao mesmo tempo que será levantado o embargo à exportação de touros de lide nacionais, embora sob certas condições, nomeadamente relacionadas com a eliminação de carcaças de animais doentes. A severidade da Comissão Europeia chegou a ameaçar estender-se à carne de bovino açoriana – até aqui excluída do embargo –, tendo havido pressões fortes na Comissão para que a Região Autónoma dos Açores fosse incluída no embargo,

mas garantias dadas à última hora pelas autoridades portuguesas mantiveram este território ao abrigo das sanções. Os protestos do ministro da Agricultura, Capoulas Santos, acabaram por se reduzir a retórica para consumo interno, dado que a Comissão Europeia, mesmo sem esperar pelos resultados completos da apreciação epidemiológica da BSE no nosso país marcada para esta altura, foi inflexível no prolongamento, pelo menos por mais um ano, do embargo decretado contra a carne de bovino portuguesa exactamente há um ano.



Novo aeroporto vai para a Ota

O Governo, através da ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, e do ministro das Obras Públicas, João Cravinho, anunciou que o novo aeroporto para Lisboa deverá ser construído na Ota, a

Norte da capital, em detrimento da opção Rio Frio, na Margem Sul do Tejo. Segundo as explicações apresentadas pela ministra do Ambiente, a decisão a favor da Ota assentou em critérios ambientais

e fundamenta-se na conclusão, tirada pelo Ministério do Ambiente, de que a construção desta gigantesca infraestrutura, do ponto de vista de impacto ambiental, terá efeitos menos graves

na Ota do que em Rio Frio, dado neste último local haver «aves em zona protegida e montados de sobre». Quanto aos impactos negativos na Ota, foram igualmente admitidos pela ministra, mas

«Salário europeu» só daqui a 30 anos

Segundo um estudo cronológico efectuado pelos professores da Universidade Autónoma, Amado da Silva e Guilherme Castelo, só em 2028 – daqui a 30 anos – é que os portugueses terão possibilidade de auferir um nível de vida semelhante ao nível médio auferido pelos cidadãos da Comunidade Europeia. Neste momento, o nível de vida médio dos portugueses está a 25 pontos percentuais do nível de vida médio comunitário, o que significa um fosso muito maior se compararmos os valores portugueses com os dos países comunitários mais desenvolvidos. Mas esta lenta caminhada de 30 anos para se chegar apenas ao

média comunitária. Mas isto não chega, como advertem estes investigadores, afirmando que é preciso «crescer com qualidade» e não apenas «engordar a economia», sendo que «crescer com qualidade» tem um significado muito concreto: os ganhos da produtividade – leia-se lucros – têm de ser também distribuídos pelos salários e não apenas pelos chamados «ganhos de capital», os tais com que o patronato empresarial sempre se abotoa quase integralmente em nome do «investimento» futuro.

Será bom que não se fique à espera da lucidez empresarial portuguesa. Olhando para o



nível médio comunitário do bem-estar social exige, por um lado, que a situação comunitária se mantenha, pelo menos, nos níveis de estabilidade em que se encontra (como é o caso do actual abaixamento das taxas de juro) e, por outro, que o crescimento do PIB per capita no nosso país seja, todos os anos, superior ao da

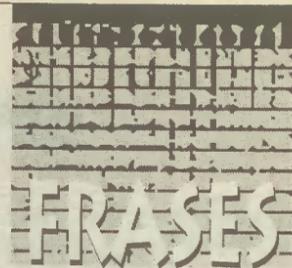
funcionamento do chamado «tecido empresarial» do nosso país e, sobretudo, para o seu comportamento insaciável em matéria de apropriação da riqueza, nem daqui a 100 anos os lucros chegarão aos salários e a qualidade de vida dos trabalhadores portugueses chegará à média comunitária...

Arafat em Portugal

O presidente palestino Yasser Arafat visitou oficialmente Portugal a semana passada, numa deslocação de 24 horas que foi a primeira de um périplo que o dirigente palestino está a fazer pela União Europeia. Recebido ao mais alto nível, Arafat recebeu das autoridades portuguesas medidas e promessas concretas de apoio à causa palestina, nomeadamente uma ajuda financeira de meio milhão de contos para projectos de reabilitação de edifícios históricos na cidade de



Belém e para a fase final da construção de um lar para raparigas na Universidade de Nablus, na Cisjordânia (que será chamado «Casa de Portugal»), o anúncio da abertura, já em Agosto próximo, de uma representação diplomática portuguesa na Palestina (na cidade de Ramallah) e a garantia de que Portugal apoia a constituição de um Estado palestino soberano, «vivendo em perfeita igualdade com Israel e os outros Estados árabes da região», segundo as palavras do Primeiro-Ministro português, António Guterres.



“Temos um sério problema na componente social do nosso desenvolvimento e da nossa modernização.”

(José Manuel de Mello, *Semanário Económico*, 2.7.99)

“A grande vitória será alcançada sobre nós mesmos e só poderá acontecer a seguir às eleições legislativas.”

(Manuel Alegre, na Convenção do PS, *Lusa*, 3.7.99)

“Serviu para o PS dizer que vai fazer o que devia ter feito.”

(Francisco Almeida, candidato CDU por Viseu, sobre a Convenção do PS, *Diário de Notícias*, 5.7.99)

“Havia até quem passasse a vergonha de chegar a Nova Iorque sem ter um cartão de crédito.”

(Dias Loureiro, sobre o Portugal pré-Cavaco, *Público*, 6.7.99)

“Se o interesse nacional o justificar e o exigir, serei candidato a Presidente da República”, disse ao *Expresso* Francisco Pinto Balsemão [proprietário do jornal].”

(Notícia na primeira página, *Expresso*, 3.7.99)

“O Santuário de Fátima tem muito dinheiro, não custa nada fabricar santos.”

(Padre Mário de Oliveira, *TSP*, 2.7.99)

“Como diz o Papa: “Devemos globalizar a solidariedade.”

(Fidel Castro, *Semanário*, 2.7.99)

“Estudar e ensinar foram as duas grandes tarefas da sua vida.”

(Raul Castro, num artigo sobre Armando Castro, *Jornal de Notícias*, 3.7.99)

Grupo parlamentar presta contas

O balanço do trabalho dos deputados comunistas apresentado terça-feira em Lisboa é extremamente positivo

Os Deputados do PCP foram, na Assembleia da República, a oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política. Simultaneamente «fizeram aprovar leis, apontaram políticas alternativas, propuseram soluções para problemas reais, defenderam os direitos de quem trabalha e produz, deram voz à defesa do interesse nacional e a importantes sectores marginalizados ou excluídos da sociedade, combateram a desigualdade social».

Um intenso trabalho, desenvolvido nesta 7.ª legislatura, de que aqui transcrevemos elementos fundamentais que constam do balanço agora apresentado.

Leis que o PCP propôs e fez aprovar Alguns exemplos significativos

• Programa especial de acesso aos cuidados de saúde (listas de espera)

ção secundária da toxicod dependência

- Melhoria da legislação de combate ao tráfico de droga
- Criação de empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais
- Constituição de Associações de freguesias
- Reconversão dos bairros clandestinos
- Simplificação e melhoria no transporte de doentes por corpos de bombeiros
- Reforço das Associações de mulheres



- Defesa da Olivicultura Nacional
- Apoios à agricultura face a adversidades climáticas
- Plano de Desenvolvimento

to e que cerca de 2 milhões de famílias passem a ser tributadas a uma taxa inferior à que suportavam. Na perspectiva da justiça fiscal, foi a mais importante alteração introduzida no sistema, durante os quatro anos da Legislatura.

Projectos de lei do PCP cuja aprovação o PS impediu

A convergência de opções políticas e parlamentares do PS com o PSD e o CDS-PP impediu a aprovação de leis progressistas favoráveis aos portugueses, apresentadas pelo PCP.

São exemplos disso:

- Programa de redução dos gastos com medicamentos
- Lei-Quadro da administração e gestão dos Centros de Saúde, Hospitais e sistemas locais de saúde
- Clarificação dos conceitos de duração do horário de trabalho, com vista à efectiva redução

do horário semanal de trabalho para as 40 horas

- Garantia dos direitos dos trabalhadores nos casos de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento
- Alteração do regime dos despedimentos colectivos
- Medidas para a salvaguarda da saúde dos trabalhadores na organização do trabalho
- Actualização das pensões de aposentação degradadas na função pública

• Alteração da idade de reforma das mulheres para os 62 anos de idade

- Proibição das taxas suplementares aplicadas às comunicações telefónicas
- A despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez
- Medidas para o desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar
- Garantia aos pais e aos encarregados de educação de melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos
- A revogação do sistema de propinas
- Lei-Quadro do financiamento e gestão orçamental do ensino superior

• Lei-Quadro da acção social escolar no ensino superior

- Alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo
- Lei-Quadro de apoio ao Associativismo
- Garantias de acesso ao emprego de cidadãos estrangeiros em condições de igualdade
- O reforço do sistema de fiscalização dos serviços de informações.

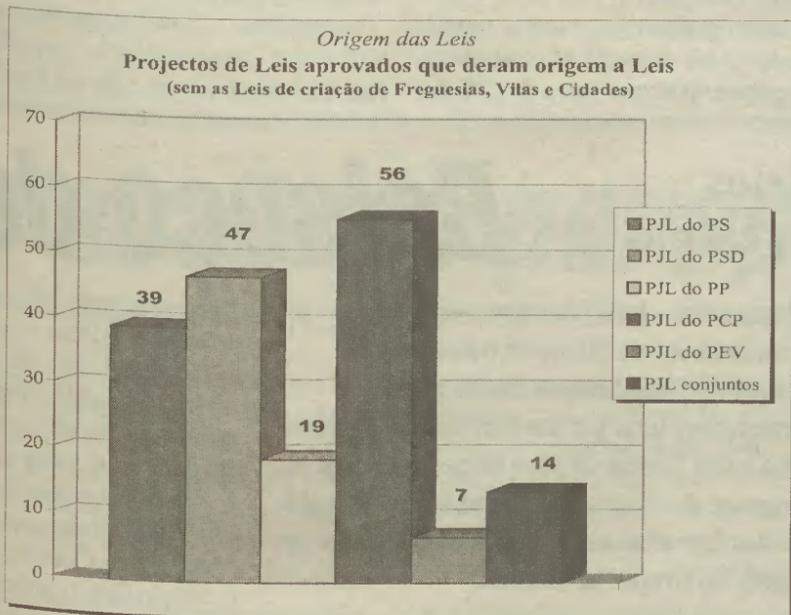
O debate político na Assembleia da República

O PCP recusou deixar-se aprisionar pelo debate marcado pelo espalhamento verbal, pela superficialidade e pelo artificialismo que outros partidos privilegiaram.

Os deputados comunistas participaram no debate político-parlamentar fazendo incidir a sua intervenção sobre os problemas e as preocupações dos cidadãos, sobre as iniciativas e lutas sociais.

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PCP promoveu 6 debates de urgência, produziu 46 Declarações Políticas e proferiu 46 intervenções, sendo 10 de âmbito local e regional e 36 de conteúdo sectorial.

Em matéria de Debates de Urgência, figura que o PCP usou com ponderação e eficácia, deu-se voz a problemas muito diversos, tais como: as pescas portuguesas; aumento dos preços dos serviços públicos, em particular da energia eléctrica; propostas comunitárias para o azeite; utilização da Base das Lajes pelos EUA; segurança nas estradas portuguesas; encerramento de empresas transnacionais.



- Criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos
- Proibição da discriminação salarial de jovens
- Reforço dos direitos dos trabalhadores-estudantes
- Regime do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca
- Actualização das coimas e multas sobre infracções a normas laborais
- Direito à igualdade e tratamento de mulheres no trabalho e no emprego
- Garantia dos alimentos devidos a menores
- Agravamento das penas para crimes sexuais, nomeadamente de que são vítimas os menores
- Direito a licença especial nos casos de gravidez de risco
- Reforço do direito à saúde reprodutiva
- Criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicod dependentes
- Financiamento público de projectos destinados à preven-

- Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal
 - Regulação da actividade de intérprete de linguagem gestual
 - Lei anti-racista
 - Lei das Associações de imigrantes
 - Regularização da situação de cidadãos estrangeiros sem autorização legal
 - Lei das Associações de cidadãos portadores de deficiência
 - Isenções fiscais das pessoas colectivas de utilidade pública.
- Foram ainda aprovadas as seguintes Resoluções apresentadas pelo PCP:
- Baixa dos preços dos combustíveis líquidos
 - Redução das tarifas de electricidade sobretudo para os consumidores domésticos
 - Protecção dos trabalhadores em situação de deslocalização de empresas
 - Negociação da Agenda 2000 (próximo Quadro Comunitário de Apoio)
 - Protecção do sector nacional face à Política Comum de Pescas

to para o distrito de Castelo Branco.

Releve-se, igualmente, as propostas do PCP relativas ao IRS, no Orçamento de Estado para 1999, que conduziram a que cerca de 700 mil famílias fiquem isentas do impos-

PS e Governo Iniciativas mais negativas

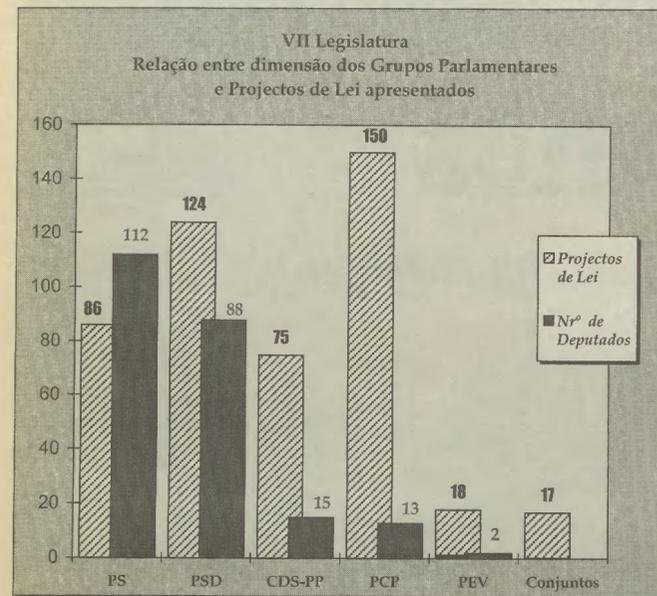
Demasiadas vezes o PS e o Governo assumiram posições em sintonia com o PSD e/ou com o CDS-PP para aprovarem leis (ou outras medidas) negativas para o País e para os portugueses, com a clara oposição do PCP.

Por exemplo:

- Revisão Constitucional
- Interrupção Voluntária da Gravidez
- Regionalização
- Inviabilização do referendo sobre a Moeda Única
- Aprovação do Tratado de Amsterdão
- Eliminação de limites à participação estrangeira nas privatizações

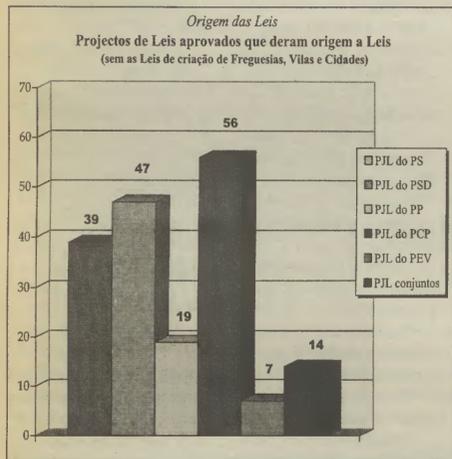
- Atribuição do direito de participação das associações patronais na elaboração da legislação de trabalho
- Regulamentação do trabalho a tempo parcial
- Diminuição da compensação salarial a suportar pelo patronato em casos de redução e suspensão dos contratos de trabalho (lay-off)
- Regime de instalação de novos municípios
- Regime jurídico-legal em matéria de asilo e de refugiados
- Lei-Quadro das leis de programação militar e lei de programação militar
- Leis do Orçamento de Estado

Grupo parlamentar presta contas



Foi por iniciativa do PCP que se debateram na Assembleia da República as consequências para Portugal da negociação da Agenda 2000 (próximo Quadro Comunitário de Apoio) e que o Governo foi obrigado a explicar

- Orientações gerais e política global do Governo
- Questões de segurança social e da sua reforma
- Defesa do Serviço Nacional de Saúde e a política do Governo para o sector



o novo Conceito Estratégico da NATO e a participação de Portugal na agressão militar à Jugoslávia.

Alguns dos grandes temas que marcaram a VII Legislatura trazem o cunho do papel pioneiro e interventor do PCP: a redução do horário semanal de trabalho; o rendimento mínimo garantido; o aumento das reformas e pensões; a necessária reforma da Justiça; a melhoria do sistema de saúde; avanços na legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez; a justiça fiscal; etc.

No capítulo da fiscalização da acção governativa, o PCP promoveu, em função das limitações regimentais, 6 Interpelações ao Governo, nomeadamente sobre as seguintes matérias:

- A crise social, as perspectivas do seu agravamento, as suas causas e as políticas necessárias para a combater
- Natureza e consequências económicas e sociais da moeda única

* O PCP promoveu metade das Audições Parlamentares realizadas pela Assembleia da República. Foram ouvidas inúmeras entidades e organizações sobre os atrasos do programa de acessibilidades ao distrito do Porto; sobre as consequências dos acordos comerciais com países terceiros; sobre a doença das vacas loucas; sobre o sistema de autoridade marítima; sobre o sistema de vigilância de comunicações. O PCP solicitou ainda por inúmeras vezes a presença de membros do Governo na Assembleia da República para prestarem esclarecimentos sobre actos controversos por si praticados.

* Realizaram-se 20 colóquios, encontros ou debates por iniciativa do PCP, mobilizando centenas de pessoas que quiseram contribuir com a sua opinião para a resolução de problemas em áreas tão diversas como: autonomia do ensino superior e seu aperfeiçoamento; atribuições e competências das autarquias; regime de permanência dos eleitos em Freguesias; ordenamento do território; bairros clandestinos; regularização extraordinária da situação de residência de imigrantes; associações de imigrantes; interrupção voluntária da gravidez; o sector público e as privatizações; situação laboral no sector financeiro; encerramento e deslocalização de empresas multinacionais; acordo hidrográfico com Espanha; gestão dos recursos pesqueiros e situação das pescas; a sociedade de informação; conceito estratégico da NATO.

* Apenas 5,7% dos 230 Deputados que compõem a Assembleia da República apresentaram 27,5% de todos os requerimentos ao Governo: são os 13 deputados do PCP. Interrogaram directamente o Governo, por escrito, 1122 vezes, sobre uma significativa amplitude de temas, sectores e problemas de ordem nacional, regional e local. Comparativamente refira-se que os 112 deputados do PS apresentaram apenas 701 requerimentos e os 15 do PP só 34 requerimentos.

* Os deputados do PCP efectuaram mais de duas centenas de visitas por sua iniciativa, corresponderam a convites e solicitações, receberam organizações e entidades em 694 audiências, deram seguimento à generalidade das questões suscitadas em mais de 10 mil cartas recebidas no Grupo Parlamentar.

Octávio Teixeira **Marcámos a**

«Com mais Deputados na próxima Assembleia da República, o PCP poderá contribuir mais e melhor para dar resposta aos problemas e aspirações da maioria dos portugueses, para mais decisivamente influir na concretização de medidas e de políticas de esquerda em Portugal.» Esta a conclusão da intervenção de Octávio Teixeira, num balanço da actividade dos comunistas na AR de que resalta uma ideia-chave - marcámos a diferença.

«Marcámos a diferença fazendo incidir a nossa intervenção sobre os problemas e as preocupações da grande maioria dos portugueses. Ainda que isso nos pudesse fazer perder tempo de antena nos órgãos de comunicação social...» Uma diferença que Octávio Teixeira esmiuçou depois num balanço-síntese que aqui, no fundamental, se reproduz. Ponto por ponto.

Os Deputados do PCP foram na Assembleia da República, com frontalidade, a oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política.

Combatemos os aspectos mais salientes da política neoliberal do Governo, fiscalizámos a actividade governativa, denunciámos as múltiplas convergências e entendimentos do PS e do seu Governo com o PSD e com o CDS-PP.

Mas, para além disso, o Grupo Parlamentar do PCP fez aprovar Leis e Resoluções, apontou políticas alternativas, propôs soluções para problemas reais, defendeu os direitos de quem trabalha e produz, deu voz à defesa dos interesses nacionais e a importantes sectores da sociedade, combatu a desigualdade social.

Em termos quantitativos, e com apenas 13 deputados (5,6% do total), os comunistas foram responsáveis por cerca de 27% do

total das iniciativas parlamentares e por 32% dos projectos de lei apresentados.

Para além disso, os projectos de lei originários do PCP representam cerca de 29% dos projectos dos Grupos Parlamentares aprovados na legislatura, o número mais elevado entre todos os Partidos.

Não, certamente, pelos nossos lindos olhos.

Mas por duas razões fundamentais: pelo incontornável valor político e social intrínseco às nossas propostas, e pelo facto, extremamente positivo para os portugueses, de nesta legislatura não existir uma maioria absoluta de suporte ao Governo, capaz de funcionar como rolo compressor de todas as iniciativas das oposições, em particular das iniciativas do PCP.

Alguns exemplos das iniciativas aprovadas

Assim, no âmbito da área laboral, a lei que “garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego”, a que instituiu o “regime jurídico do trabalho a bordo das embarcações de pesca”, a que reforça os “direitos dos trabalhadores-estudantes” e a que “proíbe a discriminação dos jovens na fixação do salário mínimo” ou, ainda, a que “aumentou as coimas por violação da legislação do trabalho”.

No que concerne à toxicod dependência, as que criaram “uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção dos toxicode-

diferença

pendentes”, e a que “assegura o financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência”.

No plano do que poderíamos designar dos direitos à liberdade e à igualdade, lembro a lei que institui o “direito a uma licença especial nos casos de gravidez de risco”, a que garante “os alimentos devidos a menores”, a do agravamento das “penas para os crimes sexuais, nomeadamente de que são vítimas os menores”, a que garante o “reforço do direito à saúde reprodutiva”, impondo, em particular, a implementação nas nossas escolas de um programa pluridisciplinar de educação sexual e a criação de consultas de planeamento familiar nos locais de trabalho em que existem serviços de saúde.

Mas também a lei que estabelece um “programa especial de acesso aos cuidados de saúde”, a que “previne a prática de discriminação no exercício dos direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica”, a que cria os “conselhos municipais de segurança dos cidadãos”, ou ainda a “lei de bases do desenvolvimento florestal” e as relativas ao “reforço das competências e meios das freguesias”, à “criação de empresas públicas municipais” e ao “regime jurídico das associações de municípios”.

Tal como é indispensável realçar as propostas do PCP relativas ao IRS, e aprovadas no OE para 1999, que conduziram, como é possível comprovar com as novas tabelas de retenção na fonte, à isenção de imposto para cerca de 700 mil famílias e a que cerca de 2 milhões de famílias passassem a ser tributadas a taxas inferiores às que suportavam. Não tenho dúvidas em afirmar que estas alterações ao IRS foram, na perspectiva da justiça fiscal, a grande medida tomada durante esta Legislatura!

Mas houve, infelizmente para os portugueses, propostas do PCP que foram recusadas por res-

ponsabilidade primeira do PS, em convergência com o PSD e/ou CDS-PP.

Neste âmbito, entre muitas outras, realço as relativas à interrupção voluntária da gravidez, a que repunha a idade de reforma das mulheres nos 62 anos, a que reforçava a proibição da vigilância dos trabalhadores nos locais de trabalho por meios mecânicos e electrónicos, a que determinava uma aumento extraordinário de todas as pensões de reforma e de aposentação mais degradadas, as relativas ao ensino superior, etc.

Aliás, contando-se por muitos os aspectos negativos da acção parlamentar do PS e do Governo, um deles marcará indelevelmente esta Legislatura: o deplorável, escandaloso e grave episódio das cambalhotas políticas, da falta de palavra e de coerência do Grupo Parlamentar do PS e do Primeiro-Ministro em torno da lei da interrupção voluntária da gravidez que chegou a ser aprovada pelo Parlamento.

Mas a despenalização da IVG é um problema incontornável da sociedade portuguesa. Por isso, e mais cedo que tarde, ele terá necessariamente a solução adequada.

Suma conclusiva

Demos voz no Parlamento aos que trabalham, aos reformados, aos estudantes, às mulheres, às causas e lutas sociais. E não esquecemos o dever de irmos ao



encontro dos eleitores, em mais de 200 visitas que realizámos e em cerca de 700 audiências que concedemos.

Defendemos a necessidade de reformas estruturais, e apresentámos orientações e propostas com esse objectivo, designadamente no âmbito do Sistema Fiscal, da Saúde, da Justiça e da Segurança Social. Nenhuma reforma estrutural, com marca de progresso e de justiça social, ficou por realizar por carência de maioria parlamentar para a aprovar. Não se concretizaram, apenas porque o PS e o Governo não quiseram, por não terem essa vontade política e por temerem ferir interesses ilegítimos instalados.

Denunciámos e combatemos o clientelismo partidário, os “jobs for the boys”, os fumos de corrupção, a impunidade dos crimes de “colarinho branco”.

Não regateámos o nosso contributo na defesa dos interesses do País e dos traba-

lhadores, e combatemos as desigualdades sociais.

Fomos firmes na oposição às políticas e medidas de direita e aos múltiplos entendimentos e convergências do PS e do Governo com os partidos da direita e às relações promíscuas entre o poder político e o poder económico.

Demos corpo na Assembleia da República à afirmação do projecto político do PCP, um projecto de esquerda, assente na garantia dos direitos e liberdades, no desenvolvimento económico e social, na dignificação e valorização do trabalho e do emprego com direitos, na justa repartição do rendimento e na preservação e melhoria do ambiente.

Serão estes, sem margem para quaisquer dúvidas, os caminhos que o futuro Grupo Parlamentar do PCP continuará a trilhar.

Carlos Carvalhas **Balanco de**

«Continuaremos a tudo fazer para servir o povo e o País, continuaremos a lutar pela transformação social e pelo aprofundamento da democracia, continuaremos a lutar por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.» Um compromisso de sempre dos comunistas, sublinhado por Carlos Carvalhas no Acto público de Balanço de Actividade do Grupo Parlamentar.

Nesta prestação de contas, «neste balanço de trabalho e também neste esforço de rasgar perspectivas para o futuro», o secretário-geral do PCP lembrou a importância de «recordar algumas coisas e sublinhar algumas verdades que poderão ajudar os cidadãos a julgarem com maior conhecimento de causa. A ligarem as suas opções à prática das forças políticas, às suas escolhas, à sua vida, às suas aspirações e anseios, ao que desejam para o país».

Balanço e projectos de que aqui damos nota.

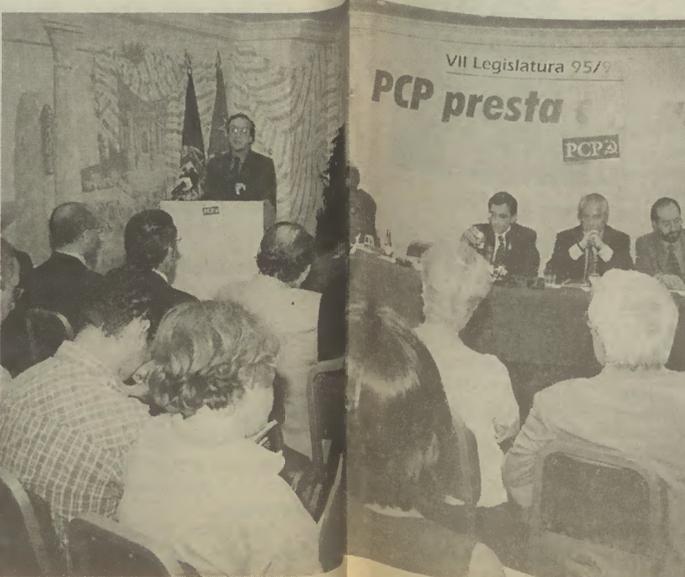
Algumas verdades

1.º Quem acompanhou a vida parlamentar ou quem analisar com rigor e sem preconceitos os posicionamentos dos diversos partidos na Assembleia da República, terá de concluir que o que de mais positivo foi aprovado nesta legislatura tem a iniciativa ou apoio, ou a pressão, ou o empenho e os votos do PCP.

O PCP, com os seus votos permitiu a aprovação de várias propostas de lei e como há pouco exemplificou o Presidente do Grupo

Parlamentar, propôs e fez aprovar nesta legislatura cerca de 50 projectos de lei e que hoje são leis da República, como o programa especial de acesso aos cuidados de saúde (listas de espera) ou a criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos; ou a proibição da discriminação salarial dos jovens, ou a criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção da toxicodependência, etc., etc.

2.º Se o PCP tivesse tido uma maior representação parlamentar teria feito



trabalho e perspectivas de futuro

aprovar mais medidas positivas e progressistas.

Basta lembrar a questão das pausas em relação à semana de trabalho de 40 horas; a reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos; a fiscalização do SIS; os aumentos das reformas e dos vencimentos da função pública; a redução significativa dos benefícios fiscais ao capital financeiro e especulativo; a proibição das taxas suplementares aplicadas às comunicações telefónicas...

Creio que ninguém duvida que este teria sido o nosso posicionamento e o nosso voto e que o povo, a democracia e o país só teriam a ganhar com estas e outras medidas.

3.º Se o PS tivesse tido a maioria absoluta, o poder absoluto a legislatura teria sido muito mais negativa teria havido mais abuso do poder e muito mais medidas negativas e retrógradas terem sido aprovadas.

Desde logo o PS teria aprovado os seus Orçamentos com alterações mínimas, o que significaria por exemplo, que milhares e milhares de famílias que este ano não pagaram IRS ou pagaram bastante menos, estando por isso a descontar desde já muito menos, não teriam este benefício; teria aprovado o processo das incineradoras de Souza e Maceira, não tendo em conta as reservas das populações e dos ecologistas; teria aprovado o Totonegócio, o pacote laboral, a privatização da Segurança Social, o Código Penal com a penalização de prisão para o corte de estradas; as leis eleitorais com os círculos uninominais e o “regabofe dos jobs for the boys” teria sido muito maior.

Destas três realidades creio que resulta com muita nitidez aquilo que temos afirmado, isto é, que o país necessita de uma política mais humana, justa e fraterna. Necesita de uma viragem à esquerda o que exige uma alteração da correlação de forças entre o PS e a CDU.

Está nas mãos do povo português a concretização dessa viragem.

O nosso projecto

Na próxima legislatura trabalharemos para que se concretizem as grandes reformas e o país necessita, no sentido do progresso e da justiça social a começar pela reforma fiscal.

Tomamos o compromisso de, por exemplo, reduzir em largas dezenas de milhões de contos os benefícios fiscais nomeadamente, os que hoje são dirigidos aos capital financeiro e especulativo, desagrvando ao mesmo tempo a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

No campo da saúde empenhar-nos-emos para que seja acelerado o nosso programa aprovado na Assembleia da República, para que se eliminem as “filas de espera” até ao fim de 2001, para que se generalize os genéricos e para que nas farmácias hospitalares e centros de saúde sejam distribuídos gratuitamente os medicamentos que ficam mais caros se comparticipados.

No campo do ensino, apresentaremos uma lei de financiamento do ensino superior e acabaremos com os *numerus clausus* dando prioridade à medicina.

As saídas profissionais, o trabalho com direitos e o combate aos vínculos precários serão grandes prioridades para o PCP.

Portugal é hoje na União Europeia o campeão das desigualdades.

Por isso, o PCP quer ao nível do Orçamento de Estado, quer através de iniciativas específicas empenhar-se a melhorar a distribuição do Rendimento Nacional, ineflectindo a política que foi seguida pelo governo PS.

O aumento com realismo e justiça dos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública, do salário mínimo e das reformas estará no centro das atenções do PCP.

Reapresentaremos também o nosso projecto sobre a interrupção voluntária da gravidez e par de medidas de reforço de defesa da maternidade e do planeamento familiar.

Em relação à legislação laboral, enterraremos de vez a legislação sobre a redução das

férias e sobre a alteração de conceito de retribuição e tomaremos medidas para que os vínculos precários sejam uma excepção e não a regra.

Apresentaremos um projecto para a redução para as 35 horas do horário normal de trabalho, sem redução do salário acompanhando de forma faseada o movimento que na União Europeia avança neste sentido. E manteremos o nosso empenhamento na criação de uma taxa (Tobin) sobre os movimentos de capitais, como o fizemos ainda agora nos últimos dias dos trabalhos parlamentares (1 de Julho) propondo a inclusão dessa taxa no âmbito do imposto de selo e que foi significativamente rejeitada pelo PS, PSD e CDS-PP.

O combate à morosidade da justiça, à transparência dos actos administrativos e aos fenómenos de corrupção estarão também nas nossas prioridades.

A nossa preocupação com a defesa e valorização da produção nacional e a integração de importantes e estratégicas alavancas económicas e financeiras nas linhas de desenvolvimento do país levar-nos-ão a apresentar várias medidas em vários domínios e em relação às empresas públicas, à consolidação do grupo Caixa Geral de Depósitos, ao fim das privatizações e à detenção por parte do Estado de pelo menos um capital mínimo de bloqueio (*golden shares*) em empresas básicas e estratégicas, para evitar o que sucedeu com o processo Champalimaud-Santander.

Em resumo, a grande preocupação do PCP na próxima legislatura será o crescimento económico do país com uma grande dimensão social e ambiental e o aprofundamento da democracia e a participação democrática dos cidadãos.

CDU apresenta candidatos

A apresentação de listas ou de cabeças de lista da CDU sucede-se por todo o País. Assim, desde a última edição do nosso jornal, são já do conhecimento público as candidaturas da CDU em Braga, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria e Vila Real, de que hoje damos notícia.

Braga

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP é o cabeça de lista da CDU por Braga.

Natural de Guidões, concelho de Trofa, Agostinho Lopes, de 54 anos, é licenciado em engenharia química industrial pela Faculdade de Engenharia do Porto e foi dirigente do Movimento Estudantil nessa Faculdade em 1968/69 e 1969/70.

Foi professor do ensino secundário nos anos lectivos de 1970/71, 1971/72 e 1973/74 no Barreiro e em Fafe. Participou,



Agostinho Lopes

ainda, na constituição e desenvolvimento dos Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário (GEPDES), tendo publicado, em 1972, o livro «A política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional».

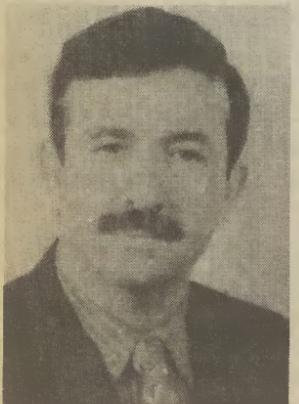
Participou no Movimento

Castelo Branco

O cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Castelo Branco é Luís Pereira Garra.

Para apresentação da lista, de que o professor dr. Luís Lourenço é mandatário, a CDU realizou, na terça-feira passada, uma sessão pública que decorreu no Hotel Rainha D. Amélia, em Castelo Branco.

Luís Pereira Garra, operário têxtil, é natural da freguesia de Santa Maria, Manteigas, tem 42 anos de idade e reside actual-



Luís Pereira Garra

Democrático contra a ditadura fascista. Aderiu ao PCP em 1968.

De 1975 a 1979 é membro da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, período em que teve a responsabilidade do trabalho junto dos Pequenos e Médios Agricultores. Entre 1980 e 1988 é responsável pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes.

Agostinho Lopes foi eleito membro do Comité Central no IX Congresso e Congressos seguintes, tendo sido eleito, após o XIV Congresso, para o Secretariado e Comissão Política.

Tem na direcção do PCP a responsabilidade do Gabinete do Parlamento Europeu e da Área dos Assuntos Económicos, em particular dos Sectores da Agricultura, dos Pequenos e Médios Empresários e do Movimento Cooperativo.

Foi candidato à Assembleia Constituinte pelo círculo do Porto e candidato à Assembleia da República pelos círculos de Bragança, em 1976, e de Vila Real, em 1979, 1980, 1983, 1985 e 1987.

Foi membro da Assembleia Municipal de Vila Real de 1979 a 1988, candidato à Assembleia da República nas eleições de 6 de Outubro de 1991 pelo círculo de Santarém e eleito deputado. Em 1995, foi candidato à Assembleia da República pelo círculo de Vila Real.

mente na freguesia de Vila de Carvalho.

Em 1978, foi eleito para a direcção do Sindicato dos Lanifícios (hoje Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa), em 1981 é eleito vice-presidente e em 1984 passou a exercer as funções de Presidente de Direcção.

Em 1979 é eleito como coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco, função que ainda hoje desempenha, e em 1983 para a Direcção da CGTP-IN, cujo Conselho Nacional integra actualmente.

É membro do Comité Central do PCP, da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco e da Comissão Concelhia da Covilhã.

Para além destas responsabilidades partidárias, é ainda, desde 1983, eleito do PCP na Assembleia Municipal da Covilhã, tendo sido num dos mandatos Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila do Carvalho e, nas eleições legislativas de 1991, cabeça de lista da CDU por Castelo Branco.

Évora

Em Évora, o cabeça de lista da CDU é Lino António Marques de Carvalho, de 52 anos de idade, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP. É membro da Assembleia Municipal de Évora.

Deputado à Assembleia da República, Lino de Carvalho é Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e membro das



Lino de Carvalho

comissões parlamentares de Economia e de Agricultura.

É ainda membro da Delegação Parlamentar do Conselho da Europa e à Assembleia da União da Europa Ocidental.

A actividade de Lino de Carvalho, enquanto deputado, tem-se pautado por uma estreita ligação ao distrito e à região, com as suas gentes e seus problemas, em prol dos quais tem desenvolvido uma intensa acti-

vidade.

A apresentação de Lino de Carvalho como cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Évora é, para a DOREV, «uma prova da garantia ao eleitorado do distrito, do trabalho, competência e cumprimento dos compromissos assumidos no início da legislatura na defesa do desenvolvimento da Região e da melhoria das condições de vida da população do distrito».

Aliás, quando da apresentação da sua candidatura, Lino de Carvalho afirmou ter a consciência «de ter respeitado e cumprido as responsabilidades que, com o PCP e a CDU, assumimos em cada legislatura», de que, de resto, já apresentaram contas à população.

A consciência do «dever cumprido» dá-lhe, pois, razões para «com o PCP e a CDU, voltar a merecer a confiança do eleitorado e aceitar, por isso, ser de novo cabeça de lista» e procurar contribuir para o reforço da votação na CDU e da representação parlamentar do PCP. Até porque a presença no Parlamento de deputados comunistas eleitos pelo círculo de Évora – e pelos outros círculos do Alentejo – é, por sua vez, condição necessária para que a voz da região seja ouvida, para que leis e outros instrumentos de política sejam aprovados a favor do nosso

Faro

Pelo círculo eleitoral de Faro, o cabeça de lista da CDU é Carlos Luís Figueira, de 54 anos, membro do PCP desde 1964 e funcionário do Partido desde 1968.

Entre 1964 e 1967, Carlos Luís desenvolveu a sua actividade política na Bélgica, tendo, a partir de 1968 e até ao 25 de Abril, passado a exercer a sua actividade no interior do nosso país, como quadro clandestino.



Carlos Luís Figueira

É membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pela Organização Regional do Algarve, coordenando os Grupos de Trabalho junto do Comité Central para as questões do Turismo e das Pescas.

É, ainda, membro da Assembleia Municipal de Faro e foi candidato à Assembleia da República em sucessivas eleições.

Leiria



Rogério Manuel Madeira Raimundo

No distrito de Leiria, a CDU escolheu o Mercado Festa que há mais de 20 anos se realiza nas Caldas da Rainha para apresentar o cabeça de lista por este círculo eleitoral, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Assim, mais de quatro centenas de pessoas assistiram no Mercado Festa – onde ao longo do dia houve venda de produtos agrícolas, quermesse e almoço regional – à apresentação de Rogério Manuel Madeira Raimundo, de 48 anos de idade.

Professor de Matemática, exercendo a profissão, na maior parte do tempo, na Escola Secundária D. Inês de Castro, em Alcobaca, Manuel Raimundo é membro da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP.

Exerceu e desenvolveu actividade sindical durante 20 anos, quer como delegado quer como

dirigente sindical, tendo sido, nomeadamente, coordenador do Executivo Distrital de Leiria do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Foi, durante 24 anos, membro dos Corpos Gerentes do Centro Cénico e Bem-Estar Social da Cela, Alcobaca, uma colectividade de exemplar no desenvolvimento de actividades nas áreas da cultura, do desporto, do recreio e do social.

É membro do Conselho Distrital de Leiria da UIPSS, do Conselho Geral da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e da Direcção da Nova União das Colectividades do Conselho de Alcobaca.

Foi eleito para a Assembleia de Freguesia da Cela, para a Assembleia Municipal de Alcobaca e actualmente exerce as funções de vereador da CDU na Câmara Municipal de Alcobaca.

Vila Real

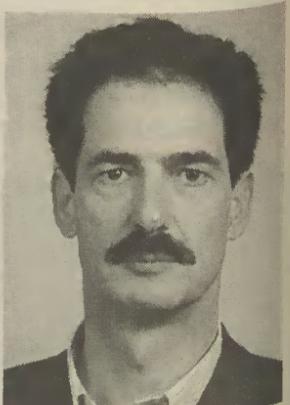
Virgílio Cardoso Alves, de 50 anos, natural da freguesia de Santa Valha, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, é o cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Vila Real.

Professor universitário, é membro da Assembleia e do Senado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Secretário da Comissão Permanente do Concelho Científico. Membro fundador e actual Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Criadores do Maronês e do Conselho Agrícola de Vila Real, pertence ainda aos Corpos Sociais do Sindicato dos Professores do Norte.

Virgílio Cardoso Alves é militante do PCP desde 1974, tendo sido candidato às várias eleições (Assembleia Constituinte, Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias) e é membro da Direcção da Organização de Vila Real e da Direcção da Organização de Trás-os-Montes.

Na sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU – realizada no domingo, na Estalagem Quinta do Paço, em Vila Real, com a presença de António Lopes, da Comissão Política -, Frederico Neves, mandatário da candidatura, lembrando que em 1995 «dizíamos que havia uma real possibilidade de afastar o PSD e a direita do poder e alcançar uma viragem democrática na política nacional», chamou a atenção para o facto de

então também se ter dito «com clareza» que isso não chegava e que reforçar o PCP e a CDU era a maior garantia «não só para derrotar a direita como toda e qualquer política de direita». E concluiu: «Tínhamos razão, o PS não era nem foi solução» porque «ontem como hoje a solução está na CDU».



Virgílio Cardoso Alves

Por sua vez, Virgílio Cardoso Alves, afirmando que «a região precisa de inverter a situação a que tem sido votada pelos Governos do PSD e do PS, com o conluio dos deputados eleitos na região», apresenta a CDU como a força política que tem soluções para inverter esse rumo, pelo que «a região em particular e o País em geral terão muito a ganhar se a CDU reforçar a sua votação e conseguir eleger pelo menos um deputado».

Carlos Carvalhas encabeça lista por Lisboa

A apresentação dos candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Lisboa aconteceu na terça-feira passada, no Hotel Sofitel. É Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP que encabeça a lista, seguido de Luís Sá, membro da Comissão Política.

Carlos Carvalhas, economista de 56 anos, foi, após o 25 de Abril, Secretário de Estado do Trabalho em cinco governos provisórios e Vice-Presidente do Conselho Nacional do Plano.

Foi deputado do Parlamento Europeu e deputado no Conselho da Europa, onde presidiu ao Grupo Comunista, e, ainda, can-

didato do PCP à Presidência da República em 1990.

Para além de secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas é actualmente deputado à Assembleia da República e membro do Conselho de Estado.

Luís Sá, o segundo da lista por Lisboa, tem 47 anos, é licenciado em Direito e douto-

rado em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política.

Foi adjunto do Gabinete do ministro dos Transportes e Comunicações nos IV e V Governos Provisórios e do ministro das Obras Públicas do VI Governo Provisório.

Entre 1977 e 1987 foi membro da Comissão Nacional de Eleições, tendo sido eleito para o Parlamento Europeu em 1994.

Deputado à Assembleia da República e professor universitário, é ainda director da revista Poder Local desde 1979.

A lista da CDU por Lisboa integra, porém, outros nomes já conhecidos de anteriores legislaturas, como o de Bernardino Soares, Isabel Castro, António Filipe, Alexandrino Saldanha e Jerónimo de Sousa ou, ainda, Demétrio Alves, ex-presidente da Câmara Municipal de Loures.

Trata-se de uma lista de 55 nomes provenientes de diversas áreas socioprofissionais, onde as mulheres têm uma representação de 36%.

Na apresentação pública da lista da CDU, para além da



Na mesa da sessão pública estiveram, entre outros candidatos, Helena Seródio, Luís Sá, Isabel Castro e Carlos Carvalhas

intervenção de Carlos Carvalhas (de que a seguir se transcrevem extractos) e de Paulo Sucena, mandatário da candidatura, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Secretário Geral da FENPROF, usou da palavra Isabel Castro.

Entre as várias afirmações que fez, e referindo-se ao cartaz do PS que afirma estar o país em boas mãos, a dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes» ironizou: «Serão mãos leves, mãos duras, mãos largas... ou mãos mortas?»

Carlos Carvalhas em Lisboa

Votar CDU é votar na esquerda que conta

Na sua intervenção (de que se transcrevem extractos) o secretário-geral do PCP considerou que a «etiqueta socialista» não confere ao Governo, só por si, «um conteúdo político, como aliás se viu nesta legislatura» ou «alguma imunidade face a uma política de concentração de riqueza disfarçada aqui e ali pela retórica social». Razão por que «mesmo para os que não estejam sempre de acordo connosco», o voto na esquerda é o voto na CDU.

(...)

É necessário travar uma grande batalha de convencimento, mostrando pela exemplificação da nossa prática nomeadamente, na Assembleia da República, que os partidos não são todos iguais, que a CDU honra o que promete e que se tivesse tido uma maior representação parlamentar muito mais poderia ter conseguido de positivo em domínios decisivos para a vida dos pessoas.

Que está nas mãos dos eleitores distinguirem e premiarem aqueles que mais se bateram pelo progresso e justiça; pela verdade e transparência dos actos administrativos e públicos; pela humanização da vida e da política.

Que não é pelo desinteresse e pela abstenção que se condena e se muda a relação de forças mas pelo voto, pela intervenção cívica, por se reforçar aqueles que podem de facto imprimir uma viragem na política seguida, uma viragem à esquerda.

Que há uma maneira de os eleitores desiludidos e os eleitores de esquerda não virem de novo a passar pela situação de os seus votos serem usados para justificar e legitimar a continuação de uma política, que gostariam de ver abandonada e derrotada.

Que os reformados têm uma maneira de não verem os seus votos a serem usados para se manter mais de 1 milhão de reformados com reformas inferiores a 33 contos, que os trabalhadores têm uma maneira de se verem livres do pacote laboral e de uma distribuição do Rendimento Nacional que os penaliza, que as micro e as pequenas e médias empresas têm uma maneira de ver corrigida uma política que as marginaliza, que as mulheres têm uma maneira de dizer não a uma política hipócrita, seja em relação à interrupção voluntária da gravidez, seja em relação à idade das reformas, seja de uma forma mais geral à sua participação em igualdade.

Essa maneira, mesmo para os que não estejam sempre de acordo connosco, chama-se votar na CDU, votar na esquerda que não imita a direita, chama-se votar na esquerda que não aparece só nas eleições com as velhas rábulas mesmo que travestida de novo, chama-se, em resumo, votar na esquerda que conta, na esquerda que faz a diferença e na diferença que faz a esquerda, chama-se votar na CDU.

Prática desmente palavras

Nós não somos dos que temos uma visão catastrófica do estado do país, nem dos que negam o crescimento económico e algumas mudanças em relação à política cavaquista.

O que afirmamos e é inegável é que se acentuaram as desigualdades, que se podia ter feito muito mais e melhor e que nas questões mais essenciais e estruturantes foi prosseguida a mesma política, uma política monetarista e neoliberal que beneficiou no fundamental o capital financeiro e as actividades especulativas e parasitárias em detrimento das actividades produtivas e da dignificação do trabalho.

E não é pelo governo ser do Partido Socialista e ter etiqueta socialista que lhe confere, só por si, um conteúdo político, como aliás se viu nesta legislatura, ou alguma imunidade face a uma política de concentração de riqueza disfarçada aqui e ali pela retórica social.

O Rendimento Mínimo, iniciativa originária do PCP e que passou na Assembleia da República com os votos do PCP e o pré-escolar, cujo conteúdo mais justo e progressista foi aprovado contra a vontade do PS, não chegam para o PS caracterizar a sua política.

No entanto, é certo e sabido que o PS vai utilizar estas «peninhas de pavão», bem como alguns programas comunitários de luta contra a pobreza para exemplificar as suas «preocupações sociais» e disfarçar o essencial da sua política e as suas consequências e que se pode traduzir em dois ou três factos:

– O de Portugal ser hoje o campeão das desigualdades na União Europeia.

– O de ter cerca de 50% da população activa com um vínculo precário.

– O de o Orçamento do Estado ter concedido em benefícios fiscais no essencial ao capital financeiro e especulativo mais de 200 milhões de contos.

Os eleitores não devem, na verdade, julgar os comportamentos pelas designações e pelas etiquetas, mas pelos conteúdos e pela prática. O que está em causa não é o clubismo, mas a vida de cada cidadão, a utilização do dinheiro dos impostos, o futuro do país.

As escolhas não devem ser ditadas pela política-espectáculo, pela retórica e o jogo das palavras, pelo facto de sempre se ter votado em



O voto na CDU pode impedir «poderes absolutos», disse Carlos Carvalhas na apresentação da lista por Lisboa

tal ou tal força política, mas pelo que está em causa que não são factos políticos ou jogadas eleitorais, mas as condições de vida dos trabalhadores e das populações.

As mistificações vão ser muitas e não é preciso consultar a bola de cristal para se antever algumas encenações.

A encenação de que estas eleições são para eleger directamente o Primeiro-Ministro e não para eleger 230 deputados à Assembleia da República.

E lá veremos toda esta mistificação, com o apagamento dos diversos candidatos nomeadamente, da parte daqueles partidos que agora se esquecem dos argumentos da aproximação dos deputados aos eleitores, apresentados quando querem mudar as leis eleitorais em seu benefício.

A encenação das grandes diferenças e divergências entre o PS e o PSD, empolando o acessório e o caricato para melhor disfarçarem as semelhanças e convergências sobre o fundamental.

A encenação da «bipolarização» e do perigo do PSD procurando dar a ideia que tudo se resume e tudo se decide entre estes dois partidos, alimentando-se a fantasia de que o PSD pode voltar, nestas eleições, a ser governo para falsamente carrear um voto de «mal menor» para o PS.

E lá teremos as sondagens e mais sondagens para tentarem dar suporte à mistificação.

Mas é evidente que nestas eleições o PSD não tem qualquer hipóte-

se, também por isso, os cidadãos que entendem que se deve virar à esquerda e impedir «poderes absolutos» podem votar com toda a tranquilidade na CDU, como um voto que conta triplamente:

- para virar à esquerda e derrotar a política de direita;
- para impedir o poder absoluto do PS;
- para derrotar o PSD e o PP.

Uma lista com projecto

A lista de candidatos da CDU à Assembleia da República pelo distrito de Lisboa, que hoje apresentamos à opinião pública pela sua composição, procurou dar protagonismo e correspondência a um projecto, às propostas e a tantas lutas que travámos no passado recente, à identificação com valores e grandes causas sociais, tantas vezes fustigadas nesta época em que vivemos.

É preciso que se diga quanto valorizamos a participação, o empenhamento e o apoio de homens e mulheres de cultura, de ciência, de educação, de personalidades que persistem na sua identificação e na defesa desses valores e dessas causas quando se assiste a tantos desencantos e a tantos factores que empurram para o cruzar de braços, ou para a rendição às mordomias de um poder que usa e abusa do Orçamento de Estado para fins exclusivamente partidários.

Esta lista de candidatos está em condições e em vantagens para se dirigir ao eleitorado do Distrito porque na acção e na intenção política, na palavra de confiança, na proposta, na participação e direcção de tantas lutas, no acto solidário, demonstrou que vale a pena não só estar com a CDU mas também votar na CDU.

Sabem-no as classes populares e as classes laboriosas. Sabem-no os trabalhadores quando na sua luta contra o pacote laboral encontraram nas instituições uma única voz solidária e combativa: a voz do PCP e da CDU.

Sabem-no os trabalhadores que travaram pequenas e grandes lutas, as trabalhadoras e trabalhadores do Chiado, da Cabos d'Ávila, dos caminhos-de-ferro, dos hotéis de Lisboa

ou do Casino do Estoril, da Petrogal, dos CTT e da PT, da EDP, dos transportes de combustíveis, dos estabelecimentos fabris das forças armadas, da Administração Pública, os pescadores, os elementos da PSP e das forças armadas, as mulheres e jovens trabalhadores.

Se algum dia fosse feito o balanço dessas lutas, de quem as protagonizou e nelas participou, quem mais se bateu por anseios e reivindicações do direito ao trabalho e do trabalho com direitos; se o trabalhador que lutou e luta aliasse as razões de luta à opção do seu voto, o PCP e a CDU alcançariam um resultado notável. Nós sabemos que não há transposição mecânica da participação na luta e da evolução da consciência social para a opção eleitoral. Mas nestas batalhas que se aproximam sabemos cada um de nós valorizar e potenciar esse precioso capital social como factor que anima a levarmos por diante o que de nós se exige. (...)

Procuraremos fazer uma campanha assente nas nossas propostas, nas alternativas, mostrando com verdade e pedagogicamente que é possível seguir serena e tranquilamente outro caminho, que há outra política, uma política mais justa e mais humana, uma política ao serviço não do capital financeiro mas sim ao serviço dos portugueses e das portuguesas e de Portugal.

(...)

ALENTEJO Muita promessa, pouco investimento

O Alentejo vai ser contemplado, afinal, apenas com um valor global de 281,6 milhões de contos, ou seja, cerca de 53% dos 533 milhões de contos que durante anos consecutivos o Governo andou a anunciar, o que, na opinião da Direcção Regional do Alentejo do PCP, este valor é «absolutamente inaceitável» e exige do Governo «uma imediata explicação».

Por outro lado, o valor de 204,9 milhões de contos de investimento elegível aprovado no âmbito do 2.º Quadro Comunitário de Apoio - que representa pouco mais de 45% dos valores previstos -, desmente também as afirmações do coordenador do PROALENTEJO, Carlos Zorrinho, que, «nas suas sessões de propaganda», «pondo em evidência a sua má-fé e falta de seriedade política» continua repetidamente a anunciar 400 milhões de contos.

Assim, a DRA exige que o Governo cumpra o investimento que havia anunciado e não venha agora, em vésperas de eleições, prometer mais milhões para o futuro 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

OVAR Confiança no futuro

Na sequência da análise que fez aos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, a Comissão Concelhia de Ovar regista com satisfação uma subida da CDU na totalidade das oito freguesias do concelho, em número de votos e em percentagem, quer relativamente às eleições de 1994 - com uma progressão de cerca de 52% - quer mesmo às últimas eleições autárquicas.

A Concelhia de Ovar, apesar de considerar negativo a perda de um deputado pela CDU, afirma que em Ovar os objectivos da CDU foram «claramente atingidos», permitindo «encarar o futuro próximo com grande determinação e confiança». Basta, para tanto, prosseguir «a acção política do Partido em torno dos problemas mais importantes e mais sentidos pelos trabalhadores e pelas populações».

COVILHÃ PSD encena farsa

Por seu lado, a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP condena o facto de o eng.º Alçada Rosa, Presidente da Câmara em exercício, ter faltado, sem qualquer justificação, ao jantar oferecido pelo Presidente da República, quando da sua visita à Covilhã, em 26 e 27 de Junho, onde a Câmara esteve representada pelos vereadores (incluindo o que substituiu o eleito Carlos Pinto).

Presente sem convite, e desempenhando o papel de Presidente da Câmara, esteve Carlos Pinto que, por vontade própria, desde o dia 23 de Junho se encontra com o mandato suspenso.

Trata-se, pois, de uma «farsa» «inadmissível, ilegal e eticamente reprovável» montada pela maioria do PSD que, para promover a imagem de Carlos Pinto, não hesitou em «desrespeitar os órgãos autárquicos e o órgão de soberania, Presidência da República». Como forma de protesto, o vereador da CDU, Vítor Manuel Reis da Silva, não esteve presente no programa do dia seguinte.

CABECEIRAS DE BASTO PS descaracteriza Praça

O Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto assinou a descaracterização da Praça da República na vila e sede de concelho, ao legalizar a construção de um prédio já hoje conhecido pela população como «mamarracho» e «bunker». E, não contente com a destruição do enquadramento urbanístico desta Praça, está agora a levantar um edifício de dois andares que destrói a perspectiva sobre o Mosteiro de Refojos.

Indignada com a decisão tomada por uma pessoa que ocupa temporariamente o lugar de Presidente da Câmara, a Comissão Coordenadora de Cabeceiras de Basto da CDU admite que para tal decisão se tenham levantado ao PS «outros valores» que não os de preservar a «herança colectiva dos nossos antepassados» e apela aos cabeceirenses para que ajam em defesa da Praça da República e dos seus monumentos, incluindo o «Basto».

PONTE DE LIMA Publicidade enganosa

A Comissão Concelhia de Ponte de Lima do PCP apresentou queixa junto do Instituto do Consumidor contra a Lacto-Ibérica por «publicidade enganosa», tendo em conta o intuito já manifestado pela multinacional francesa de transferir para Vale de Cambra toda a produção do queijo «Limiano» e a publicidade em curso na TV a este queijo.

Para o PCP, a marca «Limiano» desempenha uma função de garantia de proveniência, pelo que a Lacto-Ibérica - que em 1994 adquiriu a Lacto-Lima -, ao pretender encerrar a unidade de produção de Ponte de Lima e transferi-la para Vale de Cambra, continuando a utilizar a mesma denominação, está a «vender gato por lebre».

Extinção da JAE Um processo pouco transparente

O PCP vai chamar à apreciação parlamentar a decisão do Governo de extinguir a JAE, substituindo-a por três empresas. Em nota do Gabinete de Imprensa (que a seguir se transcreve), o PCP afirma que a decisão do Governo potencia os factores de corrupção e a subordinação do interesse nacional aos interesses do negócio dos grandes grupos económicos e ameaça os direitos dos trabalhadores da JAE.

1. O Governo acaba de consumir a extinção da Junta Autónoma das Estradas (JAE), num processo prepotente e pouco transparente que prejudica os interesses nacionais, acentua os perigos e os riscos de confusão e subordinação da gestão da área estratégica das vias de comunicação rodoviária aos interesses dos grandes grupos económicos e põe em causa os direitos dos mais de 2300 trabalhadores que trabalham neste sector da Administração Pública.

2. A gestão da JAE ao longo dos anos, da responsabilidade do PSD e do PS, foi caracterizada, como sobejamente se comprovou nos últimos tempos, por graves suspeitas de corrupção, gastos de muitos

milhões de contos de obras mal programadas e de adjudicações muitas vezes feitas contra o interesse público.

A situação da JAE exigia e exige um completo apuramento de responsabilidades e uma gestão transparente e eficaz para o desenvolvimento da rede rodoviária nacional. Em vez disso, o Governo PS resolveu extinguir a JAE e criar em sua substituição três institutos públicos - o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) - num modelo que tende a acentuar a linha de privatização de funções do Estado

com sérios prejuízos para o interesse público e potencia os factores de corrupção e subordinação do interesse nacional aos interesses do negócio dos grandes grupos económicos.

3. O Governo ameaça os direitos dos trabalhadores da JAE, visa empurrá-los para a reforma antecipada ou para o estabelecimento de contratos individuais de trabalho que poriam em causa o vínculo à função pública.

É inaceitável que os trabalhadores que desejem manter o vínculo à função pública não tenham direito de acesso para trabalhar no IEP e no ICOR (uma vez que está dependente da aceitação dos respectivos conselhos de administração). É escandaloso que no caso do quadro de disponíveis (apelidado de quadro especial transitório), a decisão de instalar a sua sede em Coimbra quando os trabalhadores têm a sua vida organizada com base do local de trabalho actual, em Almada, seja usada na prática para vedar a muitos a manutenção do actual vínculo laboral.

É reprovável que, de um dia para o outro, os trabalhadores que exerciam funções e responsabilidades com competência, empenho e honestidade, as vejam postas em causa e dependentes da discricionariedade dos novos Conselhos de Administração nomeados pelo Governo.

O PCP chama ainda a atenção, considerando práticas anteriores, para o facto de a instalação de raiz destes novos institutos abrir caminho a um processo infundável de favorecimento e nomeações discriminatórias.

4. Considerando a necessidade de defender o interesse nacional, de uma gestão eficaz e transparente que contribua para o desenvolvimento da rede rodoviária nacional e a salvaguarda dos interesses e direitos dos trabalhadores da JAE, o PCP vai chamar à apreciação parlamentar esta decisão do Governo, apelando aos trabalhadores e às suas organizações para que prossigam o seu protesto e a sua luta no sentido de impedir que tal decisão seja de facto consumada.



PCP recebe EUROPALOP

Uma delegação do PCP, constituída por Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, Octávio Augusto, do Comité Central, e Manuel Gouveia, da Direcção da Organização Regional de Lisboa e do Grupo de Trabalho do PCP para as Questões da Imigração, recebeu, no dia 1 de Julho, uma delegação do EUROPALOP que integra quatro dirigentes ligados ao movimento associativo das

comunidades imigrantes de origem africana.

O Encontro, realizado a pedido do EUROPALOP, destinou-se à apresentação desta organização - que representa 20 associações das comunidades africanas de língua portuguesa em Portugal - e a um exame comum das questões que se relacionam com o desenvolvimento da participação cívica, social e política dos cidadãos de origem africana na sociedade portuguesa.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Ventura Lages dos Santos Reis

Faleceu, no passado dia 25 de Maio, com 47 anos de idade, o camarada Manuel Ventura Lages dos Santos Reis, engenheiro e professor na Escola Profissional Raul Dória, em Matosinhos. Foi Director do jornal *A Terra*. Há muitos anos militante do PCP, foi vereador da CDU até 1993 na Câmara Municipal de Matosinhos. Eleito na Assembleia de Freguesia de Guifões, pedira recentemente suspensão do mandato. A Assembleia Municipal de Matosinhos aprovou um voto de pesar pelo seu desaparecimento, considerando que, com a sua morte, «Matosinhos perde um autarca empenhado na defesa dos interesses da população».

Mário Figueiredo Pereira

Faleceu no passado dia 26 de Junho, com 59 anos de idade, o camarada Mário Figueiredo Pereira.

Membro do Partido desde Julho de 1975, pertenceu à direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Santarém e às direcções distrital e nacional do STAL, de cujo conselho fiscal actualmente fazia parte. Integrou várias vezes a comissão concelhia de Alpiarça, estando neste momento organizado na célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Alpiarça.

Francisco Martins

Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 1 de Julho, com 85 anos de idade, o camarada Francisco Martins, natural do Couço e há 27 anos residente no concelho do Seixal. Era membro da Organização de Freguesia de Arrentela, onde militava.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Aliança PS/PSD funciona em Sintra

Em Maio, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Sintra apresentaram uma proposta para a criação de uma Empresa Pública Municipal em substituição dos SMAS de Sintra e de uma Empresa Municipal para recolha de resíduos sólidos, que a aliança PS/PSD rejeitou em 23 de Junho.

A proposta teve origem no «péssimo serviço prestado pelo privado nas freguesias de Aqualva-Cacém, Queluz, Monte Abraão e Massamá» e a realização de um estudo que apontava para a economia de mais de 100 mil contos/ano, caso a recolha fosse efectuada pelos serviços da Câmara.

De facto, o resultado das contas de 1998 do SMAS apresenta um lucro de 1,6 milhões de contos que, na opinião da CDU, deveriam ser aplicados na baixa do preço da água e no investimento

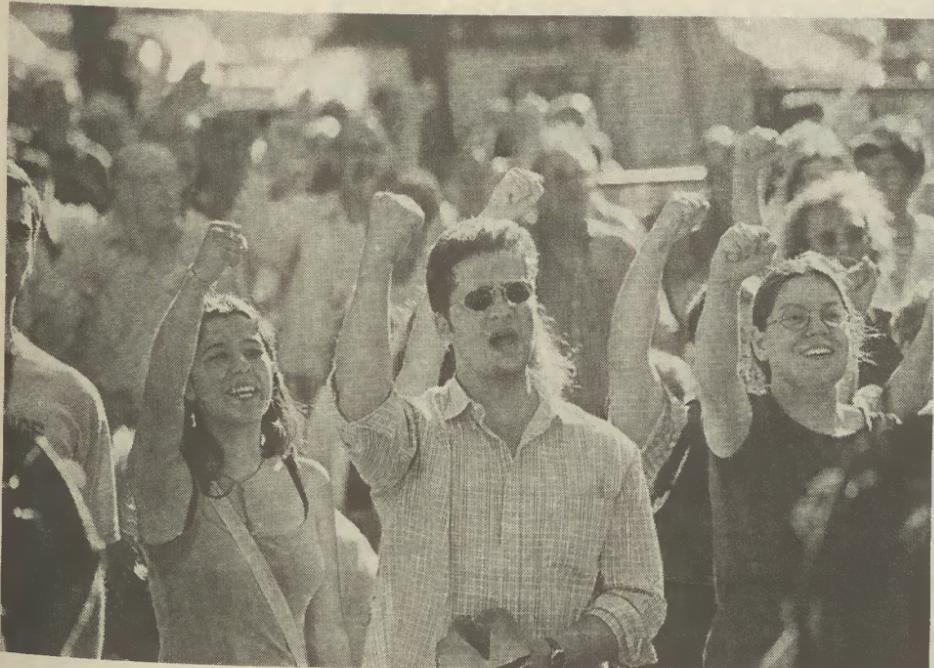
em novas redes, reservatórios e equipamento.

Como, porém, a preocupação da maioria PS é entregar ao privado o que dá lucro, a Presidente da Câmara estuda já a hipótese de privatização destes serviços, tendo apresentado, no mesmo dia em que chumbou o projecto, da CDU, uma proposta - contra a qual os comunistas votaram - de privatização dos Serviços de Limpeza para o ano de 1999 nos mercados da Tapada das Mercês, Mira-Sintra e Casal de Cambra. É que, segundo a CDU, esta proposta «rapidamente se prolongará a outros mercados, colocando mais uns quantos trabalhadores na prateleira».

A célula dos comunistas na Câmara apela, pois, à unidade dos trabalhadores na luta pela segurança dos seus direitos e postos de trabalho, lembrando-lhes que nas próximas legislativas o seu voto deverá ir para a CDU, a força política que realmente defende os seus interesses.

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Rio de Mouro do PCP, saudando a população da freguesia por mais um aniversário da elevação de Rio de Mouro a vila, ocorrida em 1993 por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, refere alguns episódios e lendas que marcam o seu nascimento e história, que o recente «desenvolvimento de betão armado» não deixa esquecer.

Ao mesmo tempo, o PCP critica a destruição da zona verde da mata de Rio de Mouro e a existência de um PDM - contra o qual a CDU votou -, ao serviço da «especulação urbanística».



À música dos Odagaíta, seguiram-se as intervenções do presidente da JF de Marvila e da vereadora de Desporto da CML

Festa-comício em Lisboa

Aumentar a votação na CDU é prioridade

No sábado, a Praça Paiva Couceiro recebeu centenas de pessoas, numa festa-comício promovida pela Organização Oriental de Lisboa do PCP. Carlos Carvalhas falou da necessidade de eleger mais deputados da CDU nas próximas eleições legislativas como forma de fazer frente às políticas levadas a cabo pelo Governo.

As sombras das árvores da Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, estavam apinhadas. As zonas de sol, desertas. Sábado, centenas de pessoas, na sua maioria reformados, juntaram-se na festa-comício promovida pela Organização Oriental de Lisboa do PCP.

A música do grupo tradicional Odagaíta animou todos os que tiveram coragem de enfrentar o calor e se juntaram aos amigos naquela praça alfacinha. Uns optaram pelas febras, outros pela venda de livros. Houve ainda quem não tenha resistido a uma partidinha de cartas.

Quando o espectáculo terminou, as cadeiras começaram-se lentamente a mover como se o jogo fosse agora de xadrez: da sombra para o sol, para estar mais perto do palco, onde o comício estava prestes a ter início. As bandeiras levantaram-se e os ouvidos puseram-se à escuta para ouvir as intervenções.

As primeiras palavras couberam à vereadora do Desporto da

CML, Rita Magrinho, e ao presidente da Junta de Freguesia de Marvila, António Augusto Pereira, que sublinhou a importância dos comunistas se empenharem no esclarecimento de todos os eleitores sobre o que é melhor para o país: a política do PS ou a do PCP. Isto, para que «depois das eleições legislativas não tenhamos de voltar a lutar pela saúde, pelo emprego, pela juventude».

Na sua intervenção (que a seguir se transcreve no essencial), Carlos Carvalhas afirmou que um dos grandes problemas que o país enfrenta é a abstenção e a ideia de que todos os partidos são iguais. «Há hoje na sociedade portuguesa largos sectores frustrados face à política do PS e muitos outros a quem se procura inculcar o fatalismo, a resignação e empurrar para o divórcio da vida cívica e política», disse. A solução é votar naqueles que trabalham, que defendem os direitos da população e não se cansam de o fazer, defendeu o líder comunista.



Campanha de fundos

Intervenção de Carlos Carvalhas

“O País não precisa do poder absoluto”

Há quem hoje, em «convenção», esteja ou vá celebrar o poder e tentar compor a imagem da humildade, do diálogo e da não arrogância e, como se não tivesse tido durante estes anos uma política virada para os grandes, para a concentração da riqueza, lá dirá que o Governo reconhece que há muito que necessita de ser feito, que há ainda muita gente a viver mal, muitos reformados numa situação aflitiva, etc., etc., e que na próxima legislatura então o Governo fará as grandes reformas e tudo aquilo que não fez nestes últimos quatro anos. A política neoliberal com retórica social para portugueses ouvir vai continuar neste período pré-eleitoral a par das promessas e mais promessas. O que se pretende com toda esta retórica, com toda esta postura farisaica é tão-só o poder absoluto, a maioria absoluta, o governar absolutamente sem ter de dar grandes contas dos seus actos.

O PS pode continuar a mistificar a sua política. Uma política que no essencial não dignifica quem trabalha e que tem procurado reduzir os cidadãos ao papel de consumidores da política espectáculo, de observadores de campanhas eleitorais ou a meros votantes.

Combater a abstenção

É da máxima importância que os cidadãos participem e que façam as suas opções políticas tendo em conta não as promessas mas as medidas e as acções em concreto, a vida, o seu posto de trabalho e reforcem aqueles que se bateram e se batem pelo que é mais fraterno, mais humano e mais justo.

Há hoje na sociedade portuguesa largos sectores indignados, frustrados face à política do PS e muitos outros a quem se procura inculcar o fatalismo, a resignação e empurrar para o divórcio da vida cívica e política. Não há nenhum fatalismo na política seguida. Os trabalhadores da têxtil, dos transportes, da função pública, os agricultores e pescadores, os alunos e professores, bem assim como as Forças Armadas, entre outros sectores sociais têm razões e razões fortes para exprimirem o seu descontentamento face a uma política injusta que tem faltado ao prometido e que os tem marginalizado...

Mas é também necessário que cada um compreenda que a resposta à sua justa indignação e às suas aspirações passa também pelo terreno das opções políticas e pelo seu voto.

Há muitos portugueses que há quatro anos depositaram a sua confiança no Partido Socialista e que agora se sentem frustrados.

O pior que podiam fazer era refugiarem-se na abstenção e assimilarem a falsa ideia de que «afinal são todos iguais». Não são. A atitude cívica e política a ter não é cruzar os braços, não é desinteressar-se pela «coisa pública», pelo acto político, mas sim reforçar aqueles que cumprem, aqueles que estiveram e estão ao lado das causas justas, aqueles que se tivessem tido mais força e mais apoios muito mais teriam conseguido de justiça social e de humanização da vida, muito mais teriam conseguido em relação à actividade produtiva, à fiscalidade, às reformas, aos salários, ao emprego, à segurança e à luta contra a toxicoddependência.

Há razões de fundo para o mal-estar e para tantas acções de protesto. É certo que houve algum crescimento económico. E que havendo crescimento económico este também vai chegando à sociedade. Mas é uma evidência como o demonstra a distribuição do rendimento nacional que este

se continua a desequilibrar em desfavor dos que vivem dos rendimentos do trabalho, gerando situações de grande injustiça, indignação e revolta.

Portugal, campeão das desigualdades

A última publicação das estatísticas comunitárias - EUROSTAT mostra que Portugal se encontra no primeiro lugar da lista das desigualdades entre os países da União Europeia. Portugal é o país da UE que tem o maior fosso na distribuição do rendimento nacional entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres. Isto é, Portugal é o país entre os quinze da União Europeia que tem maior concentração da riqueza! É o campeão das desigualdades.

Esta é a grande marca deixada nesta legislatura por um Governo dito socialista. E sobre esta questão nunca ouvimos uma palavra do senhor primeiro-ministro que ao longo desta legislatura sempre se caracterizou por se abster de tirar as castanhas do lume e por estar sempre pronto à exibição diante das facilidades.

Mas o mal-estar, a indignação e o protesto não resultam somente da



situação da distribuição do rendimento nacional. Há indignação e mal-estar quando mais de um milhão de reformados se mantêm com um nível de reformas inferior a 33 contos, e quando o saldo do orçamento da Segurança Social é extremamente elevado.

Há indignação e mal-estar quando os agricultores continuam a ser marginalizados, tendo visto nestes quatro anos o seu rendimento diminuir cerca de 14 por cento e quando vêem que não há escoamento para os seus produtos (batata, fruta...) a preços compensadores.

Há indignação e mal-estar quando se olha também para a situação da saúde e para as listas de espera, com mais de 89 mil pessoas que aguardam há mais de dois anos por uma intervenção cirúrgica. Ou quando se observa o insucesso escolar e a falta de saídas profissionais. Ou quando se vê uma justiça morosa, cara, com casos como o da JAE e da Universidade Moderna a darem a ideia de que se privilegia as camadas sociais com mais poder económico e político em prejuízo dos «pilha-galinhas» e dos mais desprotegidos.

Em relação ao ensino e à saúde é inaceitável que ainda neste mês jovens portugueses tivessem de concorrer a faculdades de Medicina

Intervenção de Carlos Carvalhas

"O país precisa de uma viragem à esquerda"

espanholas, porque em Portugal e por força do *numerus clausus* se exige médias superiores a 18 valores para se entrar em Medicina, quando ao mesmo tempo são cada vez mais os médicos estrangeiros, incluindo espanhóis que aqui exercem a sua profissão no nosso país.

Comparações

Na demagogia, nas promessas não cumpridas, nos «jobs for the boys» e nas privatizações este Governo não ficou atrás dos governos do PSD. Em relação às privatizações e como há muito alertámos não se preserve uma capacidade de autonomia mínima no domínio económico sem a detenção de significativas posições públicas no capital de empresas básicas e estratégicas.

O caso Champalimaud com o grupo Santander não vai ser o único. Portugal corre o risco sério de importantes alavancas económicas e financeiras ficarem nas mãos de decisores estrangeiros que depois actuarão em função dos seus interesses e não dos interesses nacionais.

Mas em relação a este caso é inadmissível que o país ainda não saiba em quantos milhões foi beneficiado, como afirmou claramente o senhor secretário de Estado do Tesouro, o cidadão Champalimaud à custa do erário público, tal como é também «estranho» que da parte do senhor Procurador Geral da República ainda não se tenha ouvido uma palavra.

Quando o Governo diz que houve um «tratamento de favor» e depois «quebra de confiança» com Champalimaud em relação a um suposto código de conduta que só a familiaridade e a cumplicidade deste Governo com o grande capital poderia acalentar, a opinião pública tem o direito de saber o que se passa, o que se fez e o que se faz com o património público e com o dinheiro dos impostos que no essencial são pagos por quem trabalha!

E é preciso que fique claro, para que cada um assuma as suas responsabilidades, que no quadro da União Europeia, do euro e da livre circulação de capitais, a única forma de se garantir que empresas básicas e estratégicas se mantenham nacionais e integradas numa estratégia de desenvolvimento nacional é manter-se públicas, como é o caso da Caixa Geral de Depósitos.

Milhares esbanjados

A abusiva utilização pelo PSD cavaquista do Orçamento, aparelho de Estado e obras públicas, para as suas campanhas eleitorais e que foi justamente criticada pelo PCP e pelo PS, tem vindo a ser decalcada e ampliada pelo actual Governo. É uma vergonha.

É a roda-viva das visitas ministeriais; são as ricas brochuras dos governadores civis, onde se exalta a obra feita e onde se inclui com todo o descaramento, por exemplo, a obra feita pelas autarquias CDU como se fossem dádivas do Governo; são as promessas de emprego e os subsídios às colectividades; são as obras públicas com fins eleitorais sem coordenação ou planeamento...

O primeiro-ministro disse há dias que o que conta não são as obras, são as pessoas. Falaria com mais verdade se dissesse que para o Governo o que conta não são as obras, são os votos.

De facto, em relação às obras públicas o que se tem verificado no nosso país é um escândalo. O Tribunal de Contas levantou esta semana o véu e veio revelar oficialmente os desvios financeiros e as irregularidades praticadas pelo PSD e agora pelo PS, nomeadamente, nos anos de actos eleitorais. É tudo isto pago com o dinheiro dos contribuintes.

Com este Governo chegou-se ao cúmulo de num lado se ter a via e não se ter comboios, como acontece na Ponte 25 de Abril e noutro, como acontece na linha do Norte, ter-se os comboios pendulares, que custaram milhões de contos e não se ter a via! É o cúmulo.

O País gastou dezenas de milhões de contos com a aquisição de comboios

pendulares muito mais rápidos, mas o tempo de viagem entre Lisboa e Porto continua a ser o mesmo porque o Governo se «esqueceu» de um pequeno pormenor, isto é, de investir no essencial: na renovação da via férrea.

São dezenas de milhões de contos gastos com utilidade praticamente nula. São dezenas de milhões de contos que poderiam ter tido utilidade social e que foram pura e simplesmente esbanjados. E mais uma vez a culpa parece que morre solteira, com todos os Pilatos a lavarem as mãos bem e depressa.

Mas não é só neste caso. Há por este país fora dezenas de obras nomeadamente, em lugares de circulação turística que já deviam ter terminado, algumas das quais criando graves situações de insegurança para os automobilistas como é o caso das obras na estrada para o Algarve, na zona de Ourique - Santana da Serra, uma autêntica ratoeira com insuficiente sinalização, nomeadamente, durante a noite.

E no entanto, é bom lembrá-lo, o Governo prometeu que em 1999 a auto-estrada para o Algarve estaria concluída, e que no ano 2000 estariam concluídos todos os itinerários principais. É o que se vê.

Por um lado, o Governo com toda a pompa e circunstância anuncia as «tolerâncias zero», por outro, cria situações em que a segurança é nula... É caso para dizer: viva a demagogia e o eleitoralismo.

Pelo fim do clientelismo

(...) O País não precisa do poder absoluto, nem de mais arrogância, ou de hipocrisia dialogante, precisa sim de uma política mais justa, mais séria, que vá ao encontro dos problemas e das aspirações dos portugueses e das portuguesas.

O País necessita de corrigir com urgência a repartição do rendimento nacional e de melhorar o nível de vida dos trabalhadores e do povo. O País necessita de valorizar a sua juventude, com actos sérios e responsáveis e não com demagogia. O País pode e deve aumentar os reformados, nomeadamente os que se encontram com pensões mais degradadas.

O PCP bateu-se por um aumento extraordinário o que foi conseguido. Mas este aumento não foi generalizado, atingiu apenas um número reduzido de reformados. Não desistiremos da luta!

O país precisa também com urgência de uma reforma fiscal, base fundamental para as outras grandes reformas no sentido do progresso, como sejam a da saúde, da segurança social e do ensino.

O País o que não precisa é de mais clientelismo e nepotismo. Precisa sim duma viragem à esquerda, o que passa necessariamente pelo reforço do PCP e da CDU.

Passeio das mulheres CDU do Porto
Conviver também é lutar

Pela décima vez, o passeio das Mulheres CDU do Porto fez-se a caminho neste último Domingo, em vinte camionetas, este ano com destino a Arcos de Valdevez. O sol já brilhava na chegada à margem da ínsua do rio Vez, onde rapidamente se espalharam mantas e farnéis. O convívio e a alegria animaram ainda mais a tarde e houve tempo para o passeio junto ao rio, a realização de jogos tradicionais que contaram com a participação entusiasta de centenas de pessoas, para bailar ao som da música popular e também para alguma intervenção política.

Amália Andrade, uma das organizadoras começou por pôr em quadras a sua ideia sobre esta iniciativa: "Vale a pena conviver/nos sítios lindos do povo/mil outros fazer nascer/num país que queremos novo". Marisa Azevedo, da direcção da organização da

cidade, lembrou que no Porto as mulheres podem continuar a contar com a CDU na defesa dos seus interesses e aspirações e para resolver os problemas locais. Na Câmara Municipal do Porto, lembrou, a função de Ilda Figueiredo é agora desempenhada, com a mesma dedicação e empenho, pelo camarada Rui Sá.

Por último falou o convidado desta festa: João Amaral, deputado do PCP eleito pelo círculo do Porto, que saudou o trabalho e o esforço da Comissão de Mulheres. Dirigindo-se às mais de mil pessoas envolvidas na iniciativa, muitas comunistas, mas também a outras que votam noutros partidos, designadamente no PS, caracterizou a CDU como a força que "quer fazer da política uma festa, um ponto de encontro". "Nós mostramos o que somos. Uma força autêntica, uma força

de quem trabalha, de gente comum, uma força que é das mulheres e dos homens, que querem um Portugal melhor e uma vida melhor." Falou depois da política de esquerda, que socialistas sinceros não encontram na acção do governo PS: "Uma política que responda melhor à gente comum, às mulheres e aos homens que precisam de casa,

que precisam de escola, que precisam de centros de saúde a funcionar bem, que precisam que os filhos tenham emprego, que precisam que haja segurança nas ruas..." Deu conta ainda das muitas promessas não cumpridas. "Uma era de passar a idade de reforma das mulheres para os 62 anos, mas só o PCP defendeu na Assembleia essa proposta, porque

o PS votou contra. E o mesmo se passou em relação às promessas de mais saúde, de melhor Segurança Social e de melhores reformas. E se algumas foram cumpridas foi porque contaram com a pressão e o voto do PCP. Caso do rendimento mínimo garantido, que ainda muito antes do PS falar nisso, foi uma proposta apresentada pelos deputados do PCP."

João Amaral terminou, salientando que, por tudo isso, a CDU é tão precisa na Assembleia da República. "É por isso que quanto mais forte for a CDU, melhor são defendidos os interesses do nosso povo. Vamos ter que lutar por uma CDU mais forte, por mais deputados da CDU para bem do nosso povo, para bem de Portugal."

— O passeio pela voz das participantes —

«Costumo participar, pois acho que é importante. O nosso Partido não pode estar só virado para a política. E política não é só a AR. Tudo o que se passa à nossa volta é política e eu acho que estes encontros, também trazem outras mulheres que não são do Partido. Há muita alegria, muito convívio, muita amizade, conversa-se sobre muitos assuntos. É claro que gostaria que esta participação se traduzisse no aumento da nossa votação. Das pessoas que não sendo do Partido, gostam de estar aqui. A pena que tenho é que na altura de votar sejam influenciadas pela comunicação social, pelo marketing. Os grandes partidos, como o PS e PSD, enganam as pessoas e prometem. As pessoas gostam de votar nos partidos ganhadores...»

Rosa Soares

«Para mim acho que é uma iniciativa ótima, maravilhosa. Acho que de ano para ano tem vindo a melhorar. Cada vez trazemos mais mulheres e cada vez se aumenta mais e eu estou feliz por estar nesta organização

No meu caso as pessoas que eu trago, trouxe-as a primeira vez; gostaram, algumas não eram da CDU; hoje são, estão contentes e querem vir sempre. Enquanto se fizerem estes passeios da CDU todas querem vir.

Isto dá muito trabalho a organizar. Muitas dores de cabeça. Noites sem dormir, mas faz-se com gosto.»

Sameiro, da Comissão de Mulheres

«Gosto muito deste passeio, não é a primeira vez que acompanho, sempre gostei e toda a gente gosta. As pessoas colaboram e este passeio deve-se manter.»

Adelaide

«É a primeira vez que venho a este passeio. Nunca vim, embora eu conviva muito com as mulheres CDU. Porque este passeio é essencialmente das mulheres CDU. E estou a gostar imenso. Porque o ambiente que se está a viver, num espaço lindo, árvores, onde se respira ar puro, que é aquilo que nós necessitamos. É um ambiente de fraternidade, amizade, onde as pessoas aqui se conhecem. Eu sei que está aqui muita gente que não é da CDU, há muita gente aqui socialista e que gostam também desta festa, porque há de facto, digamos sinceridade, fraternidade, alegria de convivermos com os outros, porque não há hipocrisia, há uma grande verdade que é a verdade da CDU.»

Maria José

«Em primeiro lugar, acho que neste passeio existe um ambiente bom, gosto muito disto. Já para aí há 6 anos que venho com a minha irmã. Fiquei maluca com a quantidade de pessoas que vêm de camioneta e com alegria!

Enquanto membro do Partido Socialista nunca participei em nenhuma iniciativa como esta.»

Maria Carolina



O convívio e a alegria cedo chegaram à margem da ínsua do rio Vez, através de uma iniciativa das mulheres da CDU que envolveu mais de um milhar de pessoas

TRABALHADORES

Congresso da CES

A mudança do modelo social da União Europeia e a transferência das cargas fiscais do trabalho para o capital é defendida na resolução que a Confederação Europeia de Sindicatos aprovou sexta-feira, no final do seu congresso, que teve lugar em Helsínquia durante 4 dias. No documento final, aprovado depois de quatro dias de sessões, os representantes sindicais reclamam ainda, de acordo com a Agência Lusa, a aplicação de taxas ambientais e a adaptação do IVA «tendo em conta as necessidades sociais» da população. Recordando que as mulheres constituem a maioria da mão-de-obra barata no mundo, os sindicalistas europeus pedem também que a mundialização da economia «não provoque ainda maiores desigualdades entre os sexos» no mercado laboral. Os delegados decidiram continuar a fazer campanha pelo horário normal de trabalho de 35 horas semanais e por manter a viabilidade, a longo prazo, dos sistemas públicos de Segurança Social, baseados na «solidariedade entre gerações». O presidente e o secretário-geral da CES, Fritz Verzetnitsch e Emilio Gabablio, foram reeleitos. A CGTP-IN esteve representada no congresso por uma delegação que integrava Manuel Carvalho da Silva e mais seis membros da Comissão Executiva.

Mais limites

O Ministério da Educação, através do despacho 10317/99, vem impor novos limites à autonomia das escolas, põe em causa a qualidade das suas respostas pedagógicas e prejudica os direitos profissionais dos docentes. O Sindicato dos Professores da Região Centro convocou para ontem plenários de dirigentes e delegados sindicais, em Aveiro, Castelo Branco, Covilhã, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, para decidir formas de luta, que poderão levar à greve, contra a aplicação daquele diploma do secretário de Estado da Administração Educativa. A ir adiante a pretensão do Governo, alerta o sindicato, as escolas não teriam direito, no seu crédito global de horas lectivas semanais, a reduções para o normal funcionamento das suas assembleias ou a direcção de instalações.

Covões

Os enfermeiros do Hospital Geral (Covões), de Coimbra, admitem entrar em greve no dia 19, contra a carência de pessoal de enfermagem e uma gestão «meramente economicista» que põe em causa a acessibilidade e qualidade dos serviços - alertou o SEP, que prepara reuniões no Hospital Pediátrico e na Maternidade Bissaya Barreto.

Contra atrasos e promessas falsas do Governo Verão de protestos na Administração Pública

Trabalhadores da Saúde, das prisões e da Agricultura juntam agora as suas acções às greves e iniciativas públicas realizadas na administração local, na Educação, nos impostos e na informática do Estado.

Os trabalhadores dos **Serviços Gerais do Ministério da Saúde** cumprem amanhã um dia de greve «devido à intransigência do Governo e do Ministério da Saúde». Num comunicado que divulgou segunda-feira, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirma que a greve justifica-se pela desacordo à volta de duas questões que constam numa proposta que «resolve o essencial das

onde iria anunciar os motivos e os contornos da semana nacional de luta dos trabalhadores do **Ministério da Agricultura**, a realizar a partir da próxima segunda-feira.

Aviso

Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, a forte adesão à greve da

são de carreiras) representou «um sério aviso ao Governo, no sentido da exigência de uma política negocial séria e de respeito para com os interesses dos trabalhadores».

Na nota de imprensa em que aponta alguns dados mais expressivos da paralisação em vários distritos, nos dias 29 e 30 de Junho, o sindicato lembra que «esta é uma carreira que faz parte das carreiras do regime especial da Administração Pública, as quais, em conjunto com as carreiras dos corpos especiais, nomeadamente os bombeiros, ainda não foram objecto de qualquer revisão,

A greve de dia 30, dos **trabalhadores não docentes** das escolas públicas, teve uma adesão que se situou, em termos nacionais, entre os 70 e 80 por cento, anunciou a FNSFP, que acusou o Ministério da Educação de «violiar, declaradamente, a Lei da Greve», mandando substituir pessoal não docente por professores, para garantir a abertura das escolas secundárias onde, naquela quarta-feira, se realizavam exames do 12.º ano. A federação referia, «pelo menos», casos em Valongo, Porto, São João da Madeira e Lisboa. A Fenprof censurou a atitude do ME e «de professores que tenham ofendido o direito de outros trabalhadores das escolas, nomeadamente o seu exercício do direito de greve».

Para o mau-estar no sector contribuiu também o facto de o Governo, ao convocar para a passada quinta-feira uma reunião com os representantes da **Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública**, não ter incluído na ordem de trabalhos «nenhuma das matérias» que, já a 18 de Junho, a Frente Comum tinha declarado prioritárias. Em vez de agendar a revisão intercalar dos salários, a aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, o combate ao trabalho precário ou as carreiras, o Governo propôs «discutir de afogadilho e em vésperas de férias um conjunto de dez diplomas que, ou têm carácter gravoso para os trabalhadores, ou têm por objecto matérias não prioritárias», protestou a Frente Comum.



O Governo não cumpre os compromissos assumidos, gerando justo descontentamento entre os trabalhadores do Estado (foto da manifestação nacional de 9 de Abril, em Lisboa)

questões do regime»: nas tabelas salariais, todas as carreiras devem terminar no mesmo índice (245), e o faseamento não pode iniciar-se em Setembro próximo, quando em todas as outras carreiras o faseamento se iniciou em Janeiro deste ano.

Também amanhã, vão estar em greve os trabalhadores da **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**. A FNSFP, igualmente citada pela Lusa, esclarece que a greve «é motivada por o Governo insistir em criar uma carreira de *administrador prisional*, sem que apresente primeiro uma proposta de revisão do subsídio de risco e de reestruturação das carreiras específicas e atípicas da Direcção-Geral».

A federação acusa o Governo de «querer fugir à necessidade de realizar concursos para a nomeação dos directores das prisões e arranjar *tachos* para uns quantos amigos e incompetentes». Os sindicatos criticam ainda o Governo por não apresentar a proposta de revisão do subsídio de risco e por não apresentar as propostas para a reestruturação das carreiras específicas e atípicas, mantendo os trabalhadores em situações remuneratórias «muito inferiores» às que deveriam ter.

Para hoje, a FNSFP convocou uma conferência de imprensa

semana passada no sector de **informática** (convocada pelo STAL, o STML e a FNSFP, que teve por principal motivo a re-

embora tal medida esteja inscrita nos objectivos do acordo que, em 1996, foi assinado entre o Governo e os sindicatos».

Solidariedade da CGTP com as mulheres da Filda

A União dos Sindicatos de Braga anunciou que o plenário público de dirigentes e activistas, convocado para ontem em Riba D' Ave, com a presença de Carvalho da Silva, iria deslocar-se à Filda, em solidariedade com onze trabalhadoras que, desde Fevereiro, resistem à mudança de horário e às pressões da gerência. O plenário, que contou com o apoio expresso da Inter-Reformados, irá também à delegação da Inspeção do Trabalho em Vila Nova de Famalicão.

A Filda propôs a onze trabalhadoras a rescisão dos contratos de trabalho que tinham com aquela fábrica têxtil, algumas há mais de 26 anos. Como a rescisão foi recusada, a empresa decidiu transferi-las para o turno da madrugada (das 22 horas às 6 da manhã), alegando razões de gestão - que foram denunciadas pela CDU, na Assembleia Municipal, como tentativa de «obter, através do desgaste físico, psicológico e económico, a aceitação» da proposta de rescisão.

As onze mulheres recusaram a mudança de turno e continuaram a apresentar-se, sempre à hora normal, mas desde 10 de Fevereiro não são autorizadas a entrar nas instalações, pelo

que passaram a cumprir o horário **junto aos portões**. Desde essa data, também deixaram de lhes ser pagos os salários e a todas têm sido marcadas faltas injustificadas.

Face a esta situação, a 23 de Abril, a IGT instaurou um processo à Filda por violação do direito ao salário. Na semana passada, noticiou a Lusa, a Inspeção do Trabalho, com base num parecer da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, acionou mais dois processos à fábrica de fiação, um por discriminação sexual e outro por impedimento da prestação efectiva do trabalho, associado à alteração unilateral dos horários acordados individualmente.

Na última reunião da Assembleia Municipal de Famalicão, a 25 de Junho, a CDU apresentou nova proposta, reafirmando a solidariedade política expressa na sessão de 26 de Fevereiro, exprimindo apreensão pela situação das trabalhadoras e doando-lhes o valor correspondente às senhas de presença dos deputados municipais «no sentido de mitigar algumas das carências materiais que as possam afectar, embora se reconheça que esta atitude não resolve o problema, cuja solução é política e jurídica».

Despedimentos abruptos

A metalúrgica Inal, de Vila Franca de Xira, fechou os portões aos seus trabalhadores no dia 1 de Julho, declarando o gerente que não haveria mais trabalho para eles. A denúncia foi feita pelo sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Lisboa, que revelou ainda não terem sido pagos quaisquer valores referentes a férias, subsídios de férias e de Natal ou indemnizações, nem foram passados os documentos para o Fundo de Desemprego. Os trabalhadores continuam à porta da empresa, aguardando a intervenção da Inspeção do Trabalho, informou o sindicato na segunda-feira.

A **Mendes e Costa**, fábrica de confecção de vestuário com instalações em Braga, encerrou sem sequer pagar aos trabalhadores o tempo de trabalho já realizado, informou o sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes. «Situações semelhantes repetem-se quase todos os anos, na altura em que os trabalhadores se prepara para gozar as tão merecidas férias», protesta o sindicato, na nota divulgada a 30 de Junho.

A **Supercompra**, que tem 4 supermercados em Setúbal, surpreendeu onze trabalhadores com propostas para rescisão de contratos numa semana, denunciou o sindicato do Comércio. Todos os que foram chamados à sede, a Lisboa, para serem confrontados com a proposta de rescisão, frequentaram recentemente cursos de formação pagos com fundos comunitários, afirma o CESP/CGTP, adiantando que o «despedimento colectivo ilegal» irá atingir mais funcionários efectivos da Supercompra que, entretanto, «mantém vários contratados a prazo».

Vimeca

A greve de 1 de Julho na transportadora lisboeta Vimeca teve uma adesão de cerca de 70 por cento, revelou a Festrú/CGTP. No plenário realizado durante o dia de greve, a federação ficou mandatada para desencadear nova paralisação, caso a administração não responda satisfatoriamente às reivindicações dos trabalhadores, relativamente ao cumprimento dos direitos, actualização de salários, estabilidade de emprego e unificação das relações de trabalho na empresa. Uma reunião de negociações estava agendada para anteontem.

Militares

Para avaliar as acções realizadas e perspectivar futuras formas de luta dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, o STEFFAs convocou para ontem um plenário de toda a estrutura. Em causa estão o direito à negociação, a revalorização das carreiras, aumentos salariais dignos, o Estatuto de Pessoal e a viabilização e modernização do sector.

Curdos em luta por Oçalan

A comunidade curda no exterior tem vindo a realizar grandes manifestações pela libertação do líder curdo Abdullah Oçalan, nomeadamente em Bochum (oeste da Alemanha), em Berna (Suíça) e Viena (Áustria). Os curdos pedem a intervenção do Conselho da Europa, bem como da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Nações Unidas, pela comutação da sentença ditada a Oçalan e reconhecimento da identidade curda. Em Portugal, a JCP divulgou uma nota em que expressa «o seu veemente protesto» pela condenação de Oçalan e exprime a sua solidariedade para com a luta do povo curdo. Na sua tomada de posição, a JCP lembra que «a Turquia é um membro da NATO, organização que sob a capa da defesa dos direitos humanos fez deflagrar uma guerra na Jugoslávia e que em relação à situação do povo curdo da Turquia e às acções terroristas de estado levadas a cabo pelo Estado turco nem uma palavra profere».

SIDA aumenta na África do Sul

O número de seropositivos na África do Sul aumentou trinta vezes nos últimos oito anos, revela um estudo do Conselho de Pesquisa Médica (MRC) divulgado no início do mês. Segundo o MRC, cerca de 3,6 milhões de sul-africanos - uma pessoa em 11 - são seropositivos, o que confirma os números governamentais do fim de 1998, que tinham avaliado a velocidade da propagação do vírus HIV, a origem da Sida, a 1.500 novas pessoas infectadas por dia, uma das taxas mais elevadas do mundo. A epidemia atinge particularmente as mulheres entre os 20 e os 40 anos, a faixa etária em que a taxa de infecção passou de 7 por cento em 1992 para 21 por cento em 1995. Uma jovem sul-africana em cada cinco admitidas nas clínicas públicas é seropositiva.

Metade dos mexicanos são pobres

Um estudo da Universidade Iberoamericana, divulgado na semana passada, revela que metade dos mexicanos (50 milhões de pessoas) vivem em condições de pobreza. Numa situação pior, abaixo deste nível, encontram-se 29 milhões de pessoas, entre eles 12 milhões de indígenas e 14 milhões de camponeses (60 por cento da população rural). Estes milhões de pessoas sobrevivem com o salário mínimo e trabalhos temporários, muitas vezes ligados à economia informal, em condições de marginalidade.

Irlanda

Uma semana para sair do impasse

O impasse total em que há um ano se encontram as negociações de paz para a Irlanda do Norte continua por desbloquear. Após cinco dias de um diálogo de surdos em Stormont, os primeiros-ministros de Londres e de Dublin decidiram sexta-feira dar «uma última hipótese» a nacionalistas e unionistas para formarem um governo norte-irlandês até 15 de Julho.

De acordo com a proposta apresentada, os membros do novo executivo deverão ser nomeados na próxima quinta-feira, cabendo ao Parlamento britânico proceder à transferência dos seus poderes administrativos para a Irlanda do Norte até 18 de Julho. O desarmamento do IRA - cavalo de batalha dos protestantes que tem provocado o impasse nas negociações -, bem como dos restantes grupos paramilitares, deverá começar «nos dias seguintes», ficando o processo concluído em Maio de 2000.

O plano foi apresentado por Tony Blair e Bertie Ahern como sendo «a maior ocasião histórica de há anos a esta parte», pelo que cabe aos representantes das duas comunidades «aproveitar» a oportunidade, de forma a que os habitantes da Irlanda do Norte possam encarar «o futuro com confiança».

O plano estipula que em caso de não cumprimento de uma ou outra das partes, o edifício constitucional previsto pelo acordo será «suspensão».

As primeiras reacções dos unionistas estão no entanto longe de ser animadoras. «Continuamos sem receber os compromissos que poderiam ser aceites pelos protestantes unionistas (...) as garantias são fracas. (...) Precisamos de mais pormenores», disse David Trimble, dirigente dos Unionistas do Ulster. Mais optimista mostrou-se Gerry Adams, líder do Sinn Fein, a ala política do IRA, para quem o projecto de acordo só pode ser acolhido com «um enorme suspiro de alívio no mundo inteiro», pois é «o melhor acordo» para todos os partidos. Optimista está também o general John de Chastelain, que preside a uma comissão sobre o desarmamento das milícias, e foi encarregado de ini-



A paz no Ulster continua adiada

ciar quanto antes negociações com todos os grupos envolvidos. Chastelain considera que o processo de desarmamento pode começar «praticamente dois dias depois da transferência dos pode-

res de Londres para Belfast. E as primeiras armas podem ser entregues logo semanas depois do início deste processo».

Contradições

O facto é que, de imediato, todos os unionistas do Ulster, quer os que se dizem a favor como os que são contra o Acordo de Paz de Sexta-feira Santa, rejeitaram as novas propostas, reafirmando que não participariam num governo com os republicanos antes de ter principiado a entrega das armas pelo IRA.

Os deputados Unionistas do Ulster afirmam que as propostas não são suficientes para garantir que o IRA vai esvaziar os seus depósitos secretos de armamento. Por seu turno, Ken Maginnis, um dos responsáveis do UUP, o principal partido protestante, considera que Tony Blair «traiu à última hora» os unionistas. Fortemente pressionado pelos protestantes, Blair manifesta a sua incapacidade para controlar o processo desdobrando-se em atitudes contraditórias. Paradigmática é a sua ameaça de expulsar o Sinn Fein do futuro executivo norte-irlandês caso o IRA não aceda em desarmar-se. Como Gerry Adams prontamente recordou, uma tal medida não consta do acordo de paz de Stormont. «Está fora de questão o governo britânico introduzir uma legislação para expulsar o Sinn Fein», disse Adams, reafirmando a posição do partido de que a questão do desarmamento dos diferentes grupos paramilitares deverá ser tratada independentemente da formação do governo e que, em caso de desrespeito pelo acordado, este deverá ser dissolvido e não, como pretendem os protestantes, que apenas o Sinn Fein seja afastado. Foi neste contexto que se iniciaram, no passado domingo, as polémicas marchas da Ordem de Orange, sob forte vigilância policial e com proibição de atravessarem os bairros católicos. Durante o dia não se registaram incidentes, mas a noite foi de violência. Seis polícias ficaram feridos e dois manifestantes protestantes foram detidos em confrontos registados em Portadown, sudoeste de Belfast.

Israel

Baraka quer acabar com 100 anos de conflito

O novo primeiro-ministro israelita, Ehud Baraka, tomou posse terça-feira comprometendo-se solenemente a «trabalhar para conseguir chegar a uma solução do conflito israelo-árabe através de uma paz verdadeira».

Na véspera, ao apresentar o seu programa de governo perante o Comité Central do Partido Trabalhista reunido em Telavive, Baraka já havia sublinhado a responsabilidade «de dar ao país a segurança em troca da paz, que porá fim a 100 anos de conflito».

Propondo-se desenvolver uma política de «relançamento económico», Baraka apontou como objectivos centrais do governo «a segurança nacional e a segurança individual dos israelitas no quadro de um combate enérgico ao terrorismo».

O novo governo promete ainda «acelerar a negociação com os palestinianos em ordem a alcançar um acordo permanente que deverá ser avalizado por um referendo», bem como «respeitar e aplicar

os acordos assinados com os palestinianos e ao mesmo tempo a velar para que os palestinianos cumpram os seus compromissos».

Particularmente importante é o compromisso assumido de não construir novos colonatos judeus na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o que visa apaziguar os palestinianos, ao mesmo tempo que se assegura, em benefício dos israelitas, que os já construídos não serão prejudicados «até se chegar a um acordo permanente sobre o estatuto desses territórios». Apostado em diluir os principais focos de tensão interna, o novo primeiro-ministro não deixou no entanto de

anunciar a criação de uma comissão para examinar a questão dos privilégios fiscais e outras vantagens de que beneficiam os colonos relativamente a outros israelitas.

Problemática permanece a questão do estatuto de Jerusalém, que Baraka reafirma como «capital eterna de Israel», prometendo que a cidade «permanecerá unificada sob a soberania israelita».

O chefe do novo executivo promete igualmente trabalhar para «um recomeço das negociações com a Síria na base das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança», assentes no princípio da restituição dos territórios ocupados por Israel em troca da paz.

Estas negociações, afirma Baraka, devem «garantir a segurança de Israel e permitir relações normais entre os dois países vizinhos». No mesmo sentido é equacionada a «retirada do exército israelita do Líbano», desde que seja garantida a segurança da fronteira norte de Israel.

Sefarditas no governo

O governo que Baraka apresentou ao Knesset conta com 18 ministros e seis vice-ministros, e tem por base uma coligação de 75 deputados dos 120 que constituem a Câmara, o que lhe garante uma folgada plataforma de apoio. O executivo israelita é constituído pela primeira vez por uma maioria (11 em 18) de judeus sefarditas (originários dos países árabes), ao contrário dos anteriores governos que sempre foram dominados pelos ashkenazes (judeus originários da Europa), e incluiu partidos da direita e da esquerda, laicos e ultra-religiosos.

Como todos aqueles que o precederam, o novo gabinete não inclui nenhum árabe israelita, apesar de a minoria árabe representar 18 por cento da população.

Kosovo Êxodo sérvio

Mais de 100 000 sérvios e outros não-albaneses fugiram do Kosovo desde meados de Junho. O alerta é da ministra jugoslava encarregada dos refugiados e da ajuda humanitária, Bratislava Morina, que numa carta enviada a Sadako Ogata, a responsável máxima do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), responsabiliza esta agência da ONU pelo êxodo.

«Foi a falta de cooperação e de coordenação com as autoridades jugoslavas que levou à entrada incontrolada de refugiados albaneses da Albânia e da Macedónia» e originou «o êxodo do Kosovo de 100 000 sérvios, montenegrinos e roms», escreveu a ministra jugoslava, citada pela Lusa.

Morina lamenta ainda que Ogata não tivesse informado Belgrado da sua visita ao Kosovo na passada terça-feira. A deslocação foi anunciada em Genebra pelo ACNUR.

O ACNUR reconhece que terão deixado a província mais de 70 000 pessoas, por motivos de segurança.

Transformado de facto num protectorado internacional, o Kosovo está a partir de agora sob a alta autoridade de Bernard Kouchner, o representante especial das Nações Unidas para administração provisória do território. Kouchner é coadjuvado pelo norte-americano Jack Covey, antigo alto representante adjunto para a Bósnia e um dos protagonistas dos acordos de Dayton.

Nas suas primeiras declarações, Bernard Kouchner afirmou que «é necessário reconstruir o país pensando em primeiro lugar no regresso dos refugiados», sublinhando «que é preciso que eles possam estar em segurança nas respectivas casas e dispor de um mínimo de alimentos, de cuidados de saúde». Para levar a cabo a sua função, Kouchner terá de se haver, entre muitos outros problemas, com a omnipresença do UKC e das mafias albanesas que entraram no território e estão a espalhar as suas redes por toda a província.

Divulsa
a EP
traz mais
amigos
à festa

da festa!

AMORA-SEIXAL

3, 4 e 5 SETEMBRO



Já
somos
muitos...

Anda daí
para vermos
mais
em
Setembro!



Obras na Atalaia

O terreno está diferente. Há novos espaços e equipamentos e o projecto de concepção promete uma Festa como nunca se viu na Atalaia.

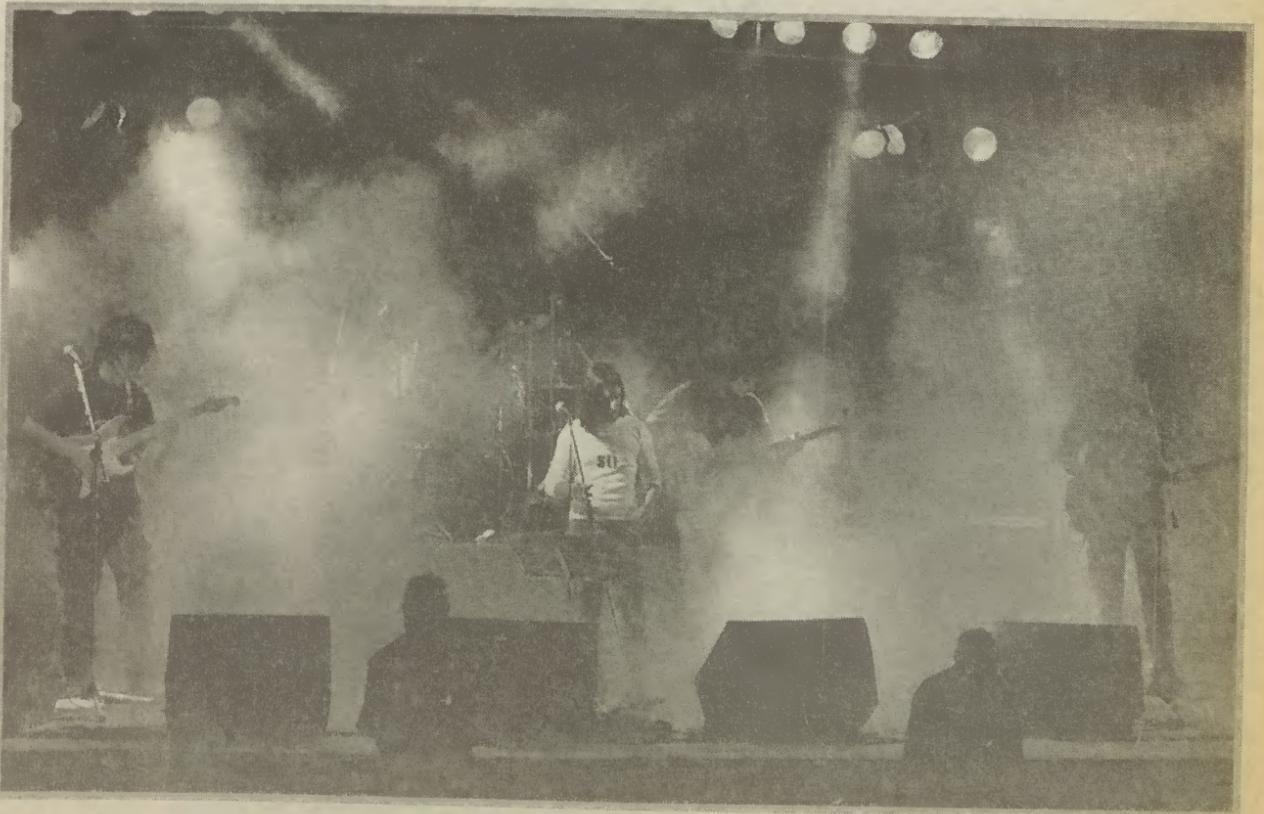
Concurso de bandas Hard Club de Gaia

6 de Agosto

A Juventude CDU promove no próximo dia 6 de Agosto, no Hard Cub de Gaia, um concurso de novas bandas, cujo vencedor irá actuar no palco «Novos Valores» da Festa do «Avante!»

As bandas interessadas devem enviar as suas cassetes ou CD's até ao próximo dia 23, para o Centro de Trabalho do PCP, na Avenida da Boavista, 931 - 4100.

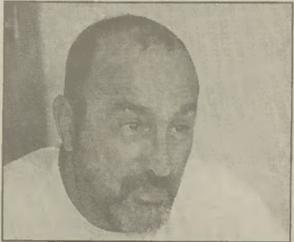
A pré-selecção e o apuramento da banda vencedora está a cargo de um júri do qual fazem parte Kalú, dos Xutos & Pontapés, Guilhermino, do Canto Nono, Manuel Leitão, agente musical, e Dulcineia Pereira, representante da Juventude CDU.



O palco dos Novos Valores foi uma atracção da Festa de 1998

Novos espaços e equipamentos na Atalaia

“Não há duas festas iguais”



«Vamos dar uma grande volta na organização espacial da Festa», garantiu Vítor Santos, em conversa com o «Avante!» sobre as novidades que aguardam o visitante na abertura das portas, no primeiro fim-de-semana de Setembro. Entre as principais mudanças, Vítor Santos destaca a utilização de novos terrenos da Quinta da Atalaia até agora praticamente marginais à Festa, designadamente a zona junto à entrada da Quinta da Princesa.

«Trata-se de uma grande zona de ensombreamento, onde durante muitos anos ficaram os divertimentos de feira. No ano passado, fizemos a experiência de os retirar e a

opinião que recolhemos foi de que a Festa ganhou com isso. Embora não seja uma decisão definitiva, este ano vamos aproveitar a área libertada para as estruturas da Festa.»

Outra preocupação que esteve na base do projecto deste ano foi o ambiente arquitectónico: «Entre o grupo de arquitectos encarregado do projecto havia desde há muito o sentimento de que a Festa tinha necessidade de respirar, ou seja, que os edifícios precisavam de se individualizarem mais no terreno. Neste sentido, concluímos que o ordenamento habitual, em que as grandes organizações estavam num lado e no outro as pequenas, podia e devia ser modificado.»

Na opinião de Vítor Santos, «não há duas festas iguais». Para isso muito contribuem os elevados padrões estéticos na decoração dos stands e pavilhões, bem como a rotatividade da sua situação no terreno.

O terreno está mais bonito

O trabalho nunca acaba na Quinta da Atalaia e mal uma Festa acaba começa-se logo a preparar a seguinte. «Em Janeiro, costumamos ter aprovado o zonamento geral da Festa», diz Vítor Santos.

Muitas das obras e beneficiações no terreno foram há muito projectadas e a sua execução faseada vai acontecendo à medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis. Contudo, raro é o ano que passa sem que se realizem trabalhos de fundo. Depois do terreno estar totalmente infra-estruturado, foi erguido o Palco 25 de Abril, depois lançou-se mãos aos socacos da encosta da Medideira, seguiu-se a remodelação da zona da várzea, onde foi construído um lago que aproveita o movimento das marés. Entretanto, as obras continuam. Há



ções para que o visitante percorra a Festa com muito menos esforço.

Desta forma é igualmente possível que algumas organizações ditas pequenas se comecem a misturar com as grandes pre-

senças. Pela primeira vez, ao lado de Lisboa, vamos ter nesta zona Castelo Branco e Guarda, o Algarve e a JCP.»

Para além destas vantagens, como refere Vítor Santos, o terreno ficou mais agradável:

«É um arranjo muito bonito, da autoria da arquitecta Helena Martins, que integra ainda pequenos miradouros construídos à volta de pinheiros. O conjunto está concluído e em breve estará coberto de relva.»

Vítor Santos: «Não há acontecimento no nosso país que tenha tantas preocupações de carácter estético-arquitectónico como a Festa do Avante!»



Ao contrário do que se possa pensar, a Festa do «Avante!» não obedece a um plano pré-estabelecido para todas as construções. «Existe um projecto integrado das zonas centrais, casos do pavilhão central e da cidade internacional. No entanto, cada organização do Partido elabora as suas propostas que depois são concertadas com o gabinete de projecto com vista a um resultado harmonioso. Este diálogo tem sido frutífero e estamos certos que não há acontecimento cultural no nosso país que tenha tantas preocupações de carácter estético-arquitectónico.»

Atenta a todo o processo está uma equipa de arquitectos cujo objectivo principal «não é espantar o visitante com grande construções, mas sim proporcionar uma estadia agradável e boa condições de acesso aos espectáculos, exposições e aos vários serviços.»

A vasta equipa que trabalha na concepção da Festa conta com os arquitectos Agostinho Morais, Celestino de Castro, Pires Martins, Helena Martins, Anabela Vaz, Filipa Vedes. Integram-na estudantes de arquitectura, um engenheiro electrotécnico e um engenheiro civil, para além de muitos outros camaradas.

Nova arrumação e novos equipamentos

Com a nova arrumação, os grandes pólos de interesse distribuem-se de uma forma mais uniforme pelo terreno. «Num extremo, junto ao lago, temos o Auditório 1.º de Maio e no outro, mesmo junto da entrada da Quinta da Princesa, estará o Avanteatro. Este local foi o escolhido para as companhias teatrais, porque é o mais defendido de som que encontramos na Festa.»

A Festa existe para os seus visitantes e é para eles que todos os anos são criados novos atractivos, assim como melhores condições. Foi com este objectivo que se procedeu à reparação, remodelação e renovação dos equipamentos da rede de sanitários, bem como à melhoria da rede de distribuição de água.

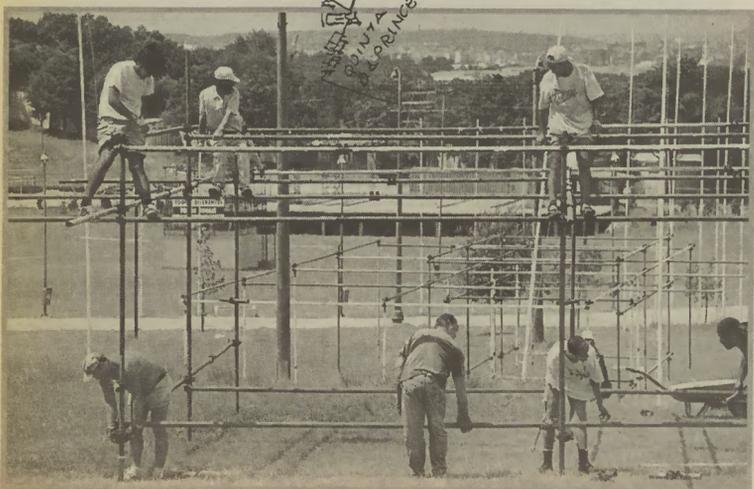
Os espaços arrelvados vão estar em grande forma, uma vez que foram lavradas e semeadas de novo áreas superiores a um hectare. Por outro lado, os acessos pedonais à Festa estão a ser melhorados, com o alcatroamento e arrelvamento de algumas zonas.

A Mata, que é ainda um espaço pouco frequentado, estará mais permeável ao visitante. Limpo, com mesas, bancos e bebedouros, será um canto ideal para uma merenda debaixo de frondosas árvores e ainda por cima com vista panorâmica para a Festa.

O acampamento interior na várzea, destinado aos milhares de camaradas que asseguram o funcionamento da Festa, foi igualmente alvo de profundos melhoramentos. Com a terra retirada dos nivelamentos, elevou-se o solo em cerca de 70 centímetros, evitando-se possíveis inundações quando a maré sobe.

Já para o próximo ano, a organização planeia avançar com as obras de infra-estruturas de saneamento e construção de balneários no parque de serviços: «Para nós, é fundamental que as pessoas que trabalham na Festa tenham boas condições de comodidade.»

O espaço internacional vai aproveitar as grandes sombras junto à entrada da Quinta da Princesa. Perto dali, o Avanteatro estará numa zona de maior isolamento sonoro



No entanto, afirma, «desta vez baralhámos tudo. O Espaço Internacional vai situar-se na nova zona junto à Quinta da Princesa e obedece a um projecto diferente dos outros anos. Desta vez, o critério foi tirar partido das sombras, daí que as construções vão surgir mais dispersas do que tem sido habitual.»

Nova localização irá ter igualmente o Espaço Central, que ocupará uma vasta área entre a entrada da Quinta da Princesa e a Praça da Paz, onde anualmente se procede à abertura oficial da Festa.

«Devido às exposições programadas e em particular à 11.ª Bienal de Artes Plásticas, houve necessidade de aumentar a área do Espaço Central. Só a Bienal irá ter cerca de 1500 metros quadrados.»

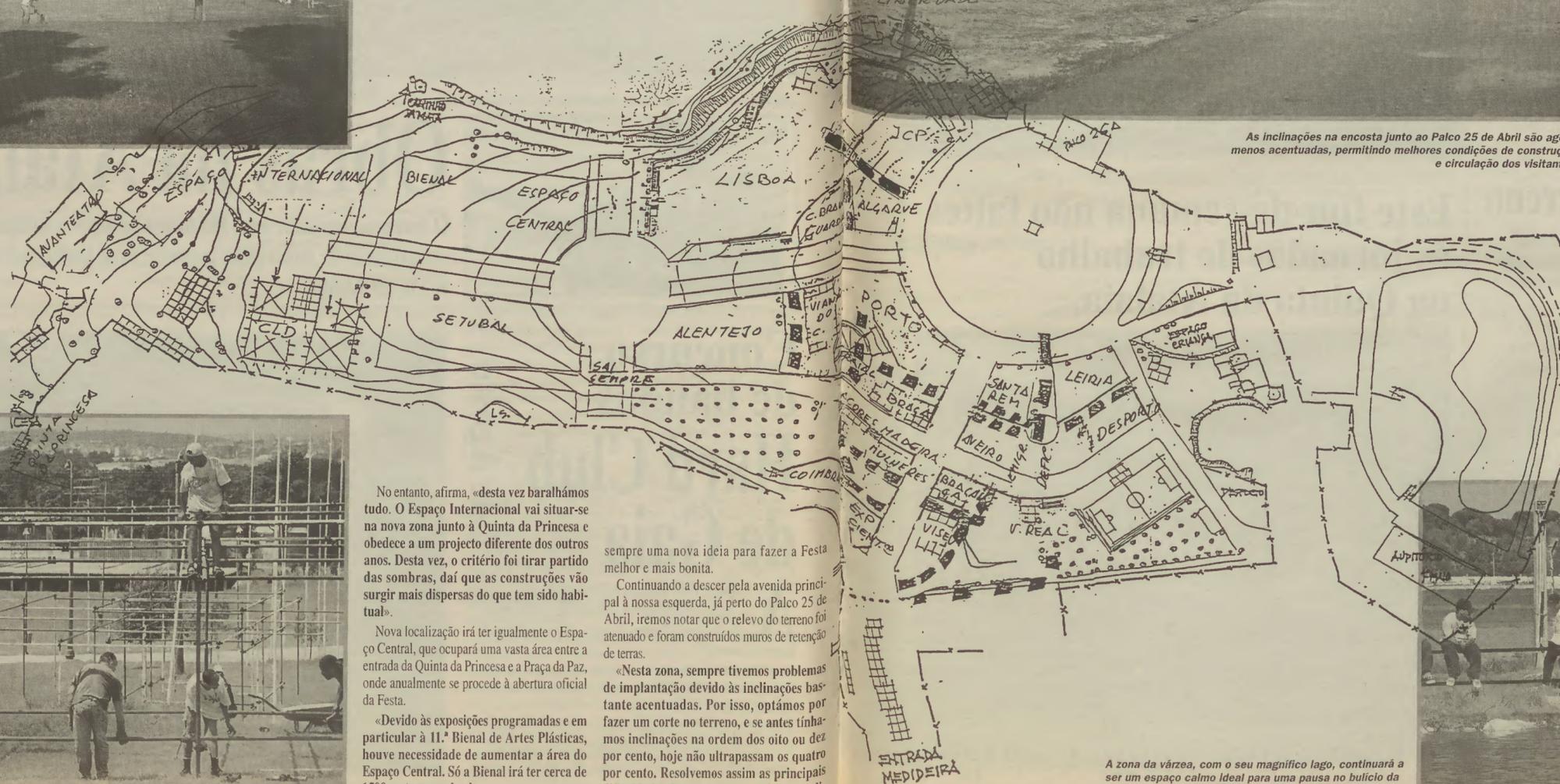
sempre uma nova ideia para fazer a Festa melhor e mais bonita.

Continuando a descer pela avenida principal à nossa esquerda, já perto do Palco 25 de Abril, iremos notar que o relevo do terreno foi atenuado e foram construídos muros de retenção de terras.

«Nesta zona, sempre tivemos problemas de implantação devido às inclinações bastante acentuadas. Por isso, optámos por fazer um corte no terreno, e se antes tínhamos inclinações na ordem dos oito ou dez por cento, hoje não ultrapassam os quatro por cento. Resolvemos assim as principais dificuldades de construção e criámos condi-



As inclinações na encosta junto ao Palco 25 de Abril são agora menos acentuadas, permitindo melhores condições de construção e circulação dos visitantes



A zona da várzea, com o seu magnífico lago, continuará a ser um espaço calmo ideal para uma pausa no bulício da Festa



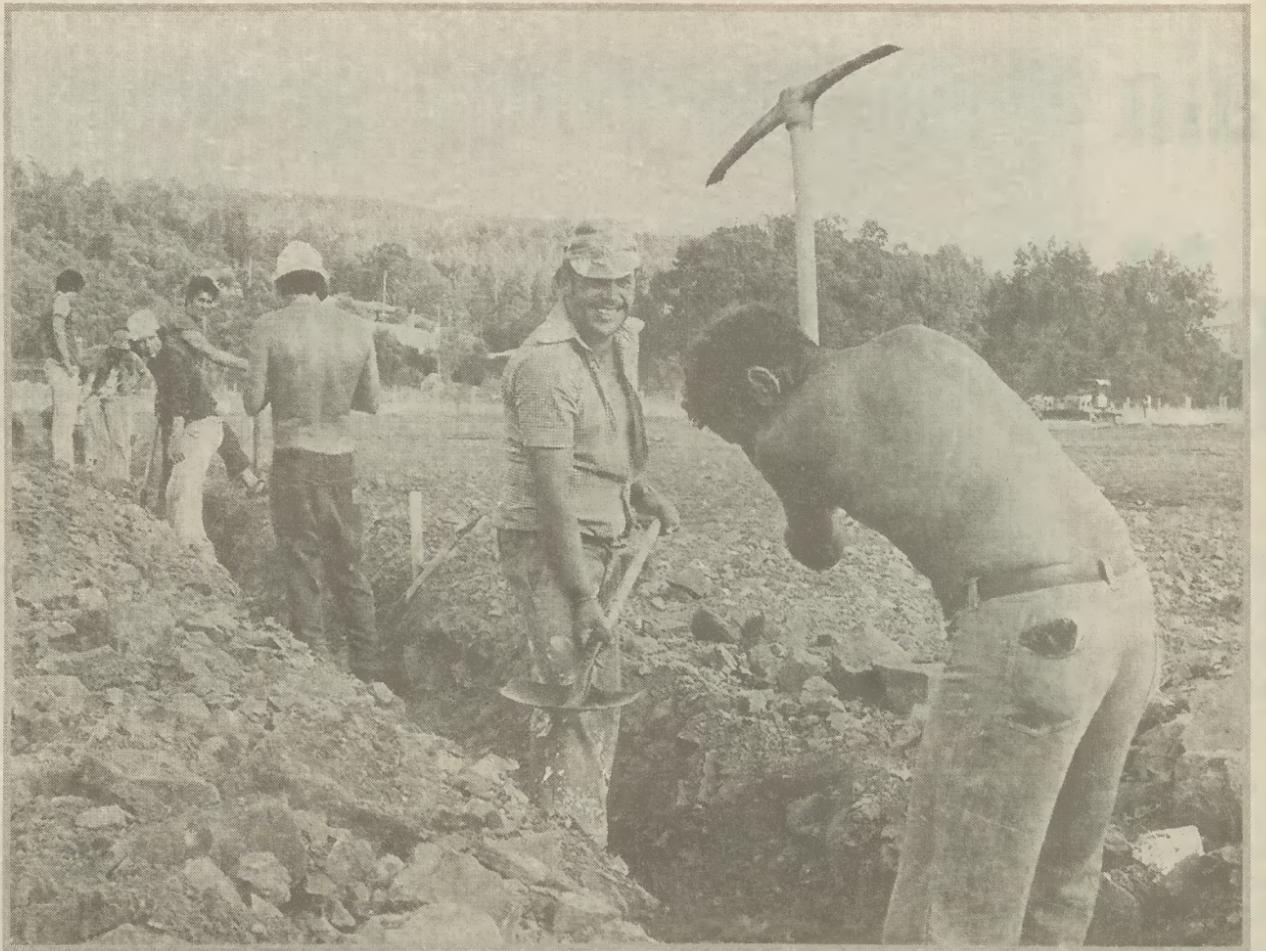
A FESTA

O espírito da Festa

A Festa do «Avante!» desde sempre que foi erguida graças ao trabalho esforçado de milhares de militantes e amigos do Partido. Os extractos que seleccionámos refere-se à 2.ª edição da Festa, realizada nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 1977, no Jamor. O editorial da revista/programa, assinado por António Dias Lourenço, referia-se a esta realização com as seguintes palavras:

«Este ano foi preciso começar do zero. De um vasto matagal dotado apenas de uma pista de hipismo, aliás magnífica, a mesma determinação, capacidade de organização e laboriosidade dos comunistas fez surgir uma pequena cidade de ferro, madeira e tela num local aprazível, aberto à

confraternização popular nos seus aspectos mais autênticos e elevados. «Em dezenas de stands, alguns de linhas arrojadas e belas, a criatividade dos trabalhadores comunistas e de muitos outros não comunistas que nos deram uma colaboração preciosa vai revelar aos milhares de visitantes que virão a Portugal até ao Jamor as suas ideias, sugestões e propostas para a construção do Portugal democrático (...) das maneiras mais sugestivas e atraentes, não só através da cultura e da arte nas suas múltiplas formas e das mais sã recreação, como através do debate político que permitirá encontrar na diversidade de concepções as ideias comuns para trilharmos juntos a larga estrada do futuro.»



Uma reportagem no terreno

«(...) No último fim-de-semana prolongado, com um feriado à segunda-feira, centenas de camaradas e simpatizantes sacrificaram três dias de descanso para se dedicarem às mais diversas tarefas que é preciso levar a cabo.

Ao lado de camaradas do concelho de Alpiarça e de Vendas Novas, bancários de Lisboa e empregados dos CTT entre outros das mais diferentes profissões roçavam o mato, faziam queimadas, limpavam o terreno das pedras, pintavam as paredes que começaram a cobrir as estruturas metálicas dos pavilhões. Nem o calor tórrido que se fez sentir esmoreceu o ânimo dos que davam o seu contributo. Nos momentos de pausa, para matar a sede com uma bebida fresca, trocavam-se opiniões, falava-se da Festa, surgiam ideias. Mas, de

imediatamente se regressava à tarefa suspensa, “que viemos aqui para trabalhar”, como frequentemente se ouvia.

À hora do almoço, mais parecia uma grande família, os farnéis estendidos no chão, aproveitando a sombra das árvores.

Depois, novamente o regresso ao trabalho. Abrir as valas para as canalizações de água e dos esgotos, transportar baldes com areia, enfim realizar as tarefas que a todos o momento vão surgindo. Conhecedores do que se passava no Jamor vários foram os emigrantes que apareceram para ver como era... e ao que depararam com toda aquela azáfama não se fizeram rogados na sua ajuda.

Da auto-estrada, o recinto da Festa parecia um gigantesco formigueiro, onde o bulício do trabalho abafava tudo o resto.»

(in «Avante!», de 18 de Agosto de 1977)

Este fim-de-semana não faltes às jornadas de trabalho na Quinta da Atalaia...



... e leva um amigo contigo!

Extinção da JAE

■ FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

PS desfaz-se de uma sigla incómoda

A extinção da Junta Autónoma das Estradas (JAE) e a sua substituição por três institutos, que o Governo PS acaba de decidir, não contribui para pôr fim a práticas que levantam graves suspeitas de corrupção. Serve para alijar um nome, uma sigla que se tornou incómoda quer ao PSD quer ao PS, visa prosseguir e levar mais longe a privatização das funções do Estado ao serviço dos grandes grupos económicos lesando o interesse público, põe em causa os direitos dos trabalhadores e institui afinal um modelo que pode potenciar tudo o que de mais negativo se passou até aqui.

A JAE, entidade responsável pela rede rodoviária nacional, foi usada como suporte de propaganda da eficácia na realização de obras públicas pelos Governos do PSD e do PS, que subordinaram o alargamento da rede rodoviária do país a critérios eleitoralistas.

A JAE passou contudo a andar nas "bocas do mundo" por graves suspeitas de corrupção. As acusações do seu ex-presidente em Outubro de 98 abalaram o Governo. Os inquéritos que estas desencadearam não foram até hoje conclusivos, como quase sempre acontece em casos que envolvem o grande capital e as suas conexões com o poder político, mas permitiram ventilar várias situações e avolumaram suspeitas como as que decorrem das declarações de um ex-administrador sobre contactos feitos por um responsável político, cujo nome não quis referir, para saber da situação de determinada empreitada.

Por outro lado, o relatório do Tribunal de Contas recentemente divulgado é por sua vez revelador da situação existente. Ausência ou deficiência de estudos preliminares; lançamento de obras em fase de anteprojecto; deficiências de projecto; alterações profundas em fase de execução; adjudicações lesivas do interesse público - há um pouco de tudo isto na base do disparo de custos, que em média ultrapassou em 77% o previsto e que no período em análise (86/97) se traduziu num acréscimo de gastos de cerca de 44 milhões de contos, com que o erário público foi sobrecarregado, em obras a mais.

O país precisava e precisa, nesta área, de uma entidade pública responsável que promova a rede rodoviária nacional como factor de desenvolvimento integrado, de melhoria da qualidade de vida e de promoção das actividades económicas. O país precisava e precisa que se ponha termo a práticas de corrupção e nepotismo, que sejam apuradas as responsabilidades até ao fim e, custe a quem custar, que sejam punidos os responsáveis. O país precisava e precisa de uma gestão eficaz, competente, honesta e transparente que vise exclusivamente o interesse público.

Multiplicar problemas

O Governo extinguiu a JAE e em sua substituição criou três institutos públicos: o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), instituto promotor e coordenador do desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias a quem competirá exercer os

deveres do Estado no domínio do planeamento estratégico e operacional, na procura e gestão de recursos, na regulamentação e no fomento e gestão de concessões; o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), instituto para a construção dos empreendimentos rodoviários planeados, que assume as competências previstas para a JAE Construção, S.A., também extinta; e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), instituto para a gestão da rede construída.

É um modelo de estrutura que não só não dá garantia de resolver os problemas detectados como pode vir a potenciar muitos deles.

É um modelo que se insere no prosseguimento e aprofundamento de uma orientação de amputação das funções do Estado, remetendo para os organismos públicos apenas um papel de regulação, angariação de recursos, promoção de concessões e portanto de financiamento dos lucros dos grupos económicos privados a quem é entregue a construção, conservação e exploração das estradas.

É um modelo que estabelece e dá força a um caminho que encarece as obras e a exploração da rede e tende a degradar a qualidade do serviço.

É um modelo que promove em mais larga escala a confusão entre o interesse público e os negócios dos consórcios privados, que exercem uma influência crescente e ditam a regra do máximo lucro.

É um modelo que contraria a recomendação constante do já citado relatório do Tribunal de Contas quando este preconiza a organização de um sistema integrado de planeamento, programação, orçamentação, execução e controlo e de coordenação com planos de pagamento e tesouraria, uma vez que dispersa funções por três entidades diferentes, com três Conselhos de Administração, dificulta uma visão de conjunto e limita a coordenação recorrendo a uma solução altamente centralizada no presidente do IEP que por inerência é também presidente do ICOR e do ICERR.

É um modelo, enfim, que coloca o enorme risco, tendo em conta outros exemplos, de a criação de raiz de toda a estrutura funcional dos novos institutos, com os poderes discricionários que os Conselhos de Administração nomeados pelo Governo têm nessa matéria, se traduzir na montagem de um aparelho preenchido por inúmeros boys, à medida do PS e dos interesses dos grupos económicos que o seu governo não pára de favorecer.

Contra os trabalhadores

Mas se todos estes aspectos lançam as maiores dúvidas sobre este processo é particularmente condenável o facto de o Governo PS, pondo em causa a negociação colectiva, ter atingido os interesses e direitos dos 2600 trabalhadores da JAE.

O Governo quer empurrar os trabalhadores para a aposentação ou para o estabelecimento de um contrato individual de trabalho que levaria à perda do vínculo à função pública e aos direitos inerentes. Para aqueles que recusem o contrato individual de trabalho está vedado o direito de acesso livre ao IEP e ao ICOR, pois só terão acesso a trabalhar nestes institutos com autorização dos Conselhos de Administração respectivos. No ICERR, instituto em que foi criado um quadro de disponíveis - chamado quadro especial transitório - para os trabalhadores que queiram manter o vínculo à função pública, o Governo está a usar a decisão de instalar a sede deste instituto

em Coimbra, para comprometer o direito de vínculo de muitos trabalhadores dos serviços centrais da JAE que têm a sua vida organizada com base no actual local de trabalho, em Almada.

É igualmente inaceitável e revelador da forma como o actual Governo trata os trabalhadores, que a decisão de extinção da JAE e de implementação dos três institutos tenha, de um dia para o outro, posto em causa as funções e responsabilidades de centenas de trabalhadores, cuja continuação

está agora dependente da decisão discricionária dos Conselhos de Administração nomeados pelo Governo.

Tratou-se não de apurar responsabilidades de quem teve comportamentos desonestos seja ao nível dos trabalhadores, dos serviços técnicos, das chefias ou das administrações, tomando as medidas correspondentes, mas de pôr em causa as funções de trabalhadores e responsáveis honestos, capazes e dedicados ao longo de muitos anos, havendo o sério risco de virem a ser substituídos por quem não adopta esses valores como conduta.

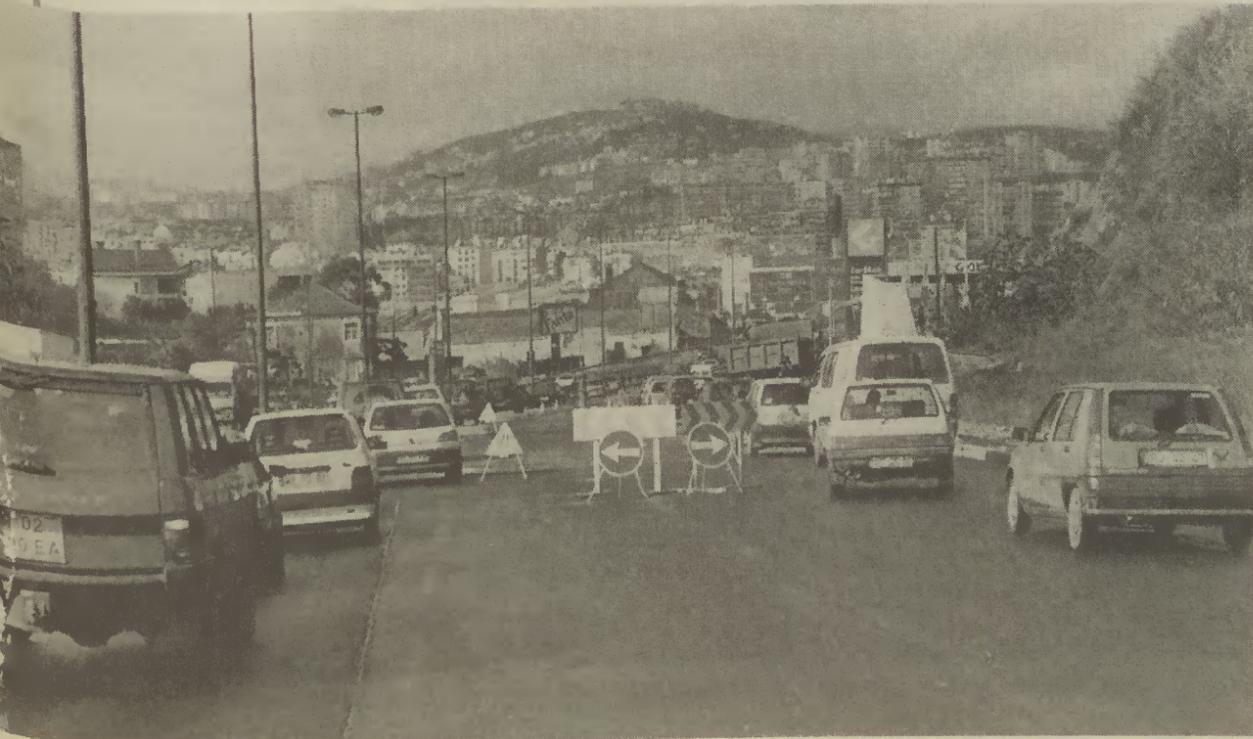
A favor do capital

A JAE e o processo da sua extinção, inserem-se numa acção mais vasta de desmembramento da Administração Pública e de ataque ao papel do Estado com a sua desresponsabilização e a privatização das suas funções, de delapidação do património público e da sua entrega ao grande capital, de um crescente domínio dos grupos económicos e financeiros e dos seus valores sobre a economia e a vida nacionais, de uma situação que é marca comum da política dos governos do PSD e do PS.

São criadas as figuras de Institutos, Sociedades Anónimas, Fundações e outras estruturas com total confusão entre o público e o privado, com os dinheiros públicos a financiarem e a gestão e os interesses privados a dominarem. As concessões proliferam e tudo isto esvazia as funções do Estado, afrouxa a tutela e o controlo administrativo, fundamental para a garantia do interesse público e a transparência dos processos, facilitando os fenómenos de corrupção e nepotismo.

A situação criada impõe o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das suas organizações representativas em defesa dos postos de trabalho e dos direitos, luta que é simultaneamente um contributo para a defesa do interesse público e para tornar possível, uma política alternativa, uma política de esquerda.

O PCP tornou clara a sua posição e manifestou e manifesta a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores da Junta Autónoma das Estradas. Os trabalhadores da JAE contaram e podem contar com o PCP. O PCP precisa também de contar com o apoio dos trabalhadores da JAE. O reforço do Partido Comunista Português é o factor determinante para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do país, para tornar possível uma política de esquerda para Portugal.



Os deo gratias do Poder

T
R
I
B
U
N
A

E stávamos descansadamente a ver o telejornal do último sábado quando, de repente, nos entrou casa dentro, durante longos minutos, a Convenção de arranque da campanha eleitoral do Partido Socialista. Muito Vangelis, muitos *deo gratias* do poder, muitas palavras "afectuosas" do Eng.º Guterres cuja lista de promessas terá sido previamente distribuída pelos circunstantes para evitar que, depois, o discurso, que o Secretário-Geral do Partido Socialista ia proferir, os incomodasse com minudências. Para o Eng.º Guterres estava reservada, pela enésima vez, a cena do intimismo, do afecto, de como os pobres do Bairro da Curraleira o atiraram para a política. Um *must*, como dizem nos espectáculos.



■ Lino de Carvalho

Estávamos nós nisto quando, neste tempo de antena do PS, começaram a passar depoimentos dos "independentes" convidados. E um deles, Simoneta Luz Afonso, teve a mais esclarecedora declaração da razão por que estava ali, na Convenção socialista. Explicou-nos então a destacada intelectual, que nos habituou a reflexões lúcidas enquanto responsável de vários e importantes eventos culturais, que era funcionária pública e que os funcionários públicos tinham a obrigação de estar com o Governo porque senão o melhor era procurar outro trabalho ou ficavam sem emprego. Não sei se foi excesso de zelo da parte da ilustre convidada socialista mas juro que foi isto que ouvi. E isto, só por si, vale por todo um programa de caracterização da forma como o PS usa o poder e o respectivo aparelho para impor a sua influência. Não se desenvolve uma cultura democrática de saudável convívio e combate plural sem arrematamentos. O que se alimenta é uma cultura de colagem ao poder e de utilização desse poder para alargar artificialmente a presença do PS na sociedade. De confusão e fusão entre o Estado e o partido que conjuntamente está no poder. É assim um pouco por todo o País. O PS

multiplicou, ao longo desta legislatura, as estruturas paralelas do aparelho de Estado para melhor o controlar e para encaixar os seus quadros políticos e os seus "compagnons de route". Estruturas de coordenação daquilo que já era coordenado por outras estruturas. É o caso, por exemplo, da criação de uma estrutura a que deram o nome de Pro. Alentejo, dirigida por um alto responsável regional e nacional do PS, e que tem como alegada função articular os programas de financiamento comunitário existentes para a região. Articulação que é feita (ou deveria ser) pela Comissão de Coordenação da Região Alentejo. Ou a multiplicação de Institutos Públicos, designadamente na área da cultura, outra forma de criar lugares e protagonismo para os seus quadros políticos e, simultaneamente, procurar fugir à fiscalização da Assembleia da República e do Tribunal de Contas. A expressão de há quatro anos "jobs for the boys" não foi só uma expressão de circunstância. Tornou-se, ao longo do consulado PS, um verdadeiro instrumento de preenchimento do poder. Com os "boys" alargados a quem se foi dispendo a acolher-se ao chapéu do poder. E, então, se caminhar para a área da informação e da comunicação

social os exemplos multiplicam-se como cogumelos. A RTP e as suas delegações regionais tornaram-se verdadeiras antenas do PS. A transmissão, em diversos blocos, desta Convenção do PS é disso exemplo. As delegações regionais, por sua vez, alegam, para não cobrir as actividades da oposição, que não têm agenda política. Mas este princípio já não funciona para a cobertura das insistentes viagens de membros do Governo a tudo quanto é País em vésperas de eleições. As delegações da agência de notícias, designadamente nas regiões que o PS tenta dominar, como no caso do Alentejo, funcionam estreitamente vinculadas aos aparelhos locais do PS. E a política de subsídios à imprensa regional tem funcionado, salvo raras excepções, para o Governo e o PS dispor de órgãos dóceis ou, no mínimo, para os neutralizar.

veram muitos alegados independentes, figuras sonantes da *socialite* portuguesa, funcionários públicos obrigados a prestar vassalagem ao poder na significativa confissão de Simoneta da Luz Afonso. Como assinalou o director do Diário de Notícias, "boas almas, agora regeneradas, vindas de todos os quadrantes do espectro político, foram recebidas de braços abertos, num espectáculo mais próprio de uma igreja de inspiração sul-americana do que de um partido europeu e moderno".

É nesta mesma linha que se insere a iniciativa do PS de pôr os governadores civis (pelo menos alguns já o fizeram) a editarem luxuosas publicações apresentadas como balanço da legislatura. Prestar contas do trabalho feito e dos compromissos não executados não tem em si nada de mal. Antes pelo contrário. O problema está não só no facto de o Governo apresentar nessas publicações investimentos da iniciativa, responsabilidade e financiamento das autarquias locais e dos agentes económicos de cada zona (bem como, obviamente, na ocultação do que não fez) mas na forma como o Governo promove a distribuição dessas publicações. Envia-as para tudo quanto é departamento da administração pública com instruções aos respectivos dirigentes para as distribuir a funcionários e para as colocar, discretamente, dentro dos *dossiers* de informação que são entregues aos cidadãos quando recorrem aos serviços públicos. Ao pé disto, Cavaco Silva era um menino de coro.

Batalha desigual

É também por isto que as próximas eleições para a Assembleia da República não vão ser uma batalha fácil. O espectáculo vai, cada vez mais, sobrepor-se ao debate e à informação séria. A arrematamento de quem está, de alguma forma, dependente do poder e predisposto a ser arrematado vai ser o pão-nosso-de-cada-dia. A utilização do poder de Estado vai ser levado até ao extremo. As armas com que vamos intervir nessa batalha são brutalmente desiguais. É por isso que se impõe a definição, com rigor, dos meios que temos e da sua melhor e mais eficaz utilização. Valorizar o trabalho feito e o contributo do PCP como partido que conta e é necessário para um País com menos desigualdades, mais justiça social e mais democracia. Romper por entre o espectáculo impondo, onde for possível, o debate do que não foi feito e das propostas para os próximos quatro anos. Combater a bipolarização e o desejo incontido do PS em chegar à maioria absoluta. Alertar para a tentativa de mexicanização do poder. Acentuar (e não esvaziar) as componentes ideológicas do discurso político. Convocar todo o Partido e aqueles que vêm nos comunistas uma força sólida, séria, de crítica e de projecto, que trabalha e é necessária para uma governação à esquerda. Entrar na campanha com confiança, força e determinação. E preparemo-nos para as sondagens para todos os gostos. Dos 3% do Diário de Notícias aos 9% do Semanário elas já começaram a chegar e vão infalivelmente multiplicar-se até às eleições. O caminho tem muitos escolhos mas a imagem, o trabalho e o prestígio do PCP dão-nos confiança. Até Outubro.

Espectáculo

Foi tudo isto que perpassou pela Convenção do PS. Seguramente que pouca gente sabe o conteúdo do que foi debatido. As propostas de governação que foram feitas. As críticas ao que não foi feito. Mas toda a gente viu e sabe que lá esti-



Comissão Parlamentar

■ António Filipe

Combate à droga com saldo positivo

Nunca se legislou tanto, nunca se debateu tanto, nunca se reflectiu tanto, em quantidade e em qualidade, sobre as políticas e as estratégias a seguir no combate à droga e à toxicoddependência como nos últimos quatro anos. A Comissão Parlamentar da Toxicoddependência termina o seu trabalho com saldo positivo.

Ao longo das quatro sessões da legislatura que agora terminou, a Comissão Parlamentar da Toxicoddependência [constituída pela primeira vez em Portugal e por deliberação unânime da Assembleia, tomada em 17 de Novembro de 1995] acompanhou e debateu de forma permanente e sistemática a evolução das políticas de luta contra a droga, no plano nacional e internacional.

A Comissão participou em todos os processos legislativos relacionados com a área da toxicoddependência e do combate à droga; promoveu um conjunto significativo e relevante de iniciativas de debate e reflexão sobre estas questões; percorreu grande parte do país, no contacto directo com instituições públicas e privadas; e elaborou, sob a responsabilidade directa do deputado José Niza, um Relatório sobre a situação e avaliação do problema da droga em Portugal, aprovado por unanimidade após uma exaustiva discussão.

Pelas reuniões da Comissão passaram, para além dos membros do Governo com responsabilidades directas em matéria de luta contra a droga, os Altos Comissários para o Projecto VIDA que exerceram funções nos últimos quatro anos, os responsáveis pela administração e pela direcção clínica do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência, o director do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga que deu recentemente lugar ao Instituto Português da Droga e da Toxicoddependência, directores ou representantes do Grupo de Planeamento do Combate à Droga, da Polícia Judiciária, da GNR, da PSP, da Direcção Geral das Alfândegas, do Centro de Estudos Judiciários, do Instituto de Reinserção Social, do Programa "Viva a Escola", da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, da Federação Portuguesa de Instituições Sociais Afectas à Pro-

blemática das Toxicoddependências, bem como o correspondente permanente de Portugal no Grupo Pompidou do Conselho da Europa e o representante português no Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes das Nações Unidas, entre outras entidades.

Em matéria legislativa, a Comissão Parlamentar da Toxicoddependência colaborou com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na

revisão da «lei da droga» efectuada no início de 1996 e procedeu à apreciação na generalidade e na especialidade de iniciativas legislativas que deram origem a três outras Leis da República: A Lei n.º 7/97, de 8 de Março, da iniciativa do PCP, que alargou a rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicoddependentes; a Lei n.º 17/98, de 21 de Abril, também da iniciativa do PCP, que regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicoddependência; e ainda o texto já aprovado, da iniciativa do PSD, sobre o acompanhamento médico aos toxicoddependentes reclusos.

É forçoso reconhecer que a produção legislativa da Assembleia da República em matéria de droga e toxicoddependência, nesta legislatura, não tem comparação com o que se verificou nas que a precederam. Bastará lembrar que em toda a VI legislatura a Assembleia se limitou a conceder ao Governo uma Autorização Legislativa para rever a «lei da droga», tendo sido recusadas na generalidade todas as demais iniciativas legislativas apresentadas.

Iniciativas próprias

Dos trabalhos da Comissão Parlamentar da Toxicoddependência, destacam-se particularmente as suas próprias iniciativas destinadas a promover o debate e o acompanhamento de determinadas questões.

Assim, foi dada atenção particular ao acompanhamento do trabalho de preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Junho do ano passado, e especialmente dedicada à problemática da droga. Para esse efeito, foi realizada uma reunião com o embaixador Álvaro Mendonça e Moura, que representou Portugal na preparação dessa Sessão Especial, e uma outra, já posterior a essa realização, com o Director Executivo das Nações Unidas para o Controlo Internacional de Estupefacientes.

De destacar também a atenção com que a Comissão Parlamentar seguiu a intervenção que tem vindo a ser realizada no Casal Ventoso, pelo Governo e pela Câmara Municipal de Lisboa, com a audição de membros do Governo, do Presidente da Câmara e mais recentemente com a realização de uma visita ao pró-

gerais do importante Relatório sobre a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga que elaborou por incumbência governamental.

Uma Comissão de portas abertas

A Comissão da Toxicoddependência foi uma Comissão de portas abertas. Realizou visitas a centros de atendimento de toxicoddependentes e a comunidades terapêuticas, a estabelecimentos prisionais, a estruturas regionais do SPTT, a instituições policiais, a Governos Cívicos e núcleos do Projecto Vida, do norte ao sul do país, e assegurou uma representação e uma participação digna da Assembleia da República em numerosas iniciativas de reflexão sobre o combate à droga no plano nacional e mesmo a nível internacional.

O Relatório sobre a Situação e Avaliação do Problema da Droga em Portugal, que ocupou a Comissão Eventual durante uma boa parte da legislatura, representa um contributo da Assembleia em matéria de luta contra a droga, unanimemente reconhecido como valioso, que tem merecido referências públicas elogiosas da parte dos mais consagrados especialistas na matéria e tem sido inclusivamente citado em estudos e documentos de referência sobre as políticas de luta contra a droga. A publicação desse Relatório fica como testemunho de um trabalho que abona ao prestígio deste órgão de soberania.

Esta legislatura foi mais exigente que qualquer outra em matéria de luta contra a droga. Nunca se legislou tanto, nunca se debateu tanto, nunca se reflectiu tanto, em quantidade e em qualidade, sobre as políticas e as estratégias a seguir no combate à droga e à toxicoddependência. Com a dimensão que este fenómeno atingiu nos últimos anos, aumentou também a consciência social da gravidade do problema e cresceu a preocupação de lhe fazer frente de forma mais eficaz.

Um trabalho a continuar

Nos últimos anos, produziram-se notáveis documentos de reflexão estratégica sobre o combate à droga, realizaram-se fóruns internacionais da maior importância, com um grande envolvimento de Portugal, como a já referida Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada exclusivamente à problemática da droga, ou num âmbito menos alargado embora também muito importante, a iniciativa promovida pelo Presidente da República aquando da realização da cimeira ibero-americana na cidade do Porto.

Tiveram também lugar nestes últimos anos diversas iniciativas de grande valia, envolvendo numerosos técnicos e especialistas, nacionais e estrangeiros.

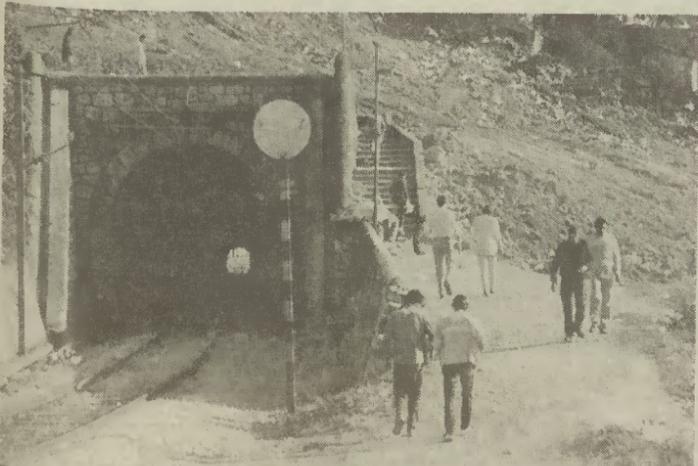
Neste quadro de muita iniciativa e de grande exigência, ninguém poderá dizer que a Assembleia da República não esteve à altura das circunstâncias. Não só esteve dignamente representada em muitos e importantes eventos, como não se limitou a um papel passivo, tendo promovido as suas próprias iniciativas e tendo contribuído activamente na reflexão em curso, dando expressão às diferentes opiniões que naturalmente se manifestam na sociedade e na própria Assembleia da República sobre as questões fundamentais da estratégia de luta contra a droga. É justo dizer que o grande salto que se deu no país na reflexão sobre esta matéria, não só não passou ao lado da Assembleia, como se deve, em parte, à sua própria iniciativa.

Sendo evidente e natural que neste debate ressaltassem grandes diferenças de opinião, a verdade é que os deputados de todos os Grupos Parlamentares que integraram a Comissão Eventual conseguiram encontrar, para além das divergências, denominadores comuns de entendimento que levaram não apenas à aprovação unânime do seu Relatório, como à aprovação de diversos diplomas legislativos com uma ampla margem de consenso.

Temos a consciência de que, evidentemente, poderíamos ter feito mais e melhor, e que fica muitíssimo por fazer no futuro próximo, mas temos também a convicção de que a Comissão Parlamentar cumpriu com empenho as tarefas de que foi incumbida e demonstrou que foi justa a decisão da sua criação.

Justifica-se plenamente dar continuidade ao trabalho na próxima legislatura, através da renovação da decisão de criar uma Comissão Eventual para a Toxicoddependência e o Tráfico de Droga, permitindo à Assembleia prosseguir caminhos que já foram abertos e continuar com um trabalho que contribuiu para prestigiar este órgão de soberania aos olhos dos portugueses que o elegeram.

(Adaptação da intervenção proferida na AR na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Situação da Toxicoddependência, do Consumo e do Tráfico de Droga)



prio local, contactando com as instituições e com os profissionais que actuam no terreno.

Foi ainda por iniciativa da Comissão que teve lugar na Assembleia a apresentação pública em Portugal do 1.º Relatório Anual do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicoddependência, e que se realizou um colóquio sobre o tráfico de droga e o branqueamento de capitais, que reuniu o contributo de reputados especialistas e dos mais altos responsáveis pelo combate ao crime em Portugal; é também de destacar a audição da Comissão Nacional de Estratégia de Luta Contra a Droga, presidida pelo Professor Alexandre Quintanilha que debateu, a convite da Comissão, as linhas

Ferreira de Castro

Autodidacta e precursor do neo-realismo

Ferreira de Castro, precursor do neo-realismo em Portugal e o mais traduzido dos escritores do nosso país antes do 25 de Abril, morreu há 25 anos. Além de escritor de nomeada, Ferreira de Castro foi um participante destacado na vida política portuguesa, como defensor da democracia e da liberdade de expressão.

José Maria Ferreira de Castro, nascido a 24 de Maio de 1898, em Salgueiros, freguesia de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, foi um autodidacta. As suas habilitações literárias não ultrapassaram o segundo grau da instrução primária.

Filho de uma família pobre, Ferreira de Castro emigrou em Janeiro de 1911 para o Brasil, regressando a Portugal em Setembro de 1919. Viveu em plena selva amazónica, ali escrevendo o seu primeiro romance: *Criminosos por ambição*. Foi também no Brasil que o escritor se tornou jornalista.

Toda a sua biografia até à consagração, como se assinala na «História da Literatura Portuguesa» de Saraiva e Óscar Lopes, equivale a «um romance de infância pobre, engajamento para o Brasil, exploração desumana, miséria, luta autodidáctica pela cultura, ascensão desde a literatura popular em fascículos (distribuída às portas pelo próprio autor) até ao jornalismo local, deste até ao jornalismo defensor do imigrante, regresso à Pátria, jornalismo combativo em Lisboa, novelística folhetinesca

(depois publicada em volumes) e finalmente o êxito nacional e internacional».

A vivência na emigração no Brasil e em especial na Amazônia, por vezes em condições de grande miséria, serviu-lhe de tema para dois romances, que viriam a consagrá-lo no país e a nível internacional: *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930).

O romance *Emigrantes* assinala mesmo a consagração pública de um realismo novo, de que Ferreira de Castro se afirma como o mais importante precursor. O romance *A Selva* baseia-se na sua dura experiência no Brasil, para onde emigrou aos 12 anos, trabalhando durante quatro anos num seringal da Amazônia.

A sua iniciação ao jornalismo começa em Belém do Pará, com colaborações nos periódicos «Jornal dos Novos» e «A Cruzada». Em 1917, chegou mesmo a fundar um jornal, o semanário «Portugal».

Em 1919, regressou a Lisboa. Fundou a revista «A Hora» (1922) e o magazine «Civilização» (1928) e acumulou funções nas publicações «O Século», «ABC» e «O Diabo».

De regresso a Portugal, não foi fácil o recomeço da sua vida profissional. Sobreviveu em condições de extrema miséria, até começar a colaborar com o jornal «Imprensa Livre», em 1922, data em que inicia também a publicação de novelas.

Com regularidade, entre 1923 e 1927, já escritor reconhecido, trabalha para dezenas de jornais e revistas. Em 1933 publica o romance «Eternidade», referência obrigatória da sua obra.

Em 1934, abandona o jornalismo profissional, quando trabalhava como redactor no jornal «O Seculo». Este jornal,

já desaparecido, publicou em folhetins um dos seus romances, *Terra Fria*, que recebeu o prémio Ricardo Malheiros, da Academia de Ciências de Lisboa.

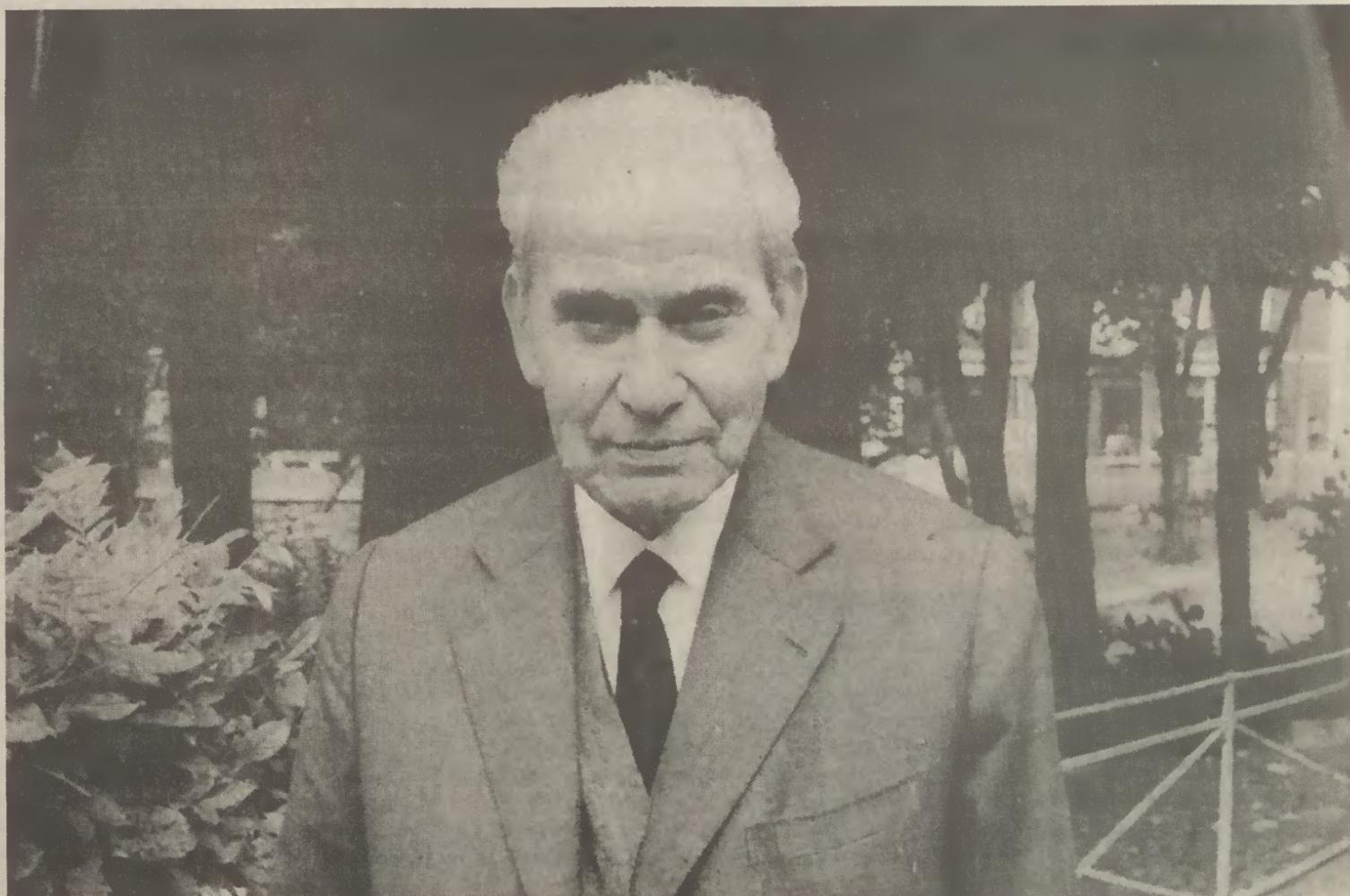
Com uma situação material mais equilibrada, produto dos direitos de autor internacionais, Ferreira de Castro empreende uma viagem ao Mediterrâneo Oriental, que lhe serviu para escrever o seu livro *Pequenos mundos e velhas civilizações*.

Nos finais dos anos 30, as suas principais obras estão já

traduzidas em numerosos idiomas. Na década seguinte, escreve vários títulos, com destaque para *A lã e a neve*, que foca os conflitos relacionados com a pastorícia e tecelagem na Beira Baixa e, na apreciação dos autores da «História da Literatura Portuguesa», contém «algumas das situações mais emotivas do novo realismo social».

Nos anos 50/60 edita, entre outros, os romances *A curva da estrada*, *A missão*, *O instinto supremo* e o conjunto de comentários intitulado *As maravilhas artísticas do mundo* sobre as grandes obras de arte.

O seu último romance, *Os fragmentos*, data de 1974.



Uma razão maior: a da Humanidade

A dimensão social da obra de Ferreira de Castro ressalta de cada um dos seus escritos. É uma presença constante, bem assente na vivida experiência de um autor hoje muito esquecido. E que, como justamente José Saramago há bem pouco publicamente afirmou, é tempo de relembrar.

Aqui se inserem dois pequenos extractos a reflectir o humanismo que impregna a obra de Ferreira de Castro. Um breve parágrafo de uma introdução de *A Selva* e um extracto de *A lã e a neve*. Momento de lembrar, talvez, que ainda hoje na Amazônia se cruzam sistemas vários de exploração e de extremada marginalização e que a situação relatada pelo escritor, de trabalhadores eternamente endividados aos senhores das riquezas e do comércio, é uma realidade actual. Ou que, em terras das Beiras e nas serranias da Estrela, a marca da interioridade continua - de formas diversas embora - bem presente.

Uma razão maior: a da Humanidade, é - nas palavras de Ferreira de Castro, no «Pórtico» de uma das edições de A Selva - a razão deste livro. Deste livro que é um curto capítulo da obra que há-de registar o sofrimento dos humildes através dos séculos, em busca de pão e de justiça.

A luta de cearenses e maranhenses na floresta amazónica é uma epopeia assombrosa de que não ajuda quem, no resto do Mundo, se deixa conduzir, veloz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha - da borracha que esses homens tiram à selva misteriosa e implacável...

Olhando para os pegadores de fios, que corriam ao seu lado, para os próprios garotos que se haviam sorrído, ironicamente, quando ele entrara de manhã, viu que também eles tinham, agora, a mesma expressão dos outros - uma seriedade precoce e cansada. Foi, então, que Horácio apreendeu que na fábrica havia mais alguma coisa do que ele enxergava, havia um ambiente dominador que lhe causava o mesmo desagrado sofrido que nos seus primeiros dias de quartel, quando os oficiais se encontravam presentes. Ali, porém, a vontade que produzia esse ar carregado de obediência, porque, mesmo quando o Mateus se encafuava no seu gabinete envidraçado, ao fim da fábrica, operários e operárias continuavam de fisionomia parada, como se o trabalho fosse o único acto profundo da sua vida, a obrigação que não admitia um sorriso.

De *A lã e a neve*

■ Rui
Fernandes

Defesa Nacional e Forças Armadas Inquietação nas FA's tem responsáveis

Em raros momentos se verificou uma tão expressiva inquietação no seio das Forças Armadas como nos últimos meses.

A amplitude, quantitativa e qualitativa, desta inquietação só é possível porque justos direitos e legítimas expectativas não têm sido atendidos e porque existe o fundamentado sentimento de que a Instituição militar está em plano secundário nas preocupações governamentais.

Aquilo a que o conjunto de iniciativas promovidas pelos militares obriga é a uma serena e profunda reflexão sobre as causas e não a apressadas mas incorrectas medidas ou a adopção de analgésicos que aliviem a dor mas não tratem a doença.

E a doença não está na consagração do associativismo profissional mas na sua recusa, como mais uma vez aconteceu por responsabilidade do PSD e pelas enormes hesitações e timidez do Governo PS. A doença não está na auscultação dos militares e na chamada das associações à participação na elaboração do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, mas na sua marginalização. A doença não está na revalorização das carreiras dos militares, e consequentemente numa maior responsabilização da base ao topo, mas na ausência de medidas nesse

Sobranceria e arrogância

O Governo PSD diminuiu, com o apoio do PS, o SMO para quatro meses, decretando assim, em termos práticos, a sua liquidação. O Governo PS apresenta uma nova Lei do Serviço Militar que, além de tecnicamente intragável, não absorveu as sugestões e propostas dos chefes militares, nomeadamente do Exército. Aliás, o PS não tocou num único diploma estruturante

vindo do tempo do PSD, o que é significativo.

Ora uma Instituição, como aquela de que falamos, não pode viver nesta indefinição de objectivos e meios, ano após ano. As Forças Armadas não vivem de discursos e malabarismos mediáticos. Muito menos vivem da aplicação à Instituição dos critérios neoliberais, no plano do reequipamento, do pessoal e da logística.

Quando a tudo isto a Instituição se vê confrontada com a significativa nomeação de Veiga Simão e agora um ministro em part-time, que fala, no Luxemburgo e no Brasil, das inquietações publicamente expressas pelos militares; quando o Governo fala sobre estas mesmas inquietações para dizer que vai estudar aquilo que o seu Ministério e o seu (ex)ministro já tinham estudado e aprovado em Conselho Superior Militar, comprometendo desse modo a palavra das Chefias perante os seus subordinados; quando o



sentido. Para mais, num quadro em que, crescentemente, sobem os níveis académicos dos militares, sejam eles sargentos ou praças.

A doença não está no cumprimento das promessas feitas aos militares contratados, algumas das quais constam de decretos-leis, mas não só no seu não cumprimento como na adopção de medidas que geraram novas desigualdades e frustrações.

Tudo isto, e muito mais que aqui não cabe, no quadro de um crescente contacto dos militares portugueses com militares de outros países e, consequentemente, de um crescente conhecimento da realidade por eles vivida, seja no domínio estatutário, remuneratório, dos direitos associativos, sociais e de carreira.

Mas se tudo isto é, em nossa opinião, verdade, esta não se esgota aqui. Permanece, por razões economicistas, um baixo empenhamento na concretização dos programas de reequipamento. Os governos dos últimos anos querem aumentar as verbas do orçamento das FA's destinadas ao investimento mas não adoptam as medidas necessárias à concretização do objectivo. Anunciam à sociedade esse objectivo, normalmente perto de actos eleitorais, mas quanto a medidas... Consulte-se, de novo, as razões que levaram à demissão do então Almirante CEMA Ribeiro Pacheco.

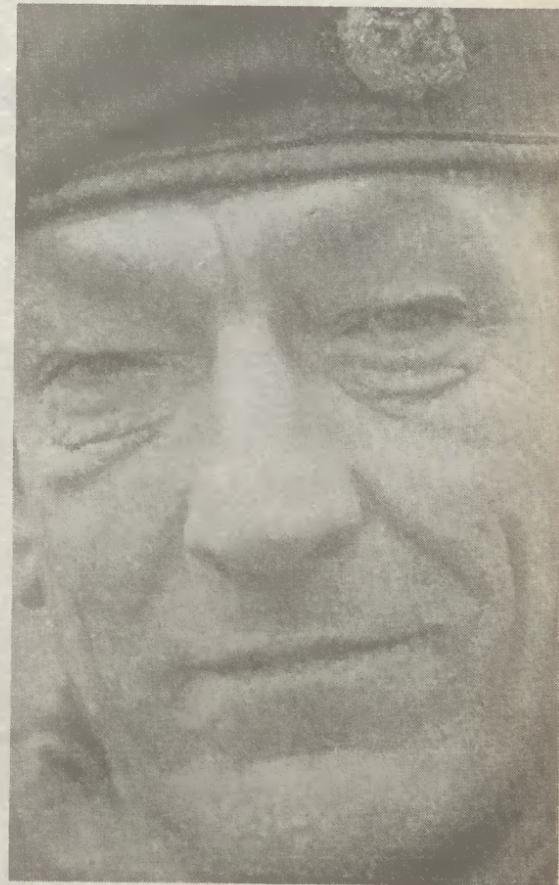
Governo comenta, como comentou, as declarações do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, então já não é só "falta de jeito" em lidar com a Instituição, é sobranceria e arrogância, mesmo que mascaradas de santificados e benzidos sorrisos.

O General CEMGFA Espírito Santo defende, na entrevista que deu ao jornal *Semanário*, concepções das quais discordamos, como sejam as ligadas às questões do associativismo. Mas não podemos deixar de relevar a frontalidade com que defende aquilo em que acredita, marcando, neste plano, positivamente, a diferença.

A inquietação existente nas Forças Armadas tem responsáveis: o PSD e o PS, a sua mesma política, as suas opções, as suas omissões - que também são uma forma de fazer política.

O PCP continuará a dizer o que pensa, a pensar o que diz e a agir através das propostas e soluções que apresenta para a dignificação dos militares e para o prestígio das Forças Armadas, numa postura coerente com aquela que seja a sua avaliação própria dos interesses nacionais, sem andar ao sabor de modas ou em posições zigzagueantes, procurando agradar a gregos e a troianos.

Para o PCP, é fundamental que sejam estabelecidos objectivos credíveis visando o reequipamento e a modernização mais geral das Forças Armadas, no quadro da definição de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assente nas reais possibilidades e nos reais interesses de Portugal como pátria soberana.



Michael Jackson - do "Domingo Sangrento" ao Kosovo

Irlanda do Norte, 30 de Janeiro de 1972.
Um dia que ficou na história com o nome
de Bloody Sunday (Domingo Sangrento).

Cerca de 15 mil pessoas, católicos republicanos e nacionalistas, habitantes do *ghetto* de Derry, participam numa marcha pacífica pela democracia, contra a discriminação de que são alvo por parte das autoridades de Londres e dos seus representantes locais (protestantes), contra a repressão da RUC (polícia norte-irlandesa, fanaticamente unionista).

Quando o cortejo chega à Praça Free Derry Corner, onde se devia realizar um comício, eram já cerca de 30.000 os manifestantes. Bernadett Devlin, dirigente da Associação para os Direitos Cívicos, que convocara a marcha, prepara-se para intervir, mas não chega a usar da palavra. Quem interveém, de forma brutal, é o exército. O resultado é conhecido: 14 mortos, 16 feridos. Um banho de sangue que enluta a Irlanda, envergonha o Reino Unido, faz estremecer o mundo.

O que muitos não sabem é que um dos oficiais responsáveis por esta carnificina foi Michael Jackson, o agora general inglês e comandante da NATO no Kosovo.

«Não se podia ter escolhido melhor para levar a paz e a reconciliação aos Balcãs», escreve o jornalista italiano Fulvio Grimaldi em artigo recentemente publicado no *Liberazione*.

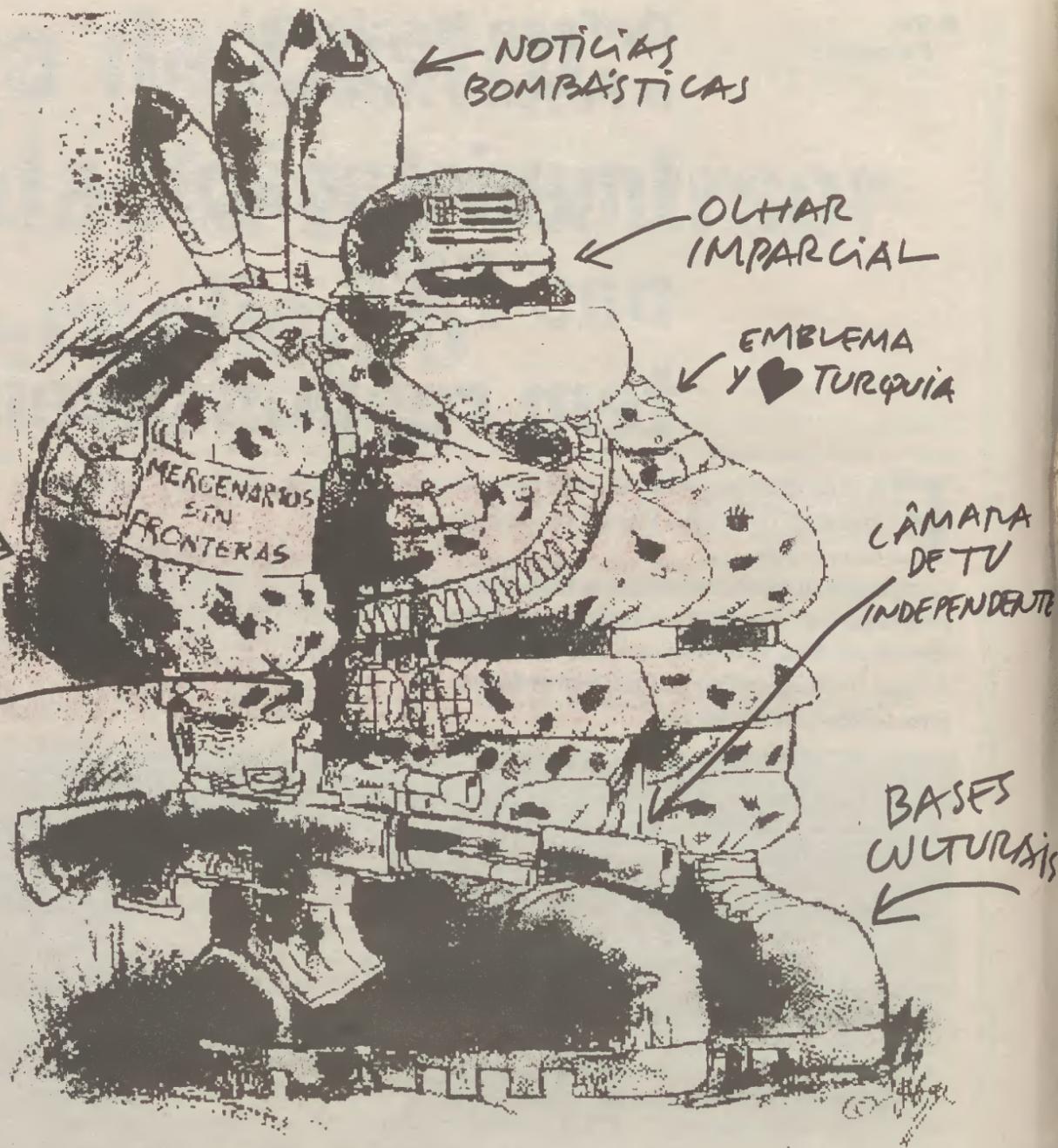
Grimaldi testemunhou o massacre e registou-o com a sua câmara para a posteridade. As imagens correram mundo, mas foram proibidas na Grã-Bretanha. Só há dois anos o bloqueio foi rompido por uma televisão independente, Channel 4.

Vinte e sete anos depois, Grimaldi prepara-se para ir a Derby dar o seu testemunho dos acontecimentos, no âmbito da investigação que está a ser levada a cabo, mas não acredita que Jackson - para quem o Domingo Sangrento foi «uma brilhante operação militar» - possa vir a ser condenado.

Em vez de ser incriminado, Jackson foi promovido. Comanda as forças da NATO no Kosovo, com o saber da experiência adquirida ao longo da sua carreira, em que se incluem, entre outras coisas, os seis anos que passou na Irlanda do Norte, os serviços de segurança em Berlim durante os tempos da 'guerra fria' e o comando das forças britânicas na Bósnia.



GRANHAS MEDIÁTICAS SACO DA DESINFORMAÇÃO



A tragédia jugoslava e

Muitos anos vão transcorrer antes do aparecimento de uma história da tragédia jugoslava que ilumine bem as suas facetas contraditórias e a situe no contexto da crise global de civilização que a humanidade enfrenta na viragem do milénio. A confusão principia na própria identificação daquilo que conferiu aos acontecimentos ali ocorridos um carácter trágico.

O que para uns foi a essência da tragédia — a guerra de agressão a um país soberano, concebida e comandada pelos EUA, sob a bandeira da NATO — aparece a outros como uma iniciativa político-militar necessária, imposta por exigências éticas e humanitárias.

Na grande maioria dos casos as motivações da segunda posição não são claras. Dezenas de milhões de pessoas, sobretudo na Europa, não têm consciência de que foram decisivamente condicionadas por um bombardeio mediático desinformativo, cientificamente planeado e executado. O funcionamento dos mecanismos da revolução técnico-informática transformou um monstruoso crime numa cruzada pela humanidade através de uma gigantesca operação mediática que excedeu em perversidade a da guerra do Golfo.

Um dos aspectos preocupantes e pouco estudados dessa massacrante campanha é aquele que envolve a posição dos intelectuais. Uma percentagem anormalmente elevada da *intelligentsia* de esquerda aceitou os argumentos invocados para a intervenção na Jugoslávia, embora apenas uma minoria insignificante tenha aceite os bombardeamentos.

O fenómeno é particularmente chocante em países como a França e a Itália.

Esse comportamento não foi uniforme ao longo das 11 semanas de bombardeamentos. Refiro-me exclusivamente, insisto, aos intelectuais progressistas, pois as tomadas de posição dos social-democratas integrados no sistema e dos representantes da direita reflectiram em estilos diferentes o oportunismo que as ditou. Em Portugal, por exemplo, as piruetas de gente como Mário Soares, Pacheco Pereira e Prado Coelho nem merecem ser comentadas, porque as mudanças de perspectiva traduziram apenas a falta de seriedade e de convicções que assinala o seu caminhar pela vida. Contra a guerra ou fazendo depois vénias à NATO estiveram sempre e somente jogando.

O que impressiona por inédita é a atitude de outro tipo de

intelectuais — muitos deles com destacada participação em grandes lutas sociais do nosso tempo e respeitados pela sua integridade — que condenaram desde o início a agressão à Jugoslávia. Uma parcela ponderável da *intelligentsia*, apesar de se opor à guerra imperial e de exigir o seu fim, não quis ou não conseguiu demarcar-se com clareza da campanha de perversão mediática e acabou por aceitar argumentos dos agressores, sem disso se aperceber.

A massacrante orquestração sobre a chamada purificação étnica e a diabolização de Milosevic produziram um tal efeito na opinião pública que muitos intelectuais progressistas se sentiam na obrigação de incluir no discurso esses temas cada vez que se manifestavam contra a guerra e condenavam a barbárie da NATO.

Esse tipo de concessões aflorou concretamente em documentos — alguns circularam pelo mundo — assinados por personalidades de prestígio mundial. Li alguns. Não foi sem tristeza que vi nomes como os de Pierre Bourdieu, Rossana Rossanda, Francis Wurtz, Vidal Naquet e Edward Said em papéis que, não obstante conterem a condenação frontal da guerra, incluíam parágrafos que enfraqueciam os apelos formulados, ao desequilibrarem o texto nas referências inadequadas aos acontecimentos do Kosovo.

Nunca escrevi uma linha em defesa de Milosevic, e lamento que o Kosovo se tenha transformado numa terra de confrontação violenta entre comunidades que ainda há poucos anos ali conviviam pacificamente. Mas satanizar hoje Milosevic e os sérvios é não somente morder no anzol lançado pelo imperialismo norte-americano, fazer-lhe neste momento o jogo, como resvalar para uma visão redutora e deformadora da história.

Em artigo recente (9.6.99) alertei os leitores do «Avante!» para a feroz campanha desencadeada contra Régis Debray na imprensa da França, após a publicação pelo diário «Le Monde» (13.5.99) de uma carta daquele escritor ao presidente Chirac. Por uma vez, nos últimos anos, Debray, excepcionalmente, assumiu uma causa justa. Contou o que viu em breve visita ao Kosovo e a outras regiões da Jugoslávia. Não lhe perdoaram ter desmontado o folhetim da «purificação étnica».

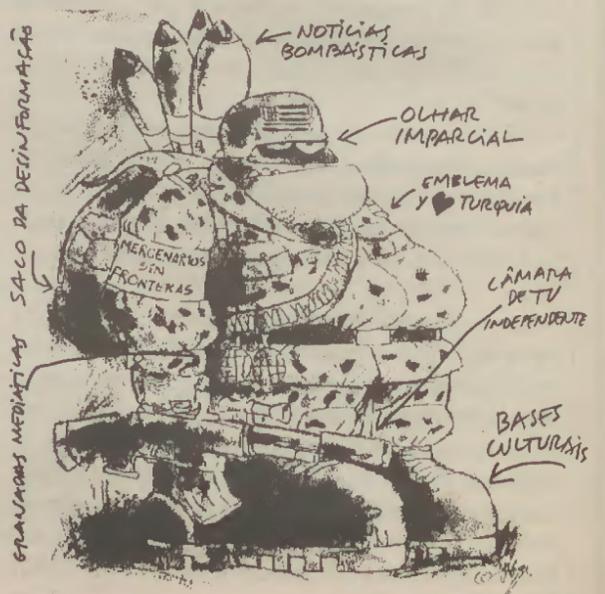
Raramente, em França, tantos políticos, escritores e jornalistas de convicções tão diferenciadas se uniram para desancar com tamanha cólera um intelectual.

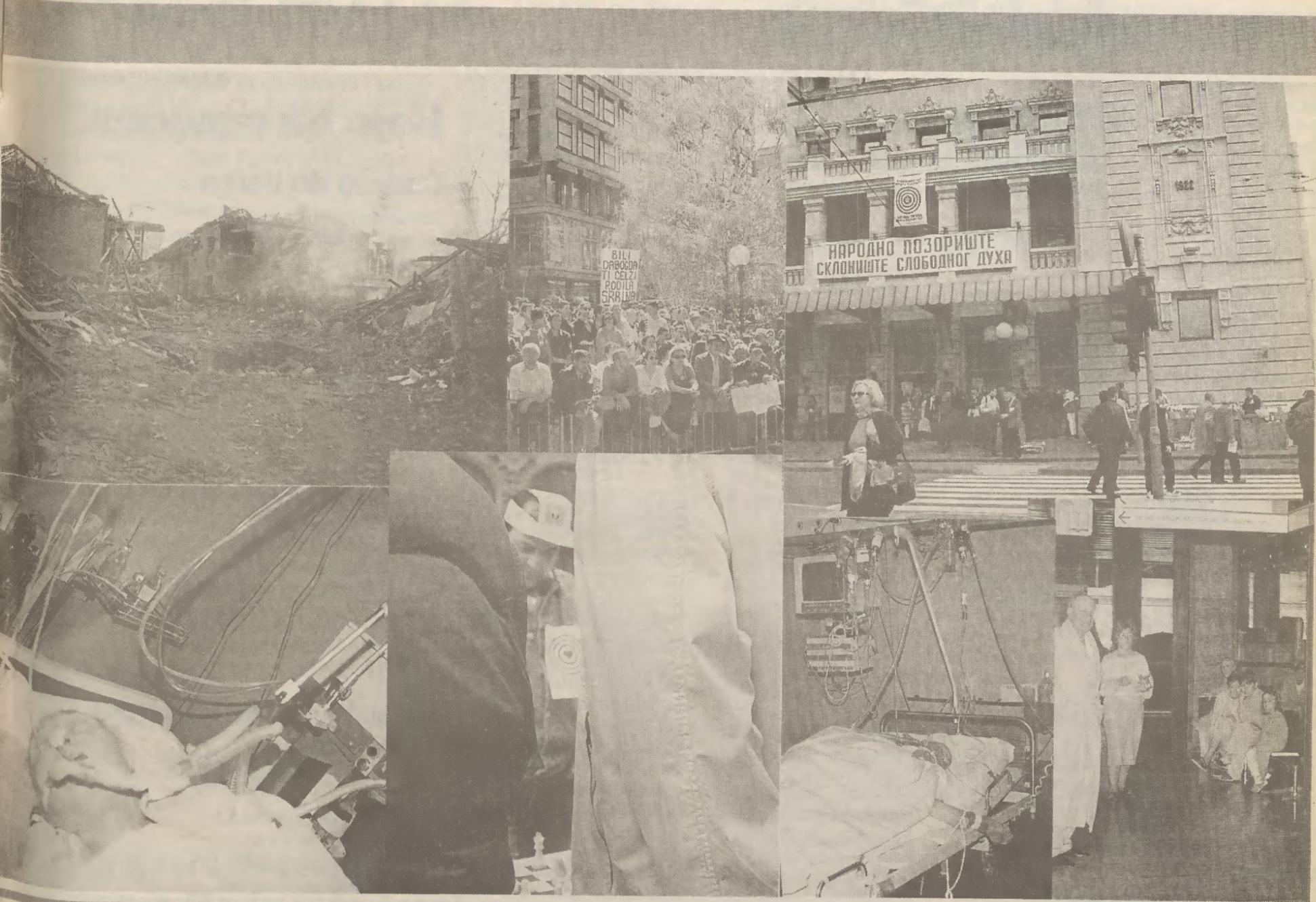
Cabe perguntar por que motivo os escritores e jornalistas não apenas da França mas da Alemanha, da Inglaterra, da Itália, de

toda a Europa não dispararam a sua artilharia verbal contra escritores e jornalistas que pelo velho continente afora têm publicado reportagens, editoriais, crónicas, entrevistas em que, fazendo a apologia da guerra, justificando os bombardeamentos da NATO, acumularam montanhas de inverdades e de calúnias.

Os mecanismos da pressão social e do medo são tão fortes que o próprio Debray, ao apresentar a sua defesa em artigo publicado na edição de Junho de «Le Monde Diplomatique», adoptou uma tática que acabou por não o favorecer. Ao proceder a um inventário sintético da desinformação, da desonestidade profissional, da falta de ética que caracterizou nos grandes *media* o tratamento da guerra de agressão contra a Jugoslávia, Debray trocou o estilo directo, quase contundente, da Carta a Chirac por um discurso em que os factos se diluem numa reflexão de matizes filosóficos de acessibilidade difícil ao leitor comum.

Ignacio Ramonet, cuja obra representa uma contribuição importantíssima para uma compreensão aprofundada do funcionamento das engrenagens mediáticas na moderna sociedade informacional, publicou na mesma edição do jornal que dirige um editorial contraditório e ambíguo que confunde mais do que esclarece, a principiar pelo uso da palavra «democracia», sempre generalizante, impreciso. Dele se pode dizer que dá uma no





a covardia dos intelectuais

cravo e outra na ferradura. Escrevendo sobre «A Nova Ordem Global» a propósito da guerra, que não define claramente como agressão à Jugoslávia, sai com frequência do tema para se embrenhar por desvios. Os estereótipos sobre o binómio Milosevic-Kosovo estão presentes, mas a condenação directa do imperialismo, a solidariedade com o povo sérvio essas estão ausentes. Ramonet fala um pouco de tudo para passar sobre o essencial como gato sobre brasas. A sua atitude faz lembrar críticas que ele próprio dirige a jornalistas no seu último livro, «A Tirania da Comunicação».

Reflexões lúcidas

Paradoxalmente, é dos EUA que chegam os textos de reflexão mais lúcidos sobre a criminoso agressão contra a Jugoslávia. Encontramo-los em revistas de ideias como a «Monthly Review» e noutras publicações de esquerda. Até na Internet. Noam Chomsky – uma das figuras exponenciais da cultura norte-americana – foi um dos que usaram a rede para desmascarar a ambição e o farisaísmo da estratégia balcânica dos EUA e a manipulação mediática que tanto contribuiu para desinformar a humanidade, mascarando de cruzada humanitária em defesa de princípios eternos uma agressão contra um pequeno país concebida e executada com um amoralismo que só encontra precedente na política externa do III Reich nazi.

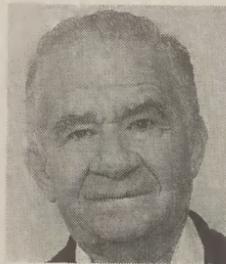
Chomsky lembra que na Turquia e na Colômbia morreu nos últimos anos mais gente do que nos conflitos interétnicos do Kosovo considerando-se apenas as acções repressivas desencadeadas pelos exércitos daqueles países e por organizações paramilitares, respectivamente contra os curdos e contra as guerrilhas. Qual tem sido a atitude da Administração Clinton perante essas chacinas? Porventura foram os governos de Ancara e Bogotá acusados de genocídio e violação de direitos humanos? Não. Chomsky recorda que Washington, pelo contrário, mantém excelentes relações com as forças armadas daqueles países. No tocante à Turquia, esta recebe mesmo o tratamento de aliado preferencial.

A maioria dos intelectuais europeus que, de repente, fez da solidariedade com os albaneses do Kosovo um problema de consciência e justifica em nome da defesa da civilização (argumento de Lionel Jospin) a intervenção da NATO, mal sabia há dois anos da existência dos kosovares, e de Milosevic nem o nome conhecia.

Há pelo menos vinte anos que o exército indonésio desenvolve actividades de genocídio no Norte de Samatra e em Irian Jaya (Nova Guiné Ocidental). Mesmo em Portugal sabemos dos crimes praticados em Timor-Leste, mas ignoramos quase tudo a respeito da repressão nas províncias indonésias. Ora, somente no Achém, dezenas de milhares de pessoas foram abatidas como gado pela tropa de Suharto ao longo das últimas décadas. A consciência dos intelectuais europeus que apoiaram a guerra contra a Jugoslávia não funcionou nesse caso.

Os monstruosos crimes do angolano Savimbi – autêntico inimigo da humanidade – e o seu desafio às Nações Unidas também não suscitam emoção comparável à nascida do sofrimento dos albanos-kosovares.

Quando o Ruanda foi transformado num açougue humano e cerca de um milhão de pessoas foram ali chacinadas em massacres que não teriam sido possíveis sem a cumplicidade das gran-



■ Miguel Urbano Rodrigues

des potências (nomeadamente a França), o tema não despertou entre os intelectuais europeus o interesse que os conflitos étnicos no Kosovo provocam. Porquê?

Estranhas hierarquias

É não só natural como indispensável que os intelectuais, em qualquer país, se mantenham vigilantes na defesa das liberdades, de princípios, do respeito por direitos fundamentais. A opressão exercida sobre um povo, seja ele qual for, é sempre intolerável. O que não faz sentido é hierarquizar a solidariedade em função das pressões da máquina de propaganda da sociedade informacional e, de concessão em concessão, assumir atitudes pavlovianas, ou seja, aquelas que, afinal, correspondem aos interesses dos autênticos criminosos, no caso do sistema de poder dos EUA.

Não foi sem repugnância que tomei conhecimento da decisão do governo norte-americano de pôr a prémio a cabeça de Milosevic. A Administração Clinton agora oferece cinco milhões de dólares por informações que possam levar à captura do presidente da Jugoslávia, como suposto criminoso de guerra.

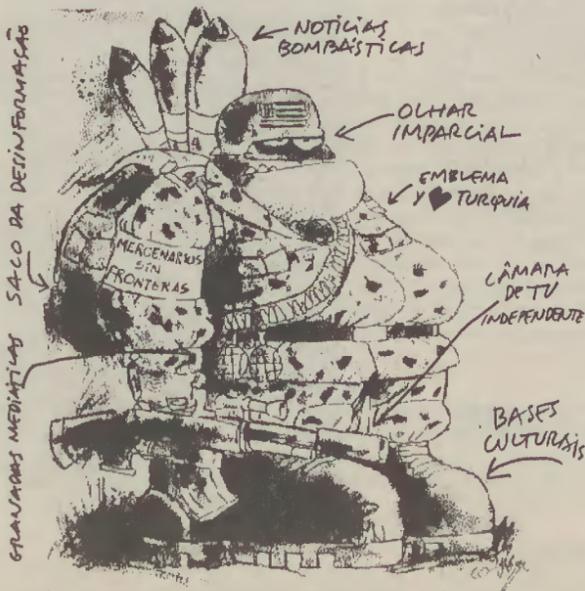
Parece coisa de um filme do farwest. A perversão mediática tem, entretanto, feito tais estragos na consciência social europeia que a reacção a essa abjecta iniciativa foi morna, quase inexistente.

Caberia recordar que nunca os EUA ofereceram dinheiro pela cabeça de ditadores sanguinários como o haitiano Duvalier, o dominicano Trujillo, o nicaraguense Tacho Somoza, o chileno Pinochet, o paraguaio Stroessner e tantos outros. Todos, pelo contrário, foram acarinhados como grandes amigos de Washington.

Estranho mundo unipolar o do fim do milénio que erige em heróis os vilões, políticos que, pelas suas funções e actos, emergem, esses sim, como inimigos da humanidade responsáveis por incontáveis crimes.

Se neste apagar das luzes do século alguém justifica o anátema de criminoso de guerra número um é o presidente dos EUA, William Clinton.

É de lamentar que a *intelligentsia* europeia não se tenha ainda apercebido dessa evidência.



O «maire»

Jean Tiberi é o *maire* de Paris, que é com diz o presidente da câmara da capital francesa. Homem-de-mão do Presidente da República Jacques Chirac quando este foi também presidente da Câmara, Tiberi sucedeu a Chirac no cargo quando este, usando o trampolim da presidência da câmara da capital, se catapultou para a presidência do país e conseguiu que o seu projecto de reorganização da direita à volta do seu partido neogaullista RPR concretizasse a ambicionada conquista do poder em França. Acontece que monsieur Tiberi

PONTOS
CARDEAIS

anda neste momento a contas com a Justiça, que o inculpa por «cumplicidade de tráfico de influências», leia-se apadrinhamento de negócios nada claros ou muito escuros, como se quiser, a partir do seu posto de presidente da câmara de Paris. Acontece, ainda, que monsieur Tiberi, no dizer da jornalista do Público em Paris, Ana Navarro Pedro, é uma «personagem sem a mais pequena ponta de carisma e sem vislumbre de rasgos intelectuais», mas senhor de

uma grande ambição apetrechada por «uma inextinguível capacidade de rancor e uma memória infalível». A sua grande ambição é ser reeleito para a presidência da câmara de Paris e a sua «memória infalível» serve para chantagear os seus antigos amigos e aliados que agora se querem descartar dele, devido não aos presumíveis escândalos de corrupção em que estará envolvido mas ao escândalo de ter sido apanhado nas malhas da justiça. Além disso, Tiberi sabe tudo o que de subterrâneo e ilegal ocorreu na placa giratória da câmara de Paris, «nomeadamente como, e por ordem de quem, se enchia anualmente o “saco azul” do movimento gaullista nos gabinetes do magnífico edifício da Câmara» ou «que contratos e concursos ditos “públicos” foram falsificados e por quem na região de Paris. É aqui que entra a «memória infalível» de monsieur Tiberi, que já lhe valeu, por exemplo, a desistência da direcção do movimento gaullista em o abandonar à sua sorte. Como? Muito simples: Tiberi «deslocou-se à sede do partido, onde fez “uma cena monstra de chantagem”, segunda a

confidência de um quadro». E Jacques Chirac, o majestático Presidente da República francesa? Esse, que também se quer recandidatar ao cargo nas eleições presidenciais de 2002, fez uma coisa curiosa: quando rebentou o escândalo Tiberi, partiu numa romaria para a província. Todavia, deixou em Paris os seus conselheiros a produzirem intervenções públicas a favor de Tiberi, apesar de toda a gente zurzir neste controverso presidente da câmara da capital francesa. Por que será?

Os EUA, Nixon e Pinochet

Na passada semana, as autoridades dos EUA tornaram públicos 5800 documentos sobre o Chile de Pinochet, até agora classificados como secretos. A origem dos documentos não pode ser mais fidedigna: 5000 estavam nos arquivos do Departamento de Estado (leia-se Ministério dos Negócios Estrangeiros), 490 na CIA, 100 no FBI e 60 no Pentágono, perfazendo a respeitável soma de 25 mil páginas. Apesar desta primeira leva de documentos desclassificados apenas abranger os primeiros tempos da sanguinária ditadura de Pinochet instalada à força de um banho de sangue em 1973, o que lá está não deixa dúvidas sobre o pormenorizado conhecimento que os dirigentes dos EUA tinham dos factos monstruosos que ali estavam a ocorrer. Por exemplo, um relatório da CIA de 21 de Setembro de 1973, 10 dias a seguir ao golpe de Pinochet, dizia que «o espírito dominante entre os militares chilenos é usar o momento actual como oportunidade para eliminar para sempre todos os vestígios de comunistas no Chile». Mais adiante afirma-se que «há planos para uma severa repressão. O Exército está a agrupar grande número de esquerdistas de todos os tipos e a interná-los». O documento regista ainda que «300 estudantes foram assassinados na Universidade Técnica, quando recusaram render-se» em Santiago, a capital, e que a Junta Militar queria «matar 50 esquerdistas por cada esquerdista ainda a operar». Noutro documento, escrito um mês depois do golpe, a 12 de Outubro, a CIA diz que «a fronteira entre as pessoas mortas durante ataques a forças de segurança e capturadas e executadas imediatamente tornou-se cada vez mais diluída». Tudo isto, e muito mais, se passou sob a batuta de Richard Nixon e de Henry Kissinger, esses grandes democratas e campeões do «mundo livre». Entretanto, poucos anos depois os dirigentes dos EUA tornaram-se os grandes paladinos do «combate pelos direitos humanos»...

PONTOS
NATURAIS

■ Mário Castrim

Hoje há canções

Canção do berço

Dorme meu menino na onda enviado com o teu destino de punho cerrado.

Dorme meu menino de luar penteado longe canta um sino tonto de bailado.

Dorme meu menino ao rio deitado há uma estrela a pino em belém do telhado.

Dorme meu menino de punhais bordado um sinal divino na testa marcado.

Dorme meu menino na onda enviado com o nosso destino de punho fechado.

Canção da bateira azul

Ó minha bateira azul nas pregas doces da Ria os remos com os seus impulsos de aventura prometida.

No outro lado era o mar tempestades de algum dia mas aqui era nós estarmos no ventre materno ainda.

Ó minha bateira azul tão feita à minha medida sobrevivente de mim olhando-a ausente na Ria.

Canção de dizer não

gira pião não pares, não

vamos fazer roda vamos pôr na moda esta canção: gira pião

vamos do universo construir o berço desta canção: gira pião

gira pião gira pião não pares não não pares não não.

Canção contra Herodes

Era uma vez um Menino que Herodes mandou matar (aliás, Herodes mandou matar todos os meninos só para ter a certeza de que o tal menino não pudesse vir a escapar).

Um bom safado, este Herodes. E ainda é, pois está visto que ele não morreu, apenas mudou de nome para os efeitos legais. Hoje é Neo-liberalismo Blair, Clinton, Schroder Guterres Brandos Costumes. São quarenta mil por dia os meninos que Herodes manda matar.

Ah, mas o Menino torna a escapar.



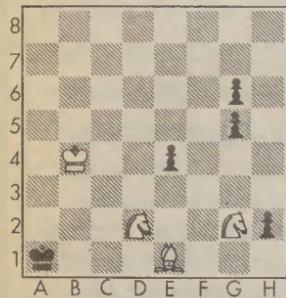
XADREZ

DCCXII - 8 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X23

Por: Z. Birnov

«64» - 1928

Pr.: [5]: Ps. e4, g5, g6, h2 - Ra1
Br.: [4]: Cs. d2, g2 - Bc1 - Rb4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999X23 [Z.B.]

1. Ra3 1, h1=D; 2. Cc3, Dh3; 3. Bf2, g4; 4. Rb3, g5; 5. Ra3 e g.

A. de M. M.

DAMAS

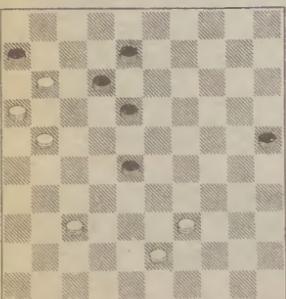
DCCXII - 8 DE JULHO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D23

Por: A. F. Hoogvelt [NL.]

«De Problemiste», II, 1965

Pr.: [6]: 6-8-12-18-25-28

Br.: [6]: 11-16-21-37-39-43



Branças jogam e ganham

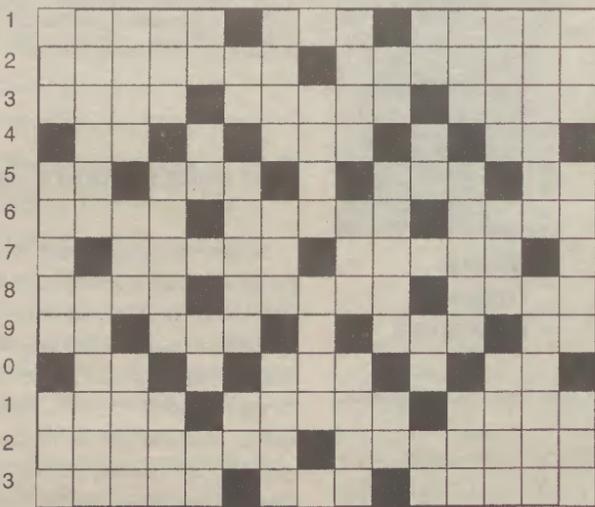
SOLUÇÃO DO N.º 1999D23 [A.F.A.]

1. 36-33!!; 2. (28x48=D)=D; 3. 11-7, (48x17); 3. 16-11, (12x1); 4. 11x2=D e +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Serviço prestado sem intuito de remuneração; peça que cobre as guardas da fechadura; ciência da moral. 2 - Tornavam mole ou brando; qualidade de liso (pl.). 3 - Lugar onde se arremata o peixe à chegada dos barcos de pesca; instrumento que serve para marcar ângulos do terreno (pl.); saco de viagem. 4 - Divindade solar dos antigos egípcios; apelido de poeta português; isolado. 5 - Nome da terceira letra do alfabeto árabe-persa; greda branca; singular; apelido. 6 - Última porção do intestino delgado; rentes; senhoras (abrev.). 7 - Género de plantas leguminosas; tecido muscular do homem e de outros animais. 8 - Inchar; cozinhar no forno; dificuldade (fig.). 9 - Sociedade Anónima (abrev.); aqui está; lamentos; carta de jogar. 10 - Cálcio (s.q.); semelhante; Escândio (s.q.). 11 - Instigador (fig.); preceito escrito (pl.); lugar onde se malham e desgranam os cereais. 12 - Amariarum; invólucro das sementes de várias plantas (pl.). 13 - Estarás; dama de companhia; furiosa.

VERTICAIS: 1 - Mau humor (fig.); a face superior de um degrau (pl.); maléfica. 2 - Desonesto; emburramento. 3 - Elege; nome da sétima letra do alfabeto grego; formar em alas. 4 - Carta ou documento escrito numa só folha; anda com velocidade; unidade das medidas de capacidade para secos, usada em Damão. 5 - Graça; atmosfera; satélite de Júpiter; caminhais. 6 - Arsénio (s.q.); vegetação espontânea (pl.); nota musical. 7 - Agasta-se sem dizer o motivo; àqueles; assunto a debater. 8 - Voz imitativa do ruído de coisa que se parte, como vidro, etc.; transpiram. 9 - Elevai; palhoça de índios; resina ou goma resinosa extraída de diversas árvores dos países do Extremo Oriente. 10 - Uma vogal (pl.); trajara, apelido. 11 - Existes; Índio (s.q.); quatro romanos; sim (ant.). 12 - Interj. que imita o som produzido pela explosão de um tiro; burros; elemento de formação derivado regressivamente de Europa ou europeu. 13 - Cóleras; rasteiro; armazém de cereais. 14 - Que tem muitos calos; sagrados. 15 - Braço (pop.); nome dos esporângios dos ascomicetas, dentro dos quais se formam os ascóforos (pl.); pega.

CALOSAS: sacros. 15 - Asa; ascos; asa.
face. 10 - Is; usara. Sá. 11 - Es; h; IV; st. 12 - Turn; asnos; eur. 13 - Tras; rês; sílo. 14 - art. 5 - R; ar; ar; is; 6 - As; eras; lá. 7 - Am; ar; as; tema. 8 - Tris; suam. 9 - Al; oca; Ra. Art; s6. 5 - Pá; cre; un; Sá. 6 - Ho; r; os; 7 - Tevo; carne. 8 - Op; art; asart.
VERTICAIS: 1 - Fel; p; os; máis. 2 - Amorai; pacote. 3 - Vota; eia; alar. 4 - Oia; corre; 13 - Seres; aia; trosa.
ORTOGRAFIA: 1 - Favor; ab; etica. 2 - Emoham; h; uras. 3 - Lot; sut; s; ma; 4 -

AGENDA

Plenários e outras reuniões

Almada

- Plenário da organização da **Charneca da Caparica**
 - Sábado, 10, às 15h, no CT da Charneca
 - Convívio com *caracolada* da organização do **Laranjeiro** – Sábado, 10, a partir das 16h30, no CT do Laranjeiro
 - Plenário da **célula do Arsenal** – Segunda-feira, 12, às 18h, no Centro de Trabalho concelhio

- Reunião alargada do OD da **Zona Norte** para discussão da Festa do Avante! e próximas eleições legislativas

Ovar

Plenário concelhio de militantes, com a participação de **Joaquim Almeida**, cabeça de lista da CDU por Aveiro às eleições legislativas – Sexta-feira, 9, às 21h30, no Centro de Trabalho de Ovar

Amadora

Plenário alargado de militantes da **Damaia**, com a participação do camarada **António Filipe**: Sábado, às 15h, no Centro de Trabalho da Damaia.

Lisboa

- Reunião de militantes e simpatizantes do **Bairro Padre Cruz**, com a participação de eleitos na Junta de Freguesia de Carnide, para discussão sobre as próximas eleições
 - hoje, quinta-feira, às 21h, na Escola Velha (Primária) do B° Padre Cruz
 - Reunião de militantes de **Benfica** para análise dos resultados das eleições para o PE e as próximas legislativas: hoje, quinta-feira, às 21h30 no CT de Benfica.

Palmela

Plenário de militantes, com a participação do camarada **Virgílio Azevedo** – Sexta-feira, 9, às 21h30, na Casa do Lavrador

Samora Correia

Plenário de militantes – Sábado, 10, às 21h30, no Centro de Trabalho

Eleições Legislativas

PORTO

Almoço de apresentação dos Candidatos da CDU pelo distrito do Porto
 com a participação de **Carlos Carvalhas**
 Sexta-feira, 9, 13h
 Restaurante do Palácio de Cristal

PALMELA

Acto público de apresentação dos Candidatos da CDU pelo distrito de Setúbal
 com a participação de **Carlos Carvalhas**
 Sexta-feira, 9, 18h
 Pousada do Castelo de Palmela

SANTARÉM

Acto público de apresentação dos Candidatos da CDU pelo distrito de Santarém
 com a participação de **Octávio Teixeira**
 Sexta-feira, 9, 19h
 Casa da Alcáçova (junto às Portas do Sol)

PORTALEGRE

Apresentação dos Candidatos da CDU pelo distrito de Portalegre
 Sexta-feira, 9, 16h
 no CT do PCP

COIMBRA

Festa de apresentação dos Candidatos da CDU pelo distrito de Coimbra
 Sexta-feira, 9, das 20h à 01h
 Jardim da Serra
 Espectáculo com **Carlos Alberto Moniz** e **Maré Alta**
 Esplanada – Bar – Sardinha assada e outros grelhados
 Venda de livros

Debate em Lisboa

com a participação de **Luís Sá**

O projecto de programa eleitoral do PCP Para o Movimento Associativo Popular

Segunda-feira, 12, às 21h, no CT Vitória

*

Apresentação do livro

O PCP e o Desporto do Séc. XXI

Quinta-feira, 15, às 21h, no CT Vitória,
 com participação de **Luís Sá**

(Iniciativa do Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva)

ACAMPAMENTOS DE VERÃO DA JCP

Em Julho:

Dias 16/17/18 – em CASTELO BRANCO e LISBOA
 Dias 23/24/25 – em AVEIRO, ALENTEJO, SETÚBAL, SANTARÉM, COIMBRA, LEIRIA
 Dias 30/31 e 1 de Julho – no ALGARVE e PORTO

Informações e inscrições nas sedes regionais da JCP e na sede nacional, em Lisboa



Café-concerto da JCP no CT do PCP de Pinhal Novo

Bandas **Afterlife**
 – **Desejo – Snipers**

Sábado a partir das 21h

Para jovens de todas as idades

Café-concerto no CT de Alhandra

Sábado, dia 10

Vila Franca de Xira

Saúde e Segurança Social em debate

- hoje, quinta-feira, às 15h, no CT de Vila Franca, com **Alexandrino Saldanha**, e às 21h, no Pavilhão do Forte da Casa, com **Manuela Silva** e **Alexandrino Saldanha**;
 - quarta-feira, 13, às 15h30, na Associação de Reformados de Vialonga, com a participação de **José Neves**.

Quinta, 8

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 19.05 País Região
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 As Lições do Teneças
 - 21.45 Maria Elisa
 - 23.15 Ballet Rose
 - 00.35 24 Horas
 - 01.25 Volta a França em Bicicleta
 - 01.50 Segredos da Prisão (Longa-metragem)



Barata Moura é esta semana o entrevistado de Carlos Cruz: sexta à noite na RTP2

Sexta, 9

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 19.05 País Região
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Uma Casa em Fanicos
 - 22.15 Miami (de David Frankel, EUA/1995, com Sarah Jessica Parker, Gil Bellows, Antonio Banderas, Paul Mazursky. Comédia Romântica.)
 - 00.05 Magia - Truques à Vista
 - 01.15 24 Horas



Barata Moura é esta semana o entrevistado de Carlos Cruz: sexta à noite na RTP2

Sábado, 10

- RTP 1**
- 08.00 Infantil/Juvenil
 - 12.30 Jornal da Tarde
 - 13.00 Automobilismo - GP da Grã-Bretanha
 - 14.00 Top+
 - 15.20 Os Solteiros
 - 15.45 As Aventuras de Gulliver
 - 17.10 Amigos
 - 17.50 Estrada Viva
 - 18.15 O Agente da Broadway (de Woody Allen, EUA/1984, com Woody Allen, Mia Farrow, Nick Apollo Forte, Sandy Baron. Ver Destaque)
 - 20.00 Telejornal
 - 21.25 Santa Casa
 - 23.15 Nash Bridges
 - 00.15 Sexto Sentido
 - 00.45 Futebol de Praia
 - 01.00 24 Horas
 - 02.10 Mulheres Giras (de Ted Demme, EUA/1996, com Matt Dillon, Timothy Hutton, Natalie Portman, Uma Thurman, Mira Sorvino. Ver Destaque)
 - 04.10 O Homem Digital (de Phillip Roth, EUA/1994, com Ken Olandt, Kristen Dalton, Adam Baldwin, Ed Lauter. «Thriller»)

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 11.30 Aventuras Espaciais
 - 12.00 Contos Assombrosos
 - 13.20 Dinheiro Vivo

Domingo, 11

- RTP 1**
- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 12.30 Jornal da Tarde
 - 13.00 Automobilismo - GP da Grã-Bretanha
 - 15.00 Made in Portugal
 - 16.25 Futebol de Praia
 - 17.35 Saber & Fazer
 - 18.05 Ferro e Fogo
 - 19.10 Destinos de Sofia
 - 19.45 Automobilismo - GP da Grã-Bretanha
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Saídas da Casca
 - 22.00 Jet Sete
 - 22.40 O Polvo
 - 00.35 Futebol de Praia
 - 00.50 24 Horas
 - 01.35 Ciclismo - Volta a França
 - 02.00 Perigo Iminente

- RTP 2**
- 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.50 Quem Sai aos Seus
 - 12.15 20 Mil Léguas Submarinas
 - 13.00 A Europa de Comboio
 - 14.00 Jornal de África
 - 14.30 Rotações
 - 15.00 Excentricidades
 - 15.30 O Pai da Noiva (de Charles Shyer, EUA/1991, com Steve Martin, Diane Keaton, Kimberly Williams, Kieran Culkin. Comédia)
 - 17.30 Desporto 2

Segunda, 12

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Nas Asas do Destino
 - 15.40 Malha de Intrigas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 19.05 País Região
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Nós, os Ricos
 - 21.35 Polícias
 - 22.40 Passageiro 57 (de Kevin Hooks, EUA/1992, com Wesley Snipes, Bruce Payne, Elizabeth Hurley, Tom Sizemore. Acção)
 - 00.25 A Comunicação Social nas Sociedades Actuais
 - 01.25 Futebol de Praia
 - 01.40 24 Horas
 - 02.30 Ciclismo
 - 02.45 Máquinas
 - 03.15 Perigo Virtual

- RTP 2**
- 14.00 Informação Gestual
 - 15.45 Rumo ao Sul
 - 16.35 Gente Remota
 - 17.30 Acores
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Universidade Aberta
 - 19.00 Um, Dó, Lí, Tá

Terça, 13

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Futebol de Praia
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 19.05 País Região
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Cromos de Portugal
 - 21.45 Herman 99
 - 00.10 Dharma e Greg
 - 00.55 Futebol de Praia
 - 01.10 24 Horas
 - 02.00 Volta a França
 - 02.15 Seaquest, Brigada Submarina

Quarta, 14

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.45 Futebol de Praia
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País, País
 - 19.05 País Região
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.05 Docas
 - 22.20 Diário de Maria
 - 23.30 Reckless, Perigosa Sedução
 - 00.45 24 Horas
 - 01.35 Volta a França
 - 01.50 Três à Mistura (de Andrew Fleming, EUA/1994, com Lara Flynn Boyle, Stephen Baldwin, Josh Charles, Alexis Arquette. Ver Destaque)



«Hornblower», inspirado nas histórias de C.S.Forester situadas no período das guerras napoleónicas, continua este fim-de-semana na SIC

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 16.00 Terra Selvagem
 - 16.45 Histórias de Serengeti
 - 17.35 Euronews
 - 18.00 A Fé dos Homens
 - 19.00 Um, Dó, Lí, Tá
 - 20.15 Civilizações do Passado
 - 21.00 Portugalmente
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Cativos do Mal (de Vicente Minelli, EUA/195, com Lana Turner, Kirk Douglas, Walter Pidgeon, Dick Powell, Barry Sullivan, Gloria Grahame. Ver Destaque)
 - 00.50 Hitler e Stalin, Ligações Perigosas

- 02.05 Ciclismo - Volta a França
- 02.40 Páginas Negras de Patricia Highsmith

- RTP 2**
- 14.30 Informação Gestual
 - 15.00 Ciclismo - Volta a França
 - 16.00 O Caminho das Estrelas
 - 16.45 Rios da Vida
 - 17.35 Euronews
 - 18.00 Programa Religioso
 - 19.00 Um, Dó, Lí, Tá
 - 19.55 Automobilismo
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Carlos Cruz Entrevista
 - 23.50 Vítimas Inocentes
 - 00.45 Máscaras da Música

- 14.00 Actualidades
- 15.00 Desporto 2
- 19.20 Onde Curta (O Sinaleiro, Le Signaleur, de Benoît Mariage, Belg/1979; No Espelho do Céu, En el Espejo del Cielo, de Carlos Salces, Méx/1979. Curtas Metragens)
- 19.50 Horizonte
- 20.40 Departamento de Homicídios
- 21.40 Ugh
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Jogo da Vida
- 00.35 Absolutamente Fabulosas
- 01.05 A Verdade contra Tudo (de Errol Morris, EUA/1988, com Randall Adams, David Harris, Gus Rose, Jackie Johnson. Ver Destaque)

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Conversa da Treta
 - 21.40 Suave Veneno
 - 22.00 Esta Semana
 - 23.30 O Mercenário (de Avi Nesher, EUA/1996, com John Ritter, Oliver Gruner. Acção / Espionagem)
 - 01.45 Último Jornal
 - 02.20 Portugal Radical
 - 02.50 Vibrações

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Meu Bem Quer
 - 19.00 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Conversa da Treta
 - 21.40 Suave Veneno
 - 22.50 Miss Mundo Portugal
 - 00.50 Tubarões de Aço (de Rodney McDonald, EUA, com Gary Nusey, Billy Dee Williams, Billy Warlock. Acção/Espionagem)
 - 02.50 Último Jornal
 - 02.35 Portugal Radical
 - 03.55 Vibrações

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 09.55 TVI Jornal
 - 10.05 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Soldados da Justiça
 - 20.00 Asas nos Pés
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Em Legítima Defesa
 - 23.30 Inimigo na Sombra (de Geoff Murphy, EUA/1992, com Rutger Hauer, Rebecca De Mornay, Ron Silver. «Thriller»)
 - 01.30 Competente e Descarada
 - 02.00 Terra: Conflito Final
 - 03.00 O Mundo do Futebol

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 09.55 TVI Jornal
 - 10.05 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Soldados da Justiça
 - 20.00 Asas nos Pés
 - 21.15 Directo XXI
 - 21.40 Os Reis da Música Nacional
 - 23.40 Depois de Jimmy (de Graeme Campbell, EUA/1996, com George C. Scott, Ally Sheedy, Rachael Leigh Cook. Drama)
 - 01.40 Competente e Descarada



«Causa Justa»



Pobre Menina Rica (na TVI) é uma daquelas séries tipo «Capricho» da estação

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.55 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Hornblower
 - 16.00 Big Show Sic
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Pequenos e Terríveis
 - 22.10 Mundo VIP
 - 23.10 Mulher
 - 00.10 Afrodisia
 - 00.45 Confiar em Mim (de John Avildsen, EUA/1989, com Morgan Freeman, Beverly Todd, Robert Guillaume, Lynne Thygpen. Drama)
 - 02.45 Último Jornal
 - 03.20 Portugal Radical

- 19.00 Ladrão que Rouba Ladrão
- 19.35 Bom Bordo
- 21.00 Artes e Letras «Salman Rushdie»
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.10 Faenas
- 23.40 Alamo (de John Wayne, EUA/1960, com John Wayne, Richard Widmark, Laurence Harvey, Richard Boone, Frankie Avalon. Ver Destaque)

- 20.50 Riscos
- 21.15 Ellen
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 A Coroa e o País
- 23.20 Claxton
- 23.50 Novos Heróis
- 00.45 Biografia: «Eunice Muñoz» (II)



Ela é neste momento a campã das vilãs da telenovela...

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 BBC - Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Hornblower, Oficial e Cavaleiro
 - 16.00 Vip
 - 17.00 Rex, O Cão Polícia
 - 18.00 O Pequeno Nikita (de Richard Benjamin, EUA/1988, com Sidney Poitier, River Phoenix, Richard Bradford. «Thriller»)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Um Sarilhão Chamado Marina
 - 21.30 O Fura-Vidas
 - 22.00 Cantigas da Rua
 - 23.10 Pensamentos Mortais (de Alan Rudolph, EUA/1991, com Demi Moore, Glenn Headly, Bruce Willis, Harvey Keitel. Mistério)
 - 01.10 Último Jornal
 - 01.40 Hilda Furacão
 - 02.45 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Programa Religioso
 - 11.10 Missa
 - 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
 - 14.00 Pobre Menina Rica (II)
 - 17.00 Um Fantasma em Casa (de John Hughes, Nova Zelândia/1983, com Ferdinand Fairfax, Tommy Lee Jones, Michael O'Keefe. Aventuras)
 - 19.00 Colégio Brasil
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Causa Justa
 - 22.40 Justiça Desesperada (EUA/1993, com Leslie Ann Warren, Bruce Davison, Annette O'Toole. Drama)
 - 00.40 Meia Noite e Um
 - 00.40 O Barão de Altamira (de Artur Smedo, Port./1985, com Artur Smedo, Rosa Lobato Faria, Nicolau Brejner, Silvia Rato. Comédia)

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Buêrére
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Você Decide
 - 19.00 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Suave Veneno
 - 22.10 Roda dos Milhões
 - 00.20 Toda a Verdade
 - 01.20 Último Jornal
 - 01.55 A Comédia e a Vida (de Jean Renoir, Fr./1952, com Anna Magnani, Duncan Lamont, Ralph Truman, Odoardo Spadaro. Ver Destaque)
 - 04.00 Portugal Radical
 - 04.30 Vibrações

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 10.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Soldados da Justiça
 - 20.00 Asas nos Pés
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.40 Pretender
 - 22.40 Ficheiros Secretos
 - 23.35 Mentiras Perigosas (de Meredith Zansky, EUA, com Lindsay Frost, Jayne Brook, Kyle Secor. Drama)
 - 01.30 Competente e Descarada
 - 02.10 Casos de Arquivo

- RTP 2**
- 14.30 Informação Gestual
 - 15.00 Volta a França
 - 16.00 Derrick
 - 16.45 Gente Remota
 - 17.40 Euronews
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Um, Dó, Lí, Tá
 - 19.45 Sombras no Gelo
 - 20.40 Riscos
 - 21.15 Ellen
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Ler para Crer
 - 23.50 Atracção Fatal (de Adrian Lyne, EUA/1987, com Michael Douglas, Glen Close, Anne Archer, Ellen-Latzen. «Thriller»)

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 O Caminho das Estrelas
 - 16.40 Gente Remota
 - 17.35 Euronews
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Um, Dó, Lí, Tá
 - 19.45 A Corrida para a Lua
 - 20.40 Riscos
 - 21.15 Ellen
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
 - 23.50 Yo-Yo-Ma e o Jardim da Música
 - 23.50 Terror no Espaço

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Buêrére
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Você Decide
 - 19.00 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Médico de Família
 - 22.15 Suave Veneno
 - 23.45 Casos de Polícia
 - 01.15 Cidade Escaldante
 - 02.15 Último Jornal
 - 02.50 Dra. Quinn
 - 03.50 Portugal Radical
 - 04.20 Vibrações

- SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 12.00 Zázá
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Buêrére
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 17.55 No Sofá Vermelho
 - 18.00 Você Decide
 - 19.00 Andando nas Nuvens
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.10 Suave Veneno
 - 23.20 Negócio de Família (de Sidney Lumet, EUA/1989, com Dustin Hoffman, Sean Connery, Matthew Broderick. Ver Destaque)
 - 01.30 Último Jornal
 - 02.05 Médicos Sem Fronteiras
 - 03.05 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 10.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha
 - 16.00 Animação
 - 18.00 Robocop
 - 19.00 Soldados da Justiça

- TVI**
- 09.00 A Fúria do Destino
 - 10.00 Animação
 - 12.00 Pérola Negra
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Samantha



Futebol de Praia é um dos desportos de Verão na TV

- 20.00 Asas nos Pés
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Marés Vivas
- 22.40 Onda de Impacto (de Robert Halmi, EUA, com Corbin Bernsen, Jukianne Philips, Harvey Presnell. Drama)
- 00.50 Telhadós de Nova Iorque (de Robert Wise, EUA/1989, com Jason Gedrick, Troy Beyer, Eddie Velez, Tisha Campbell. Drama)
- 03.15 Competente e Descarada
- 03.45 Desporto

- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Soldados da Justiça
- 20.00 Asas nos Pés
- 21.00 Directo XXI
- 21.35 Quero Justiça!
- 22.35 Almas Nuas (de William Talmadge, EUA/1995, com David Warner, Pamela Anderson, Dean Stockwell. Drama)
- 00.40 O Corvo
- 01.40 Competente e Descarada

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Cativos do Mal

(Quinta, 22.50, RTP2)

O produtor cinematográfico Jonathan Shields (Kirk Douglas), que se considera o «proprietário» do realizador Fred Amiel (Barry Sullivan), da estrela Georgia Lorrison (Lana Turner) e do argumentista James Bartlow (Dick Powell), nunca foi propriamente um modelo de comportamento em relação a estas pessoas. E quando, arruinado, Jonathan lhes propõe, pelo telefone, que o ajudem a reganhar o seu lugar em Hollywood, eles acabam por recusar esse auxílio... Um retrato implacável da Meca do Cinema, numa espécie de docudrama assinado por Vincent Minnelli, com uma fotografia



Lana Turner e Kirk Douglas (a «bela» e o «monstro»), em «Cativos do Mal», de Vincent Minnelli

espantosa, a preto-e-branco, de Robert Surtees, uma admirável banda sonora de David Raskin (com um inesquecível tema no genérico tocado por um saxofone pleno de «atmosfera») - enfim, daqueles filmes que resistem a tudo, até mesmo ao pequeno formato do ecrã de televisão. Cinco Oscars da Academia, incluindo o de actriz secundária (Gloria Grahame). Que querem mais? A não perder.

Vidas Simples (Sexta, 17.00, TVI)

Um homem nos seus 60, que passou a vida a beber a sua cervejinha, virando as costas à família e ocupado profissionalmente numa pequena empresa de construção civil, é agora confrontado com um filho que regressa divorciado e não confia nele e com um dos netos que não o conhece, pelo que o nosso homem é levado a modificar a sua vida e a encarar as obrigações familiares que sempre rejeitara. Um filme de uma requintada sensibilidade, brilhantemente interpretado por Paul Newman e que tem na paisagem humana que retrata a sua maior riqueza, em belas personagens criadas por intérpretes como Jessica Tandy, Melanie Griffith ou um par de excelentes secundários. Um regalo.

O Agente da Broadway

(Sábado, 18.15, RTP1)

Desta vez afastando-se de Freud, mas acenando em direcção a Capra ou Chaplin - sem esquecer Daymond Runyon - Woody Allen construiu uma excelente comédia, brilhantemente interpretada por si próprio e por Mia Farrow (para além de brilhantes figuras «secundárias» como esse inesperado Nick Apollo Forte), que nos dá conta da história de um pobre agente artístico da Broadway com uma flagrante tendência para se ocupar de artistas em começo de carreira ou em plena decadência, os quais, por uma razão ou por outra, acabam por ir parar às mãos de outros circuitos artísticos com mais «iniciativa», que roubam ao nosso pobre pequeno agente os «louros» das suas ocasionais «descobertas». Tudo, encenado por Woody Allen com o seu habitual e multifacetado talento, num filme rodado num adequado e granulento preto-e-branco e, como sempre, tendo por pano de fundo uma Nova Iorque sempre a descobrir pela sua mão.

A Verdade Contra Tudo

(Sábado, 01.05, RTP2)

Eis um documentário de longa duração, também a não perder esta semana: nele se aborda o caso de um

homem injustamente condenado em 1976 por um crime que não cometeu, num julgamento mal conduzido pela defesa e no qual se assiste à sonegação de provas e ao suborno de testemunhas. O interessante é que este filme, realizado em 1988 e estreado um ano mais tarde, causou uma grande impacte na opinião pública, tendo o caso sido reaberto e o condenado absolvido e libertado. Conjugando reportagem documental com ficção, Errol Morris, o realizador, cria um objecto cinematográfico altamente fascinante e que prende de princípio a fim a atenção do espectador. Indispensável.

Mulheres Giras

(Sábado, 02.10, RTP1)

«Willie Conway regressa à sua cidade natal no Massachussets para passar duas semanas de férias no meio de um rigoroso Inverno. Residindo em Nova Iorque, Willie está noivo de uma bela advogada e decide aproveitar as férias para reflectir no assunto. Reencontra os seus velhos amigos do liceu, Tommy, Paul e Kev, cujas vidas insignificantes não mudaram. Na verdade continuam a comportar-se como perfeitos idiotas imaturos em relação às mulheres. Willie, aparentemente, não consegue encontrar ninguém que o ajude a tomar decisões sobre o rumo da sua vida. Com a possível excepção da inteligente, sensata e fascinante Mary. O problema é que ela só tem 13 anos.» Assim resume a RTP a divertida comédia realizada por Ted Demme e interpretada por um punhado de conhecido actores e actrizes (ver Ficha Técnica), estreia em televisão de um filme que se diz constituir inteligente e agradável passatempo. Coisa que, infelizmente, por lá não abunda.

Alamo (Domingo, 23.40, RTP2)

Uma centena de texanos insurrectos resistem, em meados do século XIX, aos milhares de soldados mexicanos do general Santa Anna, o que permite a Sam Houston (Richard Boone) organizar o jovem exército texano, garante da independência do novo Estado norte-americano. Realizado por John Wayne (que também desempenha o papel de David Crocket), claro que não são os rigores históricos nem a forma como a progressiva formação dos EUA é nele entendida, o que mais importa neste filme de guerra, mas sim as grandiosas cenas de batalha, em particular o memorável embate final, que o tornam um modelo no género.



Melanie Griffith e Paul Newman, no filme realizado por este e intitulado «Vidas Simples»

A Comédia e a Vida

(Segunda, 01.55, SIC)

Uma trupe de comediantes italianos vai transformar por completo o quotidiano de uma colónia espanhola na América no século XVIII. É que a vedeta da trupe, Camilla (uma espantosa Anna Magnani), é cortejada pelo vice-rei, um toureiro famoso e um italiano bem parecido. Mas os seus excessos suscitam a revolta. Então Camilla, habilmente, oferece a carroça da trupe à Igreja e acaba por prosseguir a sua carreira de actriz, afinal, a sua verdadeira paixão. Verdadeiro esplendor visual e, ao mesmo tempo, grande homenagem ao mundo do teatro e, em particular, à commedia dell' arte, este filme é também o testamento artístico de mestre Jean Renoir, constituindo a sua última obra-prima.

Negócio de Família

(Quarta, 23.20, SIC)

A história tinha pernas para andar - tratava-se de um retrato de três gerações de uma família com uma invulgar tendência para o crime e seus derivados - e, nos três principais papéis, estavam à dispo-

sição outros tantos intérpretes ideais: Matthew Broderick, no filho, Dustin Hoffman, no pai, e Sean Connery, no avô. Mas o realizador Sidney Lumet tratou de fazer coexistir durante largo tempo (e sem grandes vantagens) as atmosferas de comédia e de drama - o que, se por vezes funciona muito bem, neste caso, não ajudou à perfeita construção de uma obra, desigual, que não consegue ser mais do que apenas interessante.

Três à Mistura

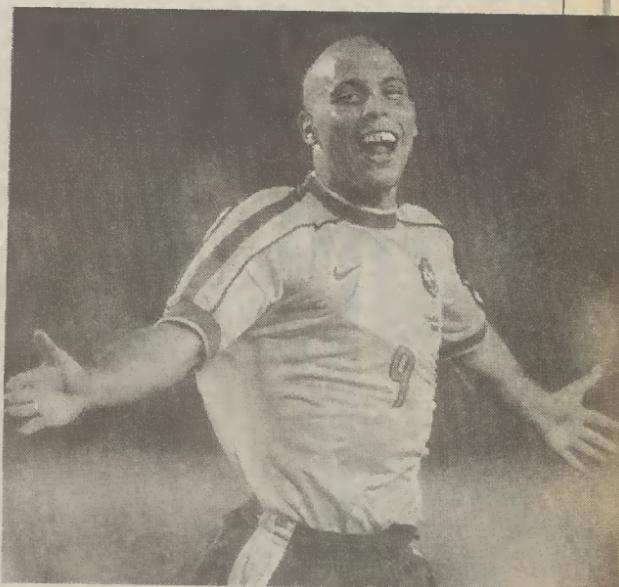
(Quarta, 01.50, RTP1)

Devido a um erro informático relacionado com as suas matrículas, dois rapazes e uma rapariga ocupam o mesmo alojamento numa universidade. Acontece que um dos rapazes, que é objecto da atracção da rapariga, se interessa ao mesmo tempo pelo outro rapaz que não desdenharia ver reconhecido o seu interesse por ela... E, a partir desta confusão, cria o realizador Andrew Fleming uma agradável e irónica comédia, tendo como base um original triângulo amoroso que faz lembrar, de certa maneira, nos anos 90, o filme Jules e Jim, de François Truffaut.

CABO & SATÉLITE



Gustav Mahler (1860-1911)

**Bastidores do futebol**

Num momento em que, também por cá (embora a um nível de investimentos menos escandalosamente «europeu») se processam transferências, se compram e vendem jogadores sem muito bem se saber como os mesmos se pagam, e alguns dos mimoseados com epítetos de «ricos e mimados» rescindem unilateralmente contratos (ou os agentes e paizinhos por eles) ao mesmo tempo que se diz, com alguma lata, demonstrarem «sinais exteriores de riqueza» - também lá por fora as estratégias comerciais e empresariais que cada vez mais vêm transformando a alma e a razão de ser de clubes históricos dá que falar. Por isso talvez seja curioso seguir a longa noite temática de hoje do canal Arte, intitulada precisamente «Futebol - Os Bastidores de um Negócio» e que apresenta um conjunto de peças que se anunciam potencialmente interessantes.

(Arte, Quinta-feira, das 19.45 às 00.05)

Um grande barítono no «Muzzik»

Há algum tempo que aqui não contemplamos os interesses dos nossos melómanos. Assim, aqui fica uma sugestão: pode hoje à noite assistir, no canal Muzzik, a uma interpretação, certamente brilhante, de um dos mais talentosos barítonos do nosso tempo, o norte-americano Thomas Hamson que, acompanhado por Wolfram Rieger (piano), cantará Des Knaben Wunderhorn, uma das obras-primas de Gustav Mahler. Muzzik, Quinta-feira, das 20 às 21 horas)



O triângulo amoroso de «Três à Mistura», comédia de Andrew Fleming

A ponta do iceberg

Embora, estranhamente, nenhum genérico inicial antecederesse o documentário, nem sequer a este se seguisse a habitual ficha técnica – ambos suprimidos no ar e pelos vistos substituídos pelo genérico de abertura e fecho de «Sinais do Tempo», o espaço televisivo no qual foi transmitido – nem por isso o conteúdo do filme em questão foi menos verosímil ou plausível, já que se percebeu, a meio do mesmo, ter sido produzido pelo «Channel 4», uma prestigiada empresa de televisão britânica.

Chamava-se o documentário, muito prosaicamente, «Mentiras na TV», tradução aparentemente fraca para um título que se imagina fosse porventura bem mais sugestivo no original. Mas pode ser que me engane.

O que mais me interessa, acima de tudo, é que o princípio «dramatúrgico» que presidia à organização interna do filme – se é que, em documentarismo televisivo ou cinematográfico, esta terminologia emanada do mundo da ficção pode ser legitimamente utilizada, dúvida bem adequada à própria génese do problema nele abordado – era sobremaneira original.

Tratava-se, no fundo, de fazer a **reconstituição dentro da reconstituição**, ou seja: filmar os meandros reconstituídos da **falsificação da realidade**, através da **demonstração filmada** de uma série de casos protagonizados por um produtor de televisão alemão, de seu nome **Michael Born**, acusado de várias fraudes em relação a diversas empresas de televisão, pela venda de reportagens falsas.

Vamos aos pormenores. Desde 16 de Dezembro de 1996 que correu no Tribunal de Koblenz, na Alemanha, um processo contra aquele produtor de TV, acusado de coisas

actividades ilícitas e altamente lesivas da ética jornalística.

E os resultados a que chegou foram verdadeiramente terríveis e preocupantes e deles tivemos profuso relato na passada 4.ª-feira na RTP 2. Não só **Michael Born**, durante o curso desta investigação jornalística, apenas muito ao de leve esboçou um arremedo de justificação para os seus conceitos de «profissionalismo informativo», como no fundo foi traído pela verdadeira baixa moral que, em muitos momentos do documentário, acabou por deixar traír.

Ou seja, revelando um carácter verdadeiramente desprezível, aquele produtor de TV não só teve a lata de explicar, com larga cópia de pormenores, a forma como inventava e encenava reportagens sobre histórias sensacionalistas, como permitiu que a equipa do **Channel 4** – na prática utilizando à sua frente e em relação a ele próprio, embora com intenções bem diversas, os mesmos dispositivos técnicos de que ele se servia para falsificar a realidade (!) – demonstrasse por a+b as diferenças entre fazer documentarismo televisivo sério ou falsificado.

Daqui ao estendal de revelações, feitas pelo próprio **Michael Born**, sobre as formas de actuar em relação à caça de assuntos vendáveis às cadeias de televisão, no sentido de estas vencerem a sacrossanta «guerra das audiências», foi um passo.

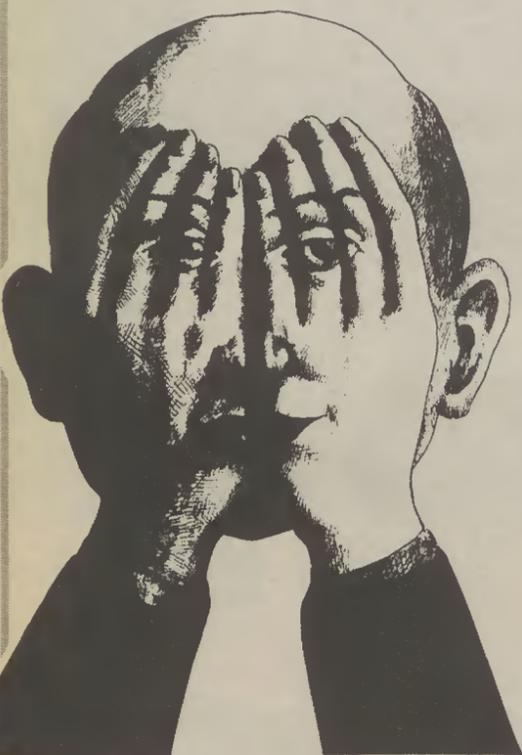
E assim se ficou a saber como falsificar uma reportagem sobre um «correio da droga», filmado – como é normal vermos nas reportagens do género – com a «câmara (alegadamente) escondida» ou com o rosto esfumado por processos tecnológicos de distorção da imagem. Ou como se reconstitui a cena de uns fracos imitadores alemães da KKK, numa cerimónia de celebração do ódio aos judeus. Ou como se inventa uma reportagem sobre «caçadores de gatos». Ou como se encenam planos médios ou aproximados da «maca com o corpo de Diana», após o mortal acidente de automóvel no túnel da Ponte de Alma, em Paris. Ou como, nos EUA, em Hollywood, as várias cadeias de TV privadas mantêm dezenas de helicópteros permanentemente no ar à espera de ligações directas ao assalto de um banco, uma perseguição de criminosos, um acidente em cadeia, uma derrocada, um suicídio particularmente sangrento, etc., etc., etc. – para logo os colocar no ar, assim servindo (no dizer dos responsáveis entrevistados) os desejos dos espectadores!

O mais impressionante, entretanto, foi a forma como **Michael Born** se dispôs a alinhar neste documentário (no fundo confirmando todas as acusações que lhe foram imputadas), o ar prazenteiro com que se pronunciava, às vezes rindo alarvemente, sobre a justificação do seu «trabalho» e até o entusiasmo que revelou quando conseguiu que um figurante contratado perante os nossos próprios olhos (!) por 50 marcos à hora se revelou afinal bem «mais credível» do que o actor que havia estado na base dos documentários que lhe acarretaram a condenação de 4 anos!

Perante isto, num tempo em que igualmente entre nós impera a informação-espectáculo, como não nos interrogarmos sobre a habitude que os nossos próprios olhos também já são incapazes de disfarçar perante tudo aquilo que a «caixinha mágica» nos impinge quotidianamente?

TVISTO

■ Francisco Costa



simpáticas como: participação em torturas de animais, violação da lei da compra e posse de armas de fogo, agitação de populações, uso e divulgação (indevidos e proibidos) de insígnias nazis, incitação à xenofobia, difamação e injúrias contra os judeus, negação da tragédia do Holocausto e justificação dos crimes do Nacional-Socialismo. Enfim, como se vê, «coisa pouca» para ser atribuída a um único homem e que, naturalmente, mereceria cuidadosa investigação jornalística.

Foi o que o **Channel 4** resolveu fazer, decidindo nada mais nada menos do que ir à procura da própria fonte desta «história» – neste caso o seu protagonista principal – procurando averiguar da verdade sobre estas

Vida de criança

Em Novembro último, numa pequena notícia de um jornal de tiragem nacional, afirmava-se que «um total de 5.369 crianças e 2.464 idosos morreram no Iraque no mês de Outubro por falta de alimentos e de medicamentos». A dramática situação que se vive naquele país desde 1990 era resumida, assim, em breves linhas, num canto de jornal. Excepto nos casos em que se reconhecem os sucessivos bombardeamentos sobre as cidades iraquianas, nada aparece na imprensa sobre a situação humanitária da população deste país.

Desde 1990 até hoje, as sanções aprovadas pela ONU contra o Iraque causaram mais de um milhão e meio de mortos, incluindo cerca de 900.000 crianças menores de cinco anos. A população do país vê-se deste modo condenada injustamente pelas resoluções da ONU a um genocídio planificado e politicamente correcto.

O Iraque, o segundo produtor de petróleo em finais dos anos 80 e com a segunda mais importante reserva conhecida de petróleo do mundo, sofre um embargo total que obriga toda a comunidade internacional, afectando a sua exportação de petróleo. Sendo absolutamente dependente do exterior de todo o tipo de matérias-primas e produtos de primeira necessidade, o Iraque não só está privado de divisas para as importar, como tem proibida a entrada no país de muitos produtos de primeira necessidade que facilitam, quando não garantem mesmo, a vida quotidiana.

O Iraque não pode importar lápis escolares (por causa da grafite), nem papel (porque o Governo poderia utilizá-lo na sua propaganda), nem cloro para tornar a água potável, nem sementes, nem fertilizantes.

Os mais pequenos não têm forma de escapar: uma em cada três crianças nasce já com menos peso do que o normal, se é que conseguiu nascer normal e sem as deformações produzidas pelas bombas americanas de urânio radioactivo e outros produtos químicos. A falta absoluta de medicamentos, de leite materno, a escassez de água potável, a deterioração das condições ambientais, etc., fazem com que, como se disse, morram mais de cinco mil crianças por mês entre os zero e os cinco anos de idade em consequência de doenças que antes do embargo estavam totalmente erradicadas ou devido a doenças que se curam sem problemas nos nossos hospitais, como a gripe. Evidentemente, se for diabético ou tiver alguma doença que necessite de tratamento, não terá possibilidade de o receber porque não existem medicamentos.

Se uma criança conseguir superar estas terríveis condicionantes nos seus primeiros anos de vida, poderá talvez ir à escola, se houver uma próxima do seu bairro. Na escola não encontrará giz nem lápis, e só muito pouco papel ou cartolinas para fazer trabalhos manuais. Talvez tenha de se sentar no chão, porque quase 50 por cento dos estudantes iraquianos não dispõem de carteiras. Terá muito poucos livros e os que houver já terão sido usados por várias gerações de crianças. Às vezes não haverá luz eléctrica na escola, e escusa de pensar na possibilidade de ter aquecimento. Os estudantes de Bagdad ou de Basora ou de outras cidades desmaiam muitas vezes durante o período escolar por subnutrição. Actualmente, muitos interrompem cada vez mais cedo os seus estudos para irem ajudar economicamente as famílias. Há muitas crianças pelas ruas de Bagdad vendendo flores ou fruta ou lágrimas.

Se continuasse os seus estudos e fosse para a Universidade, este ano descobriria que bombardearam muitas dependências universitárias, entre elas a Biblioteca Geral, pelo que continuará a ter muitos problemas para completar com êxito os seus estudos. Qualquer investigação que, como qualquer universitário do mundo, quisesse iniciar, passaria por um rosário interminável de obstáculos porque o embargo não permitirá nunca que um estudante ou investigador iraquiano assista a um congresso internacional ou receba publicações científicas ou médicas do estrangeiro.

Sem dúvida os estudantes aprenderão rapidamente que nasceram num país condenado e que são candidatos para o genocídio. Saberão que talvez o erro geográfico e geológico deste país foi o de contar com a segunda reserva de petróleo do mundo e que estrategicamente o mundo «civilizado», «democrático» e «respeitador dos direitos humanos» não lhes vai per-

CRÓNICAS

■ Cristina Ruiz-Cortina Sierra*



mitir que o administrem como entenderem. Também aprenderão depressa a saber quem são os seus amigos e onde estão, mas conhecerão melhor o inimigo que descarrega as bombas sobre as pontes que têm de atravessar para ir para a escola, sobre os hospitais, sobre as suas próprias escolas, sobre a sua casa ou sobre o abrigo onde se refugiam com a família. O seu inimigo, com cabelo e olhos claros, é bem conhecido. Mas também o são aqueles que, sendo irmãos, como eles, próximos, vizinhos, olham para outro lado e estendem a mão para receber os dólares do petróleo.

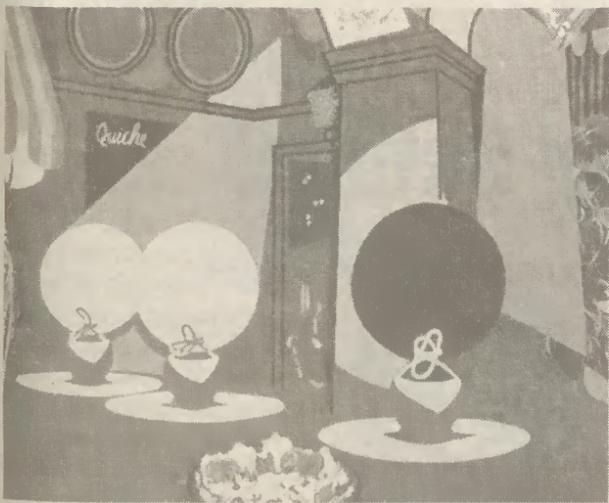
Será mais difícil que ao olharem para o mapa-mundo vejam que nesta pequena península que habitamos há também muitos inimigos, porque talvez ainda não conheçam, não tenham ouvido falar, das bases de Rota e de Morón, de onde partem exércitos e aviões carregados de morte para o Oriente Fértil. E com certeza a maioria não ouviu falar de um sujeito baixinho e com bigode [José Maria Aznar] que assina todos os papéis necessários para que, a partir do seu território, se possa organizar a morte com cada vez mais tranquilidade e comodidade.

Esse sujeito conta com essa segurança de ser, hoje, um inimigo menor e indefinido. Mas outros/as estão a desmascará-lo e a denunciá-lo. O Governo do PP é cúmplice deste genocídio planificado que permite que morram e sofram milhares de crianças iraquianas. Hoje são 900.000. Estarão à espera que chegue ao milhão?

* (Membro da delegação espanhola que visitou o Iraque em Janeiro de 1999, in Mundo Obrero, Abril de 1999)

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES



Pop Art britânica na Gulbenkian

Inaugurou-se no passado dia 1 e continuará patente ao público até 26 de Setembro no **Centro de Arte Moderna** (Lisboa) uma grande exposição que constitui uma retrospectiva do pintor britânico **Patrick Caulfield**, um contemporâneo de **Peter Blake**, **Howard Hodgkin** ou **Kitaj** e que é considerado um dos mais destacados representantes da moderna *pop art* britânica. Segundo o texto do programa de apresentação, «a passagem de um registo temático ou técnico a outro completamente diferente (nos recortes hiper-realistas de alguns trabalhos), faz com que recubra de igual peso pictórico e afectivo o satírico e o agradável, a vida mundana e a solidão melancólica, o luxo fútil e a poesia, a existência e inexistência de um espaço, os diferentes gostos, a alegria de viver, mesmo que suspeita».

Rodchenko no Centro Português de Fotografia

Nas instalações do **Centro Português de Fotografia** (antiga Cadeia da Relação, Porto) continua em exposição uma série de 81 fotografias da autoria de **Aleksandr Rodchenko**, um mestre da arte fotográfica soviético, cuja origem data dos anos 1929-1932. Uma exposição que mostra a realidade da União Soviética nos anos de construção do socialismo e que alia à extrema qualidade estética uma decisiva importância em termos de *agitprop*.



Inventos de Da Vinci em Óbidos

Está a realizar-se neste momento no **Solar da Praça de Santa Maria**, em Óbidos (mantendo-se até 31 de Agosto), uma exposição subordinada ao título «**As Máquinas de Leonardo**» e que é composta por vários painéis e doze maquetas em madeira que reproduzem os mais importantes engenhos mecânicos concebidos em desenho, há meio século, por mestre **Leonardo Da Vinci**. Trata-se de uma original mostra, propriedade do **Conselho de Educação e Cultura da Comunidade de Madrid**, agora exposta em Óbidos com o apoio da **Câmara Municipal** local.



TEATRO

Festival de Teatro de Almada

Prossegue até ao próximo dia 18 o **XVI Festival de Teatro de Almada**. Na edição de hoje, de entre as dezenas de espectáculos que animam os vários pal-

cos do Festival, permitimo-nos destacar quatro produções teatrais: na sexta-feira 9 e no sábado 10, às 22 horas, no **Teatro da Trindade**, a peça «**À Espera de Godot**», de **Samuel Becket**, encenada por **Lluís Pasqual** para o **Teatro Lliure**; na sexta-feira 9 e no domingo 11, respectivamente às 17 e às 18 horas, «**Memorial do Convento**», a partir de **José Saramago**, numa encenação de **Joaquim Benite**, pela **Companhia de Teatro de Almada**; na terça-feira 13, às 19.30, no **Fórum Romeu Correia**, «**Mattis et Les Oiseaux**», de **Tarjei Vesaas**, numa encenação de **Adel Hakim** pelo **Griffon Théâtre**; e na terça-feira 13, às

22.30, na **Esplanada da Escola D. António da Costa**, «**A Bela e o Monstro**», escrita e encenada por **Stephen Johnston**, pela **Companhia Teatro ao Largo**. Por outro lado, no sábado 10, pelas 11 horas, e no domingo 11, pelas 10.30, realizar-se-ão na **Casa da Cerca**, respectivamente, o colóquio intitulado «**O Teatro de Strehler**» (fundador do **Piccolo Teatro de Milão**), com a presença de **Ferruccio Soleri**, **Gianfranco Mauri** e **Lluís Pasqual**, e o seminário «**Depois dos grandes mestres, o quê?**». Mas o melhor é consultar o programa detalhado e assistir ao espectáculo ou participar das actividades paralelas que mais lhe agradarem.

Começou no passado dia 1 e prossegue durante todo o mês de Julho, o chamado **Festival das Quatro Cidades**, uma organização artística e cultural que já vai na sua 4.ª edição e que abrange quatro cidades de Portugal continental, a saber: **Fundão**, **Marinha Grande**, **Montemor-o-Novo** e **Vila Real de Santo António**. Segundo o programa oficial do festival, este foi «concebido para divulgar, em período estival, os novos projectos artísticos portugueses» (...) tendo «na sua curta mas já muito participada história, centena e meia de espectáculos realizados para muitos milhares de espectadores (23.000 na sua última edição)». Também de acordo com **João Paulo Pedrosa**, vereador da Cultura da **Câmara Municipal da Marinha Grande**, «este é um festival onde só tem lugar a cultura portuguesa e lusófona e no qual, para além da presença de nomes mais conhecidos, existe espaço para os novos valores». De acordo com o programa já distribuído, alguns dos grupos musicais que, nos vários géneros, animarão muitos

espectáculos, são os de **Joel Xavier**, o **Grupo de Metais de Lisboa**, o **Moreiras Quinteto**, o «**Silence 4**» ou o grupo «**Modas Campaniças**», entre muitos outros. Na dança, o destaque vai para a **Companhia de Dança do Tejo** e, no teatro, para o **GICC - Teatro das Beiras** ou para o grupo «**Agitad Gang**» (Brasil). No campo do cinema, realizar-se-á uma mostra de cinema contemporâneo português e lusófono, com filmes como «**Fintar o Destino**», de **Fernando Vendrell**, «**Tráfico**», de **João Botelho**, «**Pesadelo Cor-de-Rosa**», de **Fernando Fragata**, «**Rio de Ouro**», de **Paul Rocha**, «**Pau di Sangue**», de **Flora Gomes**, «**Os Mutantes**», de **Teresa Villaverde**, «**Comédia Infantil**, de **Solveig Nordlund** ou «**Zona J**», de **Leonel Vieira**. Com excepção da actuação dos «**Silence 4**», todos os espectáculos têm entrada livre. Para informações mais detalhadas deverá ser consultado o programa específico para cada cidade ou colher informações adicionais junto no **Gabinete de Imprensa** (tel. 044 502 051).

MÚSICA

Festival de Música dos Capuchos

Começa no próximo sábado 10 e prolongar-se-á até 4 de Setembro (assim constituindo uma das suas mais prolongadas edições, a 19.ª) um dos mais importantes festivais do Verão: o **Festival de Música dos Capuchos**. O texto do próprio programa não deixa de salientar o habitual carácter inovador e até por vezes insólito de algumas das suas propostas: «um espectáculo de percussão, voz e clarinete de junco no deslumbrante cenário da **Lapa de Santa Margarida**, na **Arrábida**, ou passeios aos domingos por esta serra em que os participantes são presenteados, em locais diversos, com surpresas musicais, uma noite de violinistas ciganos, as presenças de **Milva**, **Ute Lemper** ou **The Hilliard Ensemble** com **Jan Garbarek** na primeira apresentação de uma nova obra, um programa de fado em que o cravo se junta à tradicional guitarra e a ligação da música à literatura sob o pretexto das cartas de **George Sand** a **Chopin**». Para começar, no sábado 10, pelas 21.30, no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém**, realizar-se-á o espectáculo «**El Tango**», com **Milva** e o **Quinteto Argentino de Daniel Binelli** e a música inesquecível de **Astor Piazzolla**. Programa detalhado, de consulta obrigatória.



ATALHE DE FOICE

O candidato

Francisco Pinto Balsemão, longínquo «militante n.º 1» do PPD/PSD e efémero primeiro-ministro no não menos longínquo início da década de 80, chegou ao seu actual lugar de magnata no negócio da comunicação social cá do burgo ao trocar uma árdua e imponderável carreira política por uma frutuosa caminhada de «Murdock à portuguesa».

Todavia, o bichinho da política não esmoreceu em Pinto Balsemão, como o prova a extraordinária confissão feita ao *Expresso* da semana passada, semanário «independente e de referência» que cometeu a coincidência de o entrevistar no preciso momento em que ele queria proferir as tais declarações, de que falaremos mais adiante.

Anote-se entretanto que, havendo mérito neste desarranço de a vontade da publicação em entrevistar o publicável coincidir com a vontade deste em ser entrevistado, tal mérito não deve ser inteiramente imputado ao lendário «faro jornalístico» dos dirigentes do *Expresso*.

Desta vez - dado ser público e notório o historial de coincidências entre este semanário e Pinto Balsemão, *lui mème* -, avulta no caso a considerável coincidência de o *Expresso*, também *lui mème*, ser propriedade do sr. Pinto Balsemão. Portanto, adiante.

E disse Francisco Pinto Balsemão, em chamada de primeira página no *Expresso*: «Se o interesse nacional o justificar e o exigir, serei candidato a Presidente da República.»

A oração, ainda por cima condicional, deixou o país a um tempo irrequieto e expectante.

Será que o interesse nacional se vai justificar?

Se não, porquê?

Afinal de contas, o homem já afirmou que está à espera...

E como ficou à espera no *Expresso*, obviamente todo o país também ficou à espera com eles.

E se sim, quando?

Neste ponto, convém advertir o interesse nacional de que só faltam dois anos para as eleições presidenciais, um pouco menos que metade do actual mandato...

Todavia, caso o interesse nacional se justifique perante Pinto Balsemão, ocorrer-lhe-á que também ficou obrigado a lhe exigir uma candidatura?

É verdade que Pinto Balsemão já sossegou o interesse nacional ao adverti-lo antecipadamente que aceitará a incumbência, mas também não deixou de salientar que só a aceitará no caso de ela lhe ser, concomitantemente, «justificada» e «exigida» pelo próprio interesse nacional, o que coloca novas interrogações.

E se o interesse nacional se esquece de uma das condições do candidato a candidato e, por exemplo, «justifica» mas não exige ou «exige» mas não justifica?

Estará, nessa altura e em tal contingência, Pinto Balsemão disponível para rever a sua posição?

O mesmo é perguntar: admitirá Pinto Balsemão candidatar-se perante uma solicitação apenas «justificada», mas não «exigida», ou linearmente «exigida», mas não «justificada»?!

Trata-se de mais um enigma a que apenas Pinto Balsemão e o interesse nacional poderão fornecer a chave, o que, desgraçadamente, levanta outras incertezas.

Caso se confirme o desastre e o interesse nacional se esqueça de uma das duas condições agora expostas, não será então demasiado tarde para o militante n.º 1 reconhecer que se pôs a exigir demasiado cedo?

Pior: e se o interesse nacional, mesmo lembrando-se que há duas exigências, se esquece que há apenas um prazo? Aí, Balsemão e todos nós arriscamo-nos ao desgosto de ver a sua candidatura a apresentar-se a escrutínio com a eleição já realizada.

Perante tantas indefinições, sugerimos a Francisco Pinto Balsemão uma diligência preventiva e complementar: encarregue o Henrique Mendes, também seu assalariado na SIC, de organizar um «Ponto de Encontro» onde o País assista à pública conciliação entre o próprio Balsemão e o interesse nacional.

Assim, a sua candidatura às presidenciais fica muito mais segura... e nós muito mais descansados.

■ Henrique Custódio

Legislativas 99 Octávio Teixeira encabeça lista por Setúbal

A apresentação pública da lista de candidatos é hoje feita na Pousada de Palmela, pelas 18 horas.

Octávio Teixeira é economista, membro da Comissão Política do PCP, deputado à Assembleia da República e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, tem 54 anos e é militante do PCP desde 1974.

Nos últimos dias, a Coligação Democrática Unitária tem apresentado as listas de candidatos em vários distritos do país, designadamente em Évora, Lisboa, Castelo Branco, Leiria, Vila Real, Braga e Faro (ver páginas 8 e 9 desta edição).

Anteriormente, a CDU já tinha anunciado os cabeças de lista pelos círculos de Coimbra, Viseu, Aveiro, Beja e Emigração/Europa.

como independente proposto pelo PCP. É membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, pelo círculo do Brasil, onde reside desde 1978. Foi aluno do Estúdio Universitário de Cinema Experimental de Lisboa e trabalhou como realizador, produtor, e como actor em Portugal, Espanha, França, Alemanha e no Brasil. Obteve diversos prémios em festivais internacionais, nomeadamente de Havana, Cartagena, Tróia, Brasília, Gramado. Actualmente prepara uma série aprovada pela Comissão Nacional para as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.



Octávio Teixeira

No continente africano, a candidata é Maria Helena de Oliveira e Cunha, de 49 anos de idade. Natural de Riba de Ave, é licenciada em História, Pós-graduada em Ciências Documentais. Cooperante em Angola desde 1975, trabalha como documentalista na ordem dos Advogados Angolanos. Membro do PCP, foi dirigente sindical no Porto e é vice-presidente da Associação 25 de Abril de Luanda.

Como candidatos suplentes integra a lista Lídio Ramos Vales (Ásia e Oceania) e Ana Maria da Cunha Cerqueira (América Latina).

Lídio Vales tem 59 anos, natural de Alhos Vedros - Moita, é operário especializado, residente em Sidney, na Austrá-

lia, onde está emigrado desde 1985. Começou a trabalhar aos 10 anos e apenas com 15 entra para as oficinas gerais da CP - Barreiro. Aderiu ao PCP com 18 anos e em Setembro de 1962 é preso e torturado pela PIDE, julgado e condenado. Perseguido no trabalho, passou por outros empregos, tendo emigrado clandestinamente para França, em 1967, e dois anos depois para a Alemanha. Foi fundador do Grupo Desportivo de Meschede, em 1972, e após o 25 de Abril, regressa a Portugal tendo integrado a Comissão Concelhia da Moita do PCP.

Ana Cerqueira tem 49 anos é natural de Lisboa e reside no Brasil desde 1980. É membro do PCP e faz parte do Centro Cultural 25 de Abril de São Paulo.

Esta lista será ainda apresentada publicamente no próximo sábado em na capital angolana, no decorrer de um piquenique promovido pela Comissão CDU, na Quinta da Bela Vista.

No domingo, 11, terá lugar, em Rockdale-Austrália, nos arredores de Sidney, uma iniciativa semelhante que conta com a presença do candidato Lídio Vales e do mandatário pela Ásia e Oceania, José Barbosa.

Emigração

Ainda hoje, a CDU apresenta na cidade brasileira de São Paulo, a lista de candidatos pelo círculo fora da Europa que é encabeçada (no continente americano), por Davide Raimundo Quintans, de 53 anos. Natural do Torrão (Alcácer do Sal), é realizador de cinema e candidata-se



Davide Quintans encabeça a lista no círculo fora da Europa

CDU contra Orçamento do Porto

A CDU vai votar contra a sétima alteração ao Orçamento e Plano de Actividades para 1999 da Câmara do Porto, considerando que as alterações distorcem o documento apresentado à Assembleia Municipal e «evidenciam uma gestão com carácter pontual e imediatista, sem preocupações de carácter estratégico», afirmou

o vereador Rui Sá, em conferência de imprensa, realizada na passada segunda-feira.

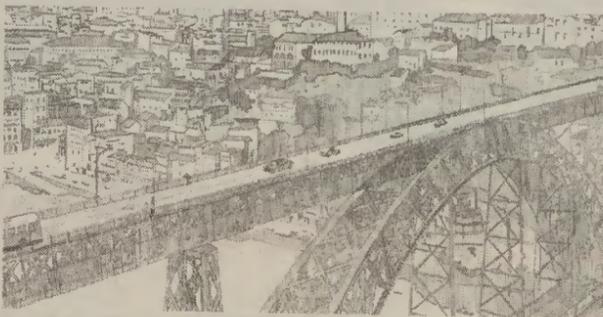
«Decorrido o primeiro semestre do ano, são já sete as alterações apresentadas, ou seja, elas sucedem-se ao ritmo médio de uma por mês», observou Rui Sá.

Por outro lado, os comunistas chamam a atenção para as reduções

nas verbas disponíveis, designadamente os objectivos da educação e habitação. A CDU mostra também que há um conjunto de obras que sofreu cortes orçamentais, caso dos túneis, da recuperação da marginal, das expropriações para a Avenida de Cartes, das obras de remodelação do Mercado do Bolhão, dos parques do Covelo e Oriental da Cidade e da preparação da zona de implantação da futura piscina olímpica, que só são possíveis devido aos «atrasos graves que se registam na sua execução».

Em contrapartida, há outras rubricas que sofrem «aumentos bruscos e inadmissíveis» relativamente às respectivas estimativas de custos apresentadas há seis meses pelo Executivo autárquico.

Neste grupo, a CDU inclui a dotação destinada aos parquímetros, para os quais estavam previstos 100 mil contos para o corrente ano (estimando-se que nos anos seguintes fosse necessário investir mais 150 mil contos) e que foi reforçada com 300 mil contos.



Norporte não paga salários

No passado dia 30 de Junho, a empresa têxtil Norporte, sediada em Alhos Vedros, no concelho da Moita, não pagou os salários. Os trabalhadores reagiram de imediato com um protesto e, no dia seguinte, reuniram-se em plenário até que a administração se comprometeu por escrito a começar o pagamento dos atrasados a partir da passada segunda-feira, dia 5.

No entanto, nada aconteceu e na passada terça-feira convocou-

ram novo plenário, em que estiveram presentes os deputados do PCP Joaquim Matias e Odete Santos, bem como dirigentes da CGTP-IN.

Os trabalhadores exigem receber os salários do mês de Junho, bem como o subsídio de férias que normalmente deveria ser pago até ao dia 20 deste mês, já que a unidade fabril fecha para férias em 2 de Agosto.

Barcos do Barreiro paralisam de 20 a 22

Os trabalhadores da Soflusa, empresa que assegura a travessia fluvial Barreiro-Lisboa, vão entrar em greve de 20 a 22 deste mês. A decisão foi tomada pelas duas centenas de trabalhadores que se reuniram na tarde de segunda-feira em plenário geral, no terminal fluvial do Barreiro. Os trabalhadores vão paralisar hora e meia por turno o que causará complicações nas ligações fluviais, sobretudo entre as 5 e as 9 horas.

Os sindicalistas exigem que as tripulações dos barcos tenham um mínimo de oito trabalhadores operacionais, para garantir uma maior segurança

aos utentes e fazer face à anti-guidade dos barcos.

O plenário da passada segunda-feira afectou, na totalidade, as ligações fluviais Barreiro-Lisboa, entre as 13 e as 16 horas, de acordo com federação de sindicatos. A Soflusa tem ao seu serviço cerca de 300 trabalhadores que asseguram as ligações fluviais em dez barcos (dois dos quais alugados à Transtejo).

